



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH**

LUANA CRISTINA DOS SANTOS DIAS

**TERRITÓRIOS DO TURISMO EM TERRITÓRIOS PROTEGIDOS:
PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E TURISMO NA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PURANGA CONQUISTA-AM**

**MANAUS
2019**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH**

LUANA CRISTINA DOS SANTOS DIAS

**TERRITÓRIOS DO TURISMO EM TERRITÓRIOS PROTEGIDOS:
PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E TURISMO NA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PURANGA CONQUISTA-AM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA) para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a Dra. Jocilene Gomes da Cruz

**MANAUS
2019**

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D541t Dias, Luana Cristina dos Santos
Territórios do turismo em territórios protegidos: processos de territorialização e turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista - AM / Luana Cristina dos Santos Dias; orientadora Jocilene Gomes da Cruz. - - Manaus: [s.n.], 2019.

167 p.; il.; graf.; tab.: 30 cm.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2019.
Inclui referências bibliográficas.

1. Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas
2. Turismo 3. Povos indígenas 4. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista I. Cruz, Jocilene Gomes da II. Título.

CDU 338.48:502(811.3)(043)

LUANA CRISTINA DOS SANTOS DIAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA) para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dra. Jocilene Gomes da Cruz
(Orientadora - Presidente)**

**Prof. Dr. Rafael Ale Rocha
(Examinador Interno)**

**Prof^a. Dra. Glaubecia Teixeira da Silva
(Examinador Externo)**

**MANAUS
2019**

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico.

(Leandro Tocantins, **O rio comanda a vida**, 2000)

DEDICO

Aos meus pais, Valdir Braga Dias e Maria do Socorro dos Santos, pelo amor incondicional por me ensinarem que a educação transforma vidas.

Às comunidades indígenas das RDS do Tupé e Puranga Conquista, em especial, ao núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidades Cipiá e Tatuyo, parte da dinâmica complexa da vida amazônica.

AGRADECIMENTOS

Na vida ninguém caminha sozinho. No decorrer desta jornada tive a honra de ter “pessoas luz” que caminharam comigo, dando-me forças para chegar até aqui.

Agradeço primeiramente à Deus, que ao longo de minha vida proveu, nem sempre o que eu queria, mas aquilo que seria necessário para minha jornada.

À minha família, meus pais, Valdir Braga Dias e Maria do Socorro dos Santos, meus irmãos, Vânia Suellen dos Santos Dias, Ana Natussa dos Santos Dias, Luan Cristóvão dos Santos Dias, Dammy Eduarda dos Santos Dias e meu amado sobrinho, Ângelo Conrado Dias Bardales: minha fortaleza. Sem eles, nenhum sorriso ou conquista teriam sentido.

Ao meu querido avô, José Rabelo, meus tios, sobrinhos, primos, em especial minhas primas Gleice Lima e Glades Lima. A todos, minha gratidão e meu amor.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Jocilene Gomes da Cruz pela generosidade em compartilhar conhecimento e afeto. Agradeço a Deus por tê-la colocado em meu caminho, que possas continuar realizando os sonhos de seus alunos. Muito obrigada por todo carinho e dedicação.

À Universidade do Estado do Amazonas, em especial a Escola Superior de Artes e Turismo que me acolheu generosamente desde a graduação.

Aos docentes do PPGICH pela dedicação e conhecimento compartilhado. Sucesso, saúde e paz. À secretaria do PPGICH, o coordenador Otávio Rios, secretários e estagiários pelo excelente trabalho. Go, PPGICH!

Aos amigos da turma 2017/1, Camilla Corrêa, Vênus Maély, Jeanne Araújo, Márcio Braz, Abrahim Baze e Elias Bandeira, que nas horas difíceis da caminhada se mantiveram firmes. A vocês, todo sucesso do mundo!

Às queridas amigas Rosane Leão, Hanna Lima, Mayra Laborda, Marcia Carvalho, Jussara Araújo, Almirzete Gois, Ketty Bardales, Suzete Aparício e Nayara Cruz por tornarem a vida mais leve e feliz.

Ao grupo de pesquisa NEICAM, em especial às queridas Katiuscia Auzier e Daniela Canto, pelos diálogos, risadas, carinho e por tornar o trabalho de campo prazeroso e construtivo.

Aos povos indígenas das comunidades recém-criadas na região do Baixo Rio Negro, nas RDS do Tupé e Puranga Conquista: Núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo pela confiança para a realização do Estudo

Socioantropológico do NEICAM. Agradeço por sempre nos receberem com um sorriso e compartilhar parte do seu cotidiano.

Agradeço especialmente a comunidade Tatuyo, ao líder indígena Pinõ (Hernando Prado), pela anuência para a realização dessa dissertação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa concedida para o apoio à pesquisa.

Agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram nesses dois anos de aprendizado, crescimento pessoal e profissional; aqui se encerra uma etapa, porém se inicia outra e espero, ao final de cada etapa de minha vida ter o privilégio de agradecer pessoas queridas, pois assim saberei que nunca estive só.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação traz parte do trabalho desenvolvido desde o início de 2017 na região do Baixo Rio Negro, especificamente nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé e Puranga Conquista, a centralidade das discussões são os processos de territorialização de comunidades indígenas recém-criadas e as formas de uso de seus territórios, essas comunidades multiétnicas, localizadas em Unidade de Conservação estão, portanto, sujeitas a regras e restrições. Os órgãos gestores das RDS, as denominam como “núcleos indígenas”, aqui elas são apresentadas pela forma como se auto designam: núcleo Diakuru e aldeia Tuyuka (RDS Tupé); comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista). As comunidades foram formadas por indígenas provindos do Alto Rio Negro que migraram de suas terras e no final da década de 1990 começaram a desenvolver experiências com o turismo no Baixo Rio Negro pelo qual viabilizam renda complementar e, muitas vezes, se constitui como única fonte de renda. A comunidade indígena Tatuyo, foco principal da análise dessa dissertação, é um caso emblemático, tendo em vista a importância de reflexões sobre o cenário em que se constroem as territorialidades, práticas no turismo e seu modo próprio de executar tal atividade. O objetivo principal foi analisar as dinâmicas territoriais, culturais e suas relações com o turismo desenvolvido na comunidade Tatuyo, frente aos limites de uso do território em Unidades de Conservação. A pesquisa se caracterizou como estudo de caso, abordagem qualitativa, sob as técnicas do trabalho de campo, observação *in loco*, entrevistas semiestruturadas, diálogos informais, pesquisa bibliográfica e documental. Nesse cenário, a pesquisa apontou o turismo como uma atividade essencial para a subsistência da comunidade, contudo está sendo desenvolvida em meio a conflitos e relações assimétricas, oriundas das relações entre os diferentes agentes sociais internos (indígenas) e externos (agências, guias) e seus próprios interesses.

Palavras-Chave: Turismo, Processos de territorialização, Povos indígenas.

ABSTRACT

This dissertation is part of the work developed since the beginning of 2017 in the Baixo Rio Negro region, specifically in the Tupé and Puranga Conquista Sustainable Development Reserves (RDS), the centrality of the discussions are the processes of territorialization of newly created indigenous communities and the forms of use of their territories, these multi-ethnic communities located in Conservation Unit are therefore subject to rules and restrictions. The management bodies of the SDRs call them "indigenous nuclei", here they are presented by the way they call themselves: Diakuru nucleus and Tuyuka village (RDS Tupé); community Cipiá and community Tatuyo (RDS Puranga Conquista). The communities were formed by indigenous people from the Upper Rio Negro who migrated from their lands and in the late 1990s began to develop experiences with tourism in the Baixo Rio Negro whereby they make possible complementary income and, often, it constitutes the only source of income. The Tatuyo indigenous community, the main focus of the analysis of this dissertation, is an emblematic case in view of the importance of reflections on the scenario in which territorialities, practices in tourism and their own way of carrying out such activity are constructed. The main objective was to analyze the territorial and cultural dynamics and their relations with the tourism developed in the Tatuyo community, in front of the limits of use of the territory in Conservation Units. The research was characterized as case study, qualitative approach, under the techniques of field work, in situ observation, semi-structured interviews, informal dialogues, bibliographical and documentary research. In this scenario, tourism has been identified as an essential activity for the subsistence of the community. However, it is being developed in the midst of asymmetrical conflicts and relations, arising from the relationships between the different internal (indigenous) and external social agents (agencies, guides) and their own interests.

Key words: Tourism, Processes of territorialization, Indigenous peoples.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista com a identificação das comunidades indígenas	20
Figura 2: Comunidades do Roteiro Tucorin	66
Figura 3: Localização da RDS do Tupé	69
Figura 4: Localização da RDS Puranga Conquista	74
Figura 5: Fluxograma dos desmembramentos das comunidades indígenas a partir da comunidade São João do Tupé	85
Figura 6: Oca de apresentação na comunidade São João do Tupé, RDS do Tupé	86
Figura 7: Oca de apresentações na comunidade Cipiá, RDS Puranga Conquista	87
Figura 8: Comunidade Cipiá, RDS Puranga Conquista	87
Figura 9: Oca de apresentação na comunidade Tatuyo com embarcação turística, RDS Puranga Conquista	89
Figura 10: Residência na comunidade Tatuyo, RDS Puranga Conquista	89
Figuras 11: Aldeia Tuyuka, RDS do Tupé, no primeiro semestre de 2018	90
Figura 12: Oca de apresentação e residências da aldeia Tuyuka, RDS do Tupé, no segundo semestre de 2018	90
Figura 13: Oca de apresentação e artesanato no núcleo Diakuru, RDS do Tupé	91
Figura 14: Área das residências no alto do barranco - Comunidade Tatuyo	102
Figura 15: Representações do Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro na comunidade Tatuyo	108
Figura 16: Plantação de mandioca na comunidade Tatuyo	109

Figura 17: Casa de farinha na comunidade Tatuyo	109
Figura 18: Comercialização de produtos na região do Baixo Rio Negro	110
Figura 19: Poço de captação de água na comunidade Tatuyo	111
Figura 20: Indígena carregando água para sua residência, comunidade Tatuyo	112
Figura 21: Paisagens do rio Negro	119
Figura 22: Vista do rio Negro da comunidade Tatuyo	119
Figura 23: Apresentação para os turistas na comunidade Tatuyo	120
Figura 24: Método utilizado para organizar o guiamento da trilha	121
Figura 25: Início da cerimônia de batismo na comunidade Tatuyo	122
Figura 26: Artesanato na comunidade Tatuyo	124
Figura 27: Breu branco vendido na comunidade Tatuyo	125
Figura 28: Site de divulgação da comunidade Tatuyo	127
Figura 29: Oca de apresentação na comunidade Tatuyo	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico de Atividades do NEICAM	29
Quadro 2: Comunidades e distritos da RDS do Tupé	70
Quadro 3: Clãs patrilineares da etnia Tatuyo	100
Quadro 4: Cartografia social e simbólica Tatuyo	101
Quadro 5: Macroprograma do Plano Estadual de Turismo Victória Régia (2008/2011)	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Unidades de Conservação no Brasil	38
--	-------	-----------

LISTA DE SIGLAS

AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FLONA	Floresta Nacional
FVA	Fundação Vitória Amazônica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA	Instituto Socioambiental
LOMAM	Lei Orgânica do Município de Manaus
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MTUR	Ministério do Turismo
NEICAM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAREST	Parque Estadual
PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Plano Nacional de Turismo
PR-AM	Procuradoria da República no Amazonas
PUP	Plano de Uso Público
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEDEMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNA-TUPÉ	Unidade Ambiental do Tupé
WTTC	<i>World Travel & Tourism Council</i> – Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO	24
CAPÍTULO II - TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: A GESTÃO DO TERRITÓRIO E OS CONFLITOS EMINENTES	31
2.1 LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS CONCERNENTES ÀS ÁREAS PROTEGIDAS	32
2.2 AS ÁREAS PROTEGIDAS E OS USOS PÚBLICOS	41
2.3 O TURISMO COMO FERRAMENTA PARA CONSERVAÇÃO, GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS	47
2.3.1 O turismo e o desenvolvimento territorial sustentável	53
CAPÍTULO III - A REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO: NOVOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO EM TORNO DO TURISMO	60
3.1 O TURISMO NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS NAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E PURANGA CONQUISTA	61
3.2 O TURISMO NAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E PURANGA CONQUISTA	68
3.3 O TURISMO, OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E O SURGIMENTO DE NOVAS COMUNIDADES NAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E PURANGA CONQUISTA	75
3.3.1 O turismo em comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista	84
CAPÍTULO IV – INTERCULTURALIDADE E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA NO TURISMO: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE INDÍGENA TATUYO	92
4.1 OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS, O COTIDIANO E A ORGANIZAÇÃO NO TERRITÓRIO PROTEGIDO (RDS PURANGA CONQUISTA)	94
4.1.1 Caracterização social, econômica e cultural da comunidade Tatuyo	99
4.2 A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE TATUYO EM TORNO DO TURISMO ..	114
4.2.1 Os agentes sociais indígenas e suas funções no turismo	118
4.2.2 Os agentes sociais externos e suas funções no turismo	126
4.2.3 A concepção da comunidade sobre o turismo, as atividades culturais como atrativos e as percepções sobre o futuro	135
REFLEXÕES FINAIS	143
FONTES DE CONSULTA	147
ANEXOS	157
APÊNDICES	163

INTRODUÇÃO

O debate concernente à questão indígena se torna cada vez mais uma temática de importante reflexão na atualidade. As discussões envolvem diferentes aspectos do contexto social, econômico, ambiental e cultural, visto que, mesmo depois de mais de cinco séculos da chegada do colonizador às terras brasileiras, os povos indígenas ainda são equivocadamente lembrados como na época da colonização – nus, com arco e flechas nas mãos. Essa compreensão estagnada e repleta de estereótipos remete à imagem que esses povos foram representados no século XVI, sendo imprescindível mudar tal concepção, de modo a evidenciar a contribuição dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira e a forma como vivem no contexto atual.

No que se refere especificamente à Amazônia e ao estado do Amazonas, essas imagens e equívocos sobre os povos indígenas são parte da realidade, em razão de, desde o início da colonização, ter sido delineada uma visão “imaginada” sobre o que é a Amazônia e sobre os povos que a habitam (GONDIM, 1994), perpetrando ao longo dos séculos estereótipos tanto sobre a natureza quanto em relação à(s) cultura(s).

Visando romper com os equívocos do passado que se reverberam no presente, nota-se uma forte mobilização dos povos indígenas, que por meio do movimento indígena do Brasil, lutam por direitos e contra a continuação desses estereótipos.

No âmbito das estratégias dos povos indígenas também são importantes os estudos feitos por intelectuais indígenas de diferentes etnias sobre suas culturas – cosmologias; formas de vida; relação com a vida espiritual e a forma como vivem hoje, consolidando uma Antropologia Indígena fundamental para construir outras percepções sobre os povos indígenas. Nesse contexto e, não menos relevante, estão sendo produzidos por diferentes pesquisadores que primam por relações simétricas e pelo rompimento dos processos civilizatórios ainda em curso, destacando-se os estudos pós-coloniais.

Tanto no passado como no presente, a diversidade cultural representada pelos povos indígenas é extraordinária. De acordo com o último recenseamento demográfico realizado em 2010, a população indígena brasileira estava por volta de

800 mil indivíduos; a maior parcela dessa população está no Amazonas, 168,7 mil indivíduos autodeclarados indígenas no estado, representando 20,6% da população total indígena de todo o território brasileiro (IBGE, 2010).

Os povos indígenas que vivem hoje em diferentes localidades do Amazonas possuem realidades distintas, muitos ainda vivem em suas terras tradicionais, outros foram e continuam sendo expulsos de suas terras em decorrência de tensões oriundas das invasões de madeireiros, garimpeiros, grileiros, dentre outros, que ameaçam a permanência dos povos em seus territórios. Uma parcela significativa dos que migram de suas terras encaminham-se para Manaus onde passam a residir e (re)construir suas territorialidades, criando comunidades indígenas no contexto urbano, bem como no entorno da cidade (GOMES, 2006).

Cunha (2012) destaca que entre as décadas de 1950 a 1970, indígenas de diversas etnias, provenientes de diferentes regiões do Amazonas migraram para a capital e para localidades no entorno, como exemplo cita o rio Cuieiras e demais cursos de rio na região do Baixo Rio Negro. Segundo o autor essa intensa migração perdurou até meados dos anos de 1980, resultando na criação e na consolidação de comunidades, tanto na cidade de Manaus, como em todo o Baixo Rio Negro.

Embora hoje as migrações não sejam tão intensas, ainda são visíveis os processos de desterritorialização e a construção de novas territorialidades indígenas no Baixo Rio Negro, particularmente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé. Há registros de famílias indígenas que migraram do Alto Rio Negro entre as décadas de 1960 e 1970 (BRASIL, 2009), a exemplo de uma família da etnia Desana que mudou para a comunidade São João do Tupé no final da década de 1990, onde vive até os dias atuais. Essa família também contribuiu para a criação de quatro novas comunidades indígenas, originadas dos desmembramentos internos e da vinda de novos integrantes indígenas (CRUZ *et al*, 2018).

Nesta dissertação, são contextualizadas a criação de quatro comunidades indígenas, formadas a partir de cisões ocorridas entre os membros do grupo familiar Desana residente na comunidade São João do Tupé. Em cada uma das cisões foram estruturando novas territorialidades, tendo formas próprias de se autodesignar, assim constituíram-se como: comunidade Cipiá e comunidade Tatyuo (localizadas na RDS Puranga Conquista), núcleo Diakuru e aldeia Tuyuka (localizadas na RDS do Tupé).

Ainda que nesta dissertação as análises estejam centradas na comunidade indígena Tatuyo, são apresentadas informações sobre os processos de territorialização das outras comunidades, pois tais processos estão imbricados entre si, portanto, são melhor compreendidos quando evidenciados em sua totalidade.

Cabe destacar que esses processos de territorialização e construção de novas territorialidades se deram em momentos distintos, entretanto, as motivações para a saída da comunidade São João do Tupé e a organização em outras localidades são semelhantes. Em linhas gerais, relacionam-se tensões em torno da divisão do trabalho e da renda advinda da atividade turística, bem como do desejo da criação de espaços próprios e autonomia frente à vida comunitária e ao turismo, que representa a atividade econômica central na obtenção de renda.

Dias e Cruz (2018) evidenciam as motivações que movimentam e dispersam os indígenas por todo curso do rio Negro, as dinâmicas territoriais, a ressignificação da cultura e as novas territorialidades empreendidas pelos indígenas, particularmente no Baixo Rio Negro, importantes de serem problematizadas com base nas próprias visões das comunidades e seu posicionamento na contemporaneidade.

Dentre os fatores que motivaram/motivam os recentes deslocamentos de indígenas oriundos do Alto Rio Negro, incluindo os moradores das fronteiras, indígenas provenientes de comunidades localizadas na Colômbia, está o trabalho em atividades turísticas realizadas na Comunidade São João do Tupé (CRUZ *et al*, 2018), pela qual concebem que pela atividade podem acessar benefícios sociais tidos hoje como de suma importância para os mesmos.

A comunidade Tatuyo está localizada na RDS Puranga Conquista configura-se como comunidade multiétnica formada por indígenas das etnias Wanano, Desana, Tatuyo, Karapana, Tukano, Tariano, Kubeo e outras, cuja história de migração do Alto Rio Negro, especificamente na fronteira com a Colômbia, envolve a busca por melhorias sociais como saúde, educação escolar formal e o acesso a bens materiais diversos, acreditando ser possível obtê-los por meio do turismo.

A experiência com o turismo, conforme mencionado em páginas precedentes, deu-se quando foram convidados por seus “parentes”¹ indígenas, particularmente

¹ **Parente:** Designação genérica, usada para se referir a um indígena, não necessariamente do mesmo grupo étnico.

pelos Desana da comunidade São João do Tupé, para trabalharem na confecção e comercialização de artesanato, nas apresentações de danças e rituais indígenas para os turistas, conforme dados evidenciados nos estudos de Manfredo (2017) e Cruz *et al* (2018).

Verificou-se durante a pesquisa junto à comunidade Tatuyo que a oferta de trabalho no turismo está intrínseca à própria estruturação da comunidade. Ao sair da comunidade São João do Tupé, os indígenas almejavam construir uma comunidade em que pudessem realizar sua própria experiência com o turismo. Assim, famílias indígenas ajudaram na própria construção da comunidade, principalmente da oca de apresentações culturais para os turistas, estrutura central para o turismo. Em virtude dessas particularidades envolvendo comunidades indígenas recém-criadas e suas relações com o turismo, surgiu o interesse em realizar a pesquisa na comunidade Tatuyo.

A pesquisa se estruturou a partir da participação em um Estudo Socioantropológico sobre as atividades turísticas realizadas em comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista. O referido Estudo Socioantropológico fora desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), nas quatro comunidades indígenas (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo).

As comunidades se assemelham quanto ao processo de formação e desenvolvimento da mesma atividade econômica (o turismo) e estão localizadas próximas umas das outras, o que facilita a circulação de informação e indivíduos, porém potencializa a ocorrência de tensões.

O trabalho realizado pelo NEICAM originou de uma solicitação do Ministério Público Federal (MPF) aos órgãos oficiais de proteção ambiental do Estado do Amazonas SEMMAS e SEMA², por meio do Processo SEAP/PGR – 000910/2017 requerido pelo procurador do 5º Ofício Cível da Procuradoria da República no Amazonas (PR-AM) com o intuito de melhor compreender as implicações e conflitos decorrentes da prática do turismo nas referidas comunidades.

² **SEMMAS:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, órgão gestor da RDS do Tupé.

SEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, órgão gestor da RDS Puranga Conquista.

Vale assinalar que, até o momento da realização da pesquisa, as comunidades ainda não haviam sido incorporadas/reconhecidas nos documentos oficiais dos órgãos responsáveis pela gestão das referidas RDS (SEMMAS e SEMA). A equipe do NEICAM com o intuito de legitimar a existência das comunidades, elaborou um mapa com a localização das mesmas (Figura 1, as comunidades indígenas estão identificadas na cor amarela), contudo, tal mapa não possui efeito legal.

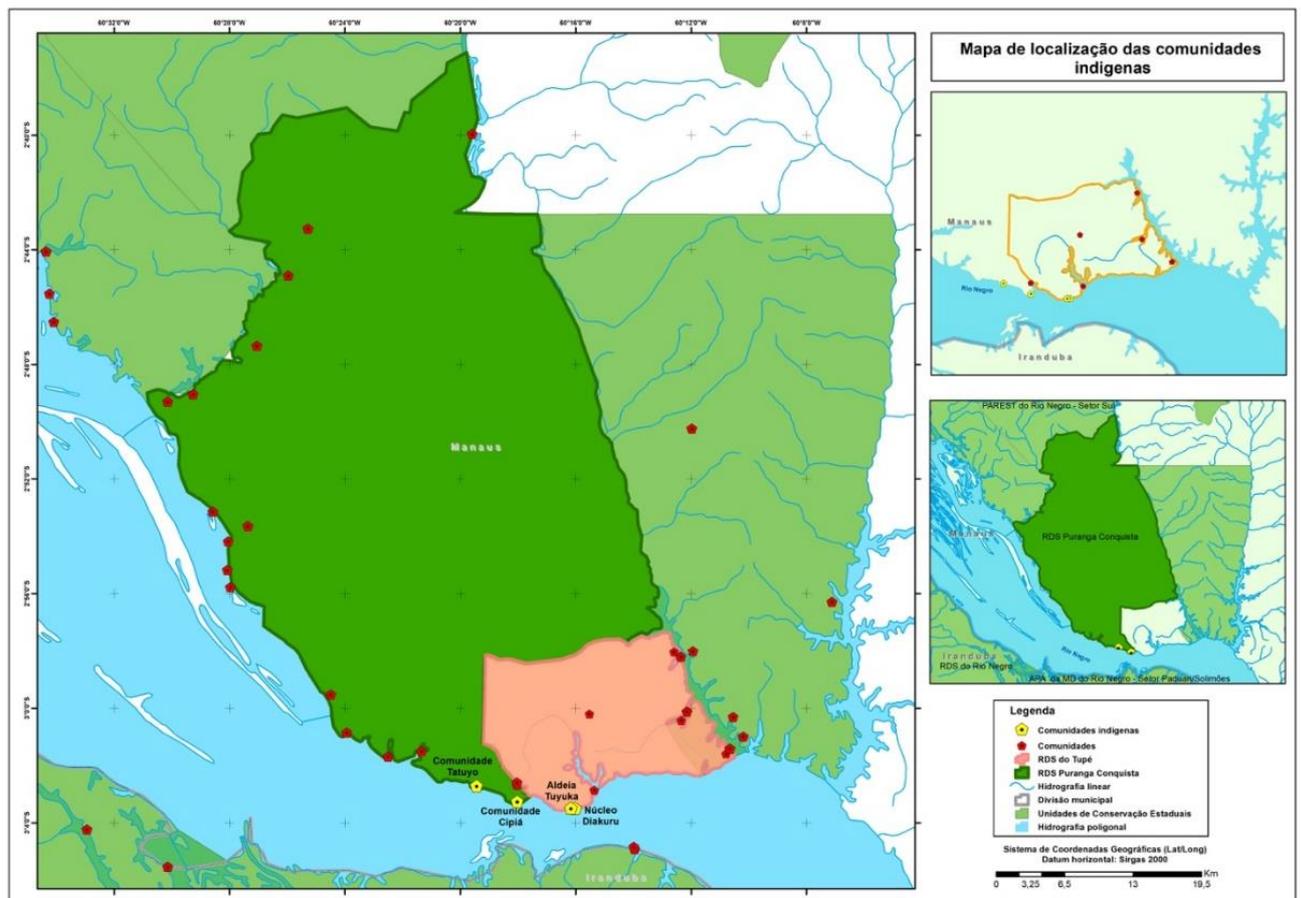


Figura 1: Mapa das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista com a identificação das comunidades indígenas

Fonte: CRUZ, E.G (2018)

Dessa forma, o trabalho realizado pela equipe do NEICAM buscou aprofundar a reflexão sobre o turismo em comunidades indígenas na região do Baixo Rio Negro, seguindo na mesma perspectiva proposta pelo Grupo de Pesquisa, ou seja, evidenciando o protagonismo dos povos indígenas, suas concepções sobre o turismo e os motivos para adotá-lo. No percurso das reflexões, buscou-se conhecer as dinâmicas das comunidades indígenas criadas em Unidades de Conservação (UC) que apresentam restrições quanto às formas de uso e a adoção do turismo

como uma importante alternativa de renda, bem como de promoção da cultura e afirmação da identidade étnica.

Conforme Cruz *et al* (2018) as quatro comunidades indígenas criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista se articulam em torno de estratégias para viver nesses territórios, ressignificando o lugar e a si próprias. A adoção do turismo envolve, desde o início, relações assimétricas instituídas pelos agentes sociais do turismo (agências de turismo, guias de turismo e pirangueiros³), responsáveis pela representação da imagem de um “índio exótico” no turismo, divergindo da forma como os indígenas se veem e vivem atualmente. Estas relações, ainda segundo as análises de Cruz *et al* (2018), também são ressignificadas pelas comunidades, pois diante da impossibilidade de mudar tal visão equivocada, criam suas estratégias, as quais serão abordadas no terceiro capítulo da dissertação.

De modo a contribuir com essas reflexões para análise da experiência da comunidade Tatuyo com o turismo levou-se às seguintes questões: O turismo tem sido de fato, uma estratégia sustentável de uso do território na comunidade Tatuyo? O turismo tem propiciado a promoção da cultura e a afirmação da identidade étnica?

Entende-se que essas questões são fundamentais e correspondem às reflexões sobre a dinamicidade dos povos indígenas por toda extensão do rio Negro, em que os movimentos característicos do processo de territorialização estão intrínsecos às construções simbólicas no território, ao enraizamento e às relações de poder cotidianas que se reproduzem nas territorialidades. Isto posto, pensar a cultura indígena na perspectiva do desenvolvimento do turismo compreende refletir que, em determinado território, comportam-se relações simétricas e assimétricas, as relações de poder, a circularidade de indivíduos e informações que fortalecem as identidades enquanto são construídas e/ou reproduzidas as territorialidades em um determinado território.

O objetivo central desta dissertação consiste em analisar as dinâmicas territoriais, culturais e suas relações com o turismo desenvolvido na comunidade indígena Tatuyo, frente aos limites de uso do território em UC. Para alcançar tal objetivo foram construídos três objetivos norteadores: Refletir sobre as motivações das famílias da comunidade Tatuyo para saírem de suas terras tradicionais e construir novas territorialidades na região do Baixo Rio Negro, apreender as

³ **Pirangueiro:** Atravessador sem cadastro no Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur) que trabalha irregularmente como guia de turismo.

estratégias da comunidade Tatuyo relativas ao uso do território e o turismo nesse contexto, conhecer as concepções dos indígenas sobre as atividades turísticas realizadas na comunidade, a organização social e o “lugar” da cultura indígena nas atividades econômicas.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O Capítulo I - “Percurso Metodológico” traz a apresentação e problematização dos caminhos percorridos durante a realização da pesquisa. O percurso inclui a participação no Estudo Socioantropológico realizado nas quatro comunidades indígenas, essencial para a continuidade e aprofundamento das análises empreendidas na comunidade Tatuyo.

O Capítulo II aborda as Áreas Protegidas, destacando as legislações ambientais pertinentes às Áreas Protegidas e ao Uso Público. Ao longo do capítulo problematiza-se sobre a gestão do território e os conflitos eminentes, tendo em vista os diferentes sujeitos e interesses divergentes. A ênfase dada neste capítulo refere-se à atividade turística desenvolvida em UC, tomando como recorte de análise as experiências de turismo nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, de modo a refletir sobre o papel dos órgãos gestores das RDS, bem como das instituições responsáveis pela política indigenista em âmbito Federal e Estadual, problematizando as ações concernentes às melhorias sociais nas comunidades indígenas e o respeito aos seus direitos frente à política de ordenamento do território empreendida pelo Estado.

O Capítulo III contextualiza as atividades turísticas adotadas por comunidades indígenas na região do Baixo Rio Negro, particularmente nas RDS do Tupé e Puranga Conquista. Essa contextualização objetiva apresentar os fatores que levaram as comunidades a escolherem o turismo como principal estratégia de renda. Portanto, centra as análises no turismo, nos novos processos de territorialização e uso do território empreendidos pelas comunidades indígenas nas RDS, que compartilham similitudes quanto aos aspectos de formação e desenvolvimento da mesma atividade econômica.

O Capítulo IV se debruça exclusivamente à análise da comunidade Tatuyo, destacando aspectos da vida cotidiana, dinâmicas das reelaborações culturais, bem como a trajetória na atividade turística, de modo a apreender as concepções dos indígenas sobre o turismo, o turista e as atividades culturais como atrativo. A análise contextualiza a mobilidade dos povos indígenas ao longo do rio Negro, os processos de territorialização e a patrimonialização da cultura intrínsecos às construções

simbólicas no território, ao enraizamento e as “relações de poder”, como apontadas em Raffestin (1993), que acontecem cotidianamente em todas as esferas da vida, reproduzem-se nas territorialidades e são percebidas na dinâmica do turismo local.

CAPÍTULO I

PERCURSO METODOLÓGICO

Dentre os objetivos da pesquisa propôs-se a caracterização e reflexão em âmbito social, econômico, cultural e ambiental das dinâmicas existentes na comunidade Tatuyo, no que tange a atividade turística e as estratégias empreendidas para seu desenvolvimento, considerando a cultura e as relações com o lugar (os territórios habitados), sujeitos sociais envolvidos (indígenas e não indígenas) e impactos positivos e negativos acarretados pela atividade.

A pesquisa está pautada no que Roberto Cardoso de Oliveira (1996) aponta como as três etapas de apreensão dos fenômenos sociais, "Olhar, Ouvir e Escrever" que num primeiro momento parecem tão familiares e, por isso, tão triviais. Esses atos cognitivos assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, visto que é com tais atos que logramos construir o nosso saber. Enquanto no Olhar e no Ouvir disciplinados se realiza a "percepção", será no Escrever que o "pensamento" se exercitará de forma cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

Ao longo da pesquisa, o "observar e ouvir", foram fundamentais no processo de trabalho nas comunidades, desde as primeiras viagens ao campo de pesquisa, quando iniciado o Estudo Socioantropológico (Dezembro de 2017), até o analisar e compreender parte da dinâmica da comunidade Tatuyo, destacando seu lugar no contexto do turismo nas comunidades indígenas recém-criadas, além de sinalizar as dificuldades na gestão do território e as oportunidades que merecem ser evidenciadas. A compilação e análise dos dados coletados, agregadas às leituras do material bibliográfico constituíram-se de transcrição das informações coletadas em gravações durante o trabalho de campo, anotações dos diários de campo e relatórios de campo elaborados após cada visita. Todas as questões analisadas objetivaram compreender o panorama do turismo na comunidade Tatuyo e como o território atualmente tem sido utilizado no desenvolvimento do turismo e das demais atividades desenvolvidas pelas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro.

Reforçando o que foi citado anteriormente, se acredita que, mesmo esta dissertação tendo como foco principal a comunidade Tatuyo, a compreensão da

dinâmica das quatro comunidades indígenas (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo) e suas experiências com o turismo foi fundamental pois, a partir das análises individuais se pôde compreender o contexto de vivência desses indígenas e suas visões sobre seu papel na sociedade contemporânea.

No percurso, a “fala” dos indígenas, moradores das comunidades, as lideranças, os agentes sociais externos, se estabeleceram como elementos centrais de coleta de informações para a compreensão da organização comunitária, especialmente da comunidade Tatuyo. Baseando-se em Portelli (1997), as fontes orais podem contar não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que pensa que fez, o testemunho oral, nunca é igual duas vezes. Mediante informações disponibilizadas pelos indígenas da comunidade Tatuyo, foi possível pensar o papel individual e coletivo, bem como as incertezas, dificuldades, anseios, expectativas e a relação que mantêm com o território.

Nos processos de territorialização das comunidades indígenas que compõem esta pesquisa, particularmente a comunidade Tatuyo, as memórias, para Pollack (1992, p. 204) constituem-se de “um fenômeno construído social e individualmente”. Como essas comunidades recém-formadas no Baixo Rio Negro se deslocaram e construíram suas territorialidades baseadas nos seus territórios tradicionais (região do Alto Rio Negro) e ressignificam alguns aspectos da cultura para o turismo, a identidade e a relação com o território mantêm uma ligação estreita.

Para Pollack (1992, p. 204) “ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros”. Para o autor, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, individual e coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. A identidade de uma comunidade desmembrada e reconstruída no bojo de relações conflituosas, em função do turismo, acontece por meio de negociações e submissão à aceitabilidade do outro.

A pesquisa foi realizada sob a abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (1994) se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalha um universo de significados, valores e atitudes que correspondem ao espaço mais profundo das relações. Flick (2009, p. 2) corrobora ao salientar que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das

relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. O autor ainda aponta que os aspectos essenciais “consistem em se apropriar de métodos e teorias, perspectivas dos participantes e sua diversidade, reflexividade do pesquisador e da pesquisa, variedade de abordagens e de métodos na pesquisa qualitativa” (FLICK, 2009, p. 23).

Questões que envolvem a apropriação de territórios por povos indígenas requerem uma reflexão que não caberia ser organizada e apresentada somente com aporte numérico, por essa razão se acreditou ser pertinente o enfoque qualitativo. Dispor de uma metodologia constituída de aporte analítico das práticas cotidianas dos povos indígenas é essencial para se trabalhar sob a ótica qualitativa, sendo que o posicionamento da pesquisadora se traduz na reflexão e compreensão do planejamento territorial, fundamentado e expresso, nessa pesquisa, em dados qualitativos.

O método utilizado foi o estudo de caso que, conforme Yin (2005, p. 19) “representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. O autor acredita que o estudo de caso se torna pertinente quando o pesquisador não busca interferir nos acontecimentos, apenas observa a dinâmica que ocorre, sem a manipulação de comportamentos.

Implica dizer que a pesquisa em questão investiga fenômenos atuais, os novos processos de territorialização vem acontecendo no Baixo Rio Negro, ligados diretamente ao desenvolvimento do turismo, com enfoque nos processos sociais da comunidade Tatuyo. Na atual conjuntura inerente aos desmembramentos, formação de novas comunidades e implementação de alternativas econômicas direcionadas à atividade turística considerou-se oportuno estruturar informações que envolvam as relações sociais e o ordenamento territorial de acordo com o regramento determinado para permanência em Unidade de Conservação (UC), no qual comunidade está localizada.

Em todas as fases foi empregada a observação, baseada em Barros e Lehfeld (2007, p. 74) ao qual observar “é voltar atentamente os sentidos a um objeto para que dele se possa adquirir o conhecimento claro e preciso”. Ratificando que, por meio da observação, o sentido do “olhar” destacado em Oliveira (1996) criou-se

condições de obter informações relevantes, mesmo nas pequenas ações cotidianas na comunidade Tatuyo.

Foram construídas três categorias para a reflexão dos dados, organizadas da seguinte maneira: a primeira categoria se refere à questão do Território, Territorialização e Territorialidade, a reflexão está embasada em Haesbaert (1999) e Saquet (2008, 2009), que analisam a ligação entre território e identidade; Raffestin (1993), com as relações de poder, territorialidade e identidade; Sposito (2008), com a abordagem de território e territorialidade.

A segunda categoria tem enfoque no Patrimônio Cultural e a Patrimonialização da Cultura, apontando as concepções de Cruz (2012) e as discussões concernentes ao turismo, patrimônio cultural e a produção do espaço; Silva (2011) e as considerações sobre a patrimonialização da cultura para o desenvolvimento.

A terceira categoria é referente ao Turismo em Comunidades Indígenas e Turismo de Base Comunitária, destacando o estudo de Grünwald (2003) sobre turismo e etnicidade de povos indígenas no estado da Bahia; Irving (2009); Neto de Jesus (2014) que discutem o turismo indígena e valorização cultural, Cruz, *et al* (2018) e Manfredo (2017) apresentam reflexões pontuais quanto ao desenvolvimento do turismo nas RDS do Tupé e Puranga Conquista.

As contribuições teóricas de diversas produções científicas envolvendo estudos sobre território, cultura, povos indígenas e turismo são essenciais para delinear questionamentos e confrontar as questões atuais observadas.

Na pesquisa foi utilizado o Relatório Parcial e Final do Estudo Socioantropológico do NEICAM e as atividades realizadas pelas comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, além dos diários de campo produzidos individualmente em âmbito do Estudo Socioantropológico, desde o final de 2017 até o início de 2019, especialmente aqueles produzidos exclusivamente para a análise da comunidade Tatuyo. O trabalho de campo seguiu um cronograma de visitas, organizado em dias específicos, respeitando a disponibilidade dos indígenas, de modo a não comprometer a responsabilidade de cada indivíduo na realização das atividades cotidianas, tanto domésticas quanto àquelas voltadas ao turismo.

Após o embasamento viabilizado pelo aporte bibliográfico, a segunda etapa da pesquisa foi a pesquisa de campo, processo importante na obtenção de

informações *in loco*. Conforme Gil (2008 p. 53), “o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana”. A pesquisa foi desenvolvida por meio da observação direta das atividades da comunidade, de entrevistas e conversas informais com os indígenas. Esses procedimentos estiveram conjugados a muitos outros, como a análise de documentos, filmagens e fotografias.

Na coleta de dados em campo foi utilizada a entrevista que, para Cervo, Bervian e Silva (2007) deve ser pensada como diálogo orientado para um objetivo definido, esse objetivo seria o resultado da pesquisa a ser alcançado através de perguntas ligadas à temática. O planejamento da entrevista esteve orientado para o alcance dos objetivos e bem-estar do entrevistado. No encontro *in loco* compete possibilitar um ambiente confortável, seguro e confiável para os indígenas terem a oportunidade de dispor de um “lugar de fala” (SPIVAK, 2010; RIBEIRO, 2017), também foi possível observar as práticas culturais cotidianas, a organização comunitária e como acontece a circulação de sujeitos e informações.

No Quadro 1 estão dispostas as atividades realizadas até o início de 2019. É importante destacar que a atuação do NEICAM nas comunidades continua, o que possibilita a percepção de novas dinâmicas nesse território complexo.

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES - REUNIÕES E TRABALHO DE CAMPO			
ATIVIDADES EM 2017			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
25/01/2017	Comunidades/aldeia/núcleo	Visita da equipe do GT Indígena as comunidades	SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA, MPF, PGE, FEI, FUNAI
07/02/2017	SEMA/DEMUC	Primeira participação nas reuniões do GT comunidades Indígena RDS Tupé e Puranga Conquista	SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA, MPF, FEI
21/03/2017	Oficina de trabalho RDS do Tupé	Reunião com os líderes dos núcleos indígenas RDS do Tupé e RDS Puranga Conquista.	CDEMUC/SEMA, FOPEC, FUNAI, FEI, SEMMAS, Arnoldo (SEMMAS), UEA
04/10/17	SEMA /DEMUC	Apresentação da proposta para a realização do Estudo Socioantropológico	DEMUC/SEMA, SEMMAS), FUNAI, UEA
31/10/2017	UEA/ESAT	Oficina Acordo de Visitação – Primeira parte	SEMAS, SEMA, FEI, AMAZONASTUR, UEA
29/11/2017	UEA/ESAT	Oficina Acordo de Visitação – Segunda parte	SEMAS, SEMA, UEA
01 e 02/12/2017	Comunidades/aldeia/núcleo	Início do trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
ATIVIDADES EM 2018			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
02 e 03/02/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
01/03/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
12/04/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
26,27 e 28/04/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM/MPF e equipe de Arqueologia
10/06/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
26/07/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
21/08/2018	Comunidade Indígena do Januari		
02/10/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
20/12/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
ATIVIDADES EM 2019			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
12/01/2019	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM
31/01/2019	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho – Coleta de dados	UEA/NEICAM

Quadro 1: Histórico de Atividades do NEICAM

Fonte: Arquivos NEICAM, 2019

Conforme Gil (2008, p. 132) “como os estudos de campo costumam ser prolongados e requerem contatos variados com as mesmas pessoas, a cooperação da comunidade é essencial”. A comunidade Tatuyo, colaborou em todas as etapas

da pesquisa, a pesquisadora e toda a equipe do NEICAM sempre foram bem recebidas por todos. O líder comunitário deu a anuência para a realização da pesquisa, colaborou com as entrevistas e participou de diálogos informais na comunidade, todavia, vale destacar que algumas questões (no caso, a renda proveniente do turismo e os valores pagos mensalmente aos indígenas que participam das apresentações diárias) não foram aprofundadas pelo líder, por ser um assunto restrito apenas ao grupo.

Na comunidade Tatuyo, atualmente vivem 7 (sete) famílias que contabilizam 34 (trinta e quatro) moradores. O roteiro de entrevista foi aplicado ao líder da comunidade e aos demais moradores, um representante/responsável de cada família que de forma espontânea se dispôs a contribuir com a pesquisa. Ou seja, foram entrevistados 7 (sete) indígenas, esse número se justifica porque, a família elegeu apenas um representante para passar tanto a sua própria concepção quanto a de sua família.

A pesquisa esteve permeada, desde o início, pela seriedade, primando pelo respeito aos indígenas moradores das comunidades. Nessa pesquisa se pretendeu produzir conhecimento em âmbito das estratégias de geração de renda, mantendo o foco no turismo e os novos processos de territorialização e formação de “núcleos do turismo” no Baixo Rio Negro; além disso a discussão dos processos de uso do território, apropriação e gestão pelas comunidades indígenas consiste em uma questão contemporânea que deve ser discutida por meio das percepções dos próprios indígenas que estão inseridos nesse processo.

CAPÍTULO II

TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: A GESTÃO DO TERRITÓRIO E OS CONFLITOS EMINENTES

Este capítulo aborda o processo de criação e as legislações que, ao longo dos anos, estabeleceram premissas para o ordenamento/gestão e uso de Áreas Protegidas no Brasil, com enfoque na Amazônia, região rica em biodiversidade e sociodiversidade que envolve a relação cotidiana dos povos habitantes com o território e seus recursos.

Para Raffestin (1993, p. 143-144) o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para o autor, a concepção de território está associada diretamente à forma como ele é apropriado e “territorializado”, nessa dinâmica, as relações de poder e dominação se intensificam. Nos territórios protegidos, nesse caso, as RDS do Tupé e Puranga Conquista, as relações de apropriação são emblemáticas.

Em territórios protegidos, algumas atividades se destacam para fins de pesquisa científica e visitação turística. Aqui se busca entender a implementação de iniciativas de turismo nos “territórios protegidos”, aqueles categorizados com de Uso Sustentável, categoria RDS. Nesse caso, desenvolver uma atividade econômica em território com regramento estabelecido por um órgão gestor externo, apresenta desafios e, cada vez mais, relações conflituosas e assimétricas.

Tem sido possível entender a relação de áreas naturais protegidas, constituídas por espaços geográficos claramente definidos, reconhecidos, destinados e geridos, por meios legais ou outras alternativas eficientes, com o objetivo de conservar, a longo prazo, a natureza, os serviços associados aos ecossistemas e os valores culturais (IUCN, 2008). Por esse prisma, tem sido

essencial refletir a relação entre as UCs, as populações que as habitam e utilizam o território para diferentes finalidades, bem como delinear, em linhas gerais, a legislação concernente ao desenvolvimento da atividade turística em área natural e a relação com os agentes sociais externos que estruturam o *trade*⁴ turístico.

2.1 AS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS CONCERNENTES ÀS ÁREAS PROTEGIDAS

Conforme o meio ambiente foi sendo ocupado e utilizado/consumido de maneira cada vez mais descontrolada, aumentou a preocupação com os impactos que se evidenciam, particularmente àqueles de origem antrópica que colocam crescentemente em risco a continuação dos processos ecológicos. Nessa perspectiva, a sociedade e, principalmente, o Poder Público creem que garantir a preservação e conservação de determinadas áreas é essencial para o ordenamento, controle e equilíbrio do meio ambiente. Nessa perspectiva foram construídas legislações orientadas para essa questão que abarcaria não apenas questões ambientais, mas também àquelas de ordem cultural, social e econômica do território protegido pelas legislações.

Grande parte das Áreas Protegidas foram criadas sob o “mito da natureza intocada” (DIEGUES, 2001). De fato, as tensões entre alternativas de conservação da natureza e as populações humanas residentes nessas áreas, muitas vezes responsáveis pela manutenção de sua integridade biológica, nasceu com a criação de Áreas Protegidas e assumiu, ao longo do tempo, proporções significativas (BENSUSAN, 2006).

As legislações sempre foram importantes no estabelecimento de formas para o ordenamento social, econômico, territorial e ambiental, como assinalam Thomas e Foleto (2013). Os autores acentuam que uma das formas de ordenamento é a criação de espaços de proteção ambiental, o estabelecimento dessas áreas surgiu dos intensos processos de ocupação, apropriação do solo e recursos naturais pela sociedade humana e a necessidade de criação de áreas naturais protegidas para a

⁴ **Trade turístico:** São organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc.) (EMBRATUR, 1995 *apud* Ministério do Turismo, s.d.).

melhoria de qualidade de vida e geração de serviços ambientais. Franco *et al* (2015) pontua que as áreas especialmente protegidas em função de suas características naturais totalizam hoje 20,6 milhões de quilômetros quadrados e cobrem 15,4% da superfície terrestre do planeta.

A criação de Áreas Protegidas, não apenas no Brasil como no mundo todo foi considerada um mecanismo de salvaguarda da natureza para minimizar ou conter os impactos negativos a fim de torná-las conservadas para o futuro. Essas áreas firmaram-se como

espaços territoriais protegidos por meio de legislação ambiental específica e visam à proteção e manutenção de espaços de relevância física, biológica e cultural, possuindo, portanto, a importante missão de amenizar os riscos potenciais por atividades que ameaçam a conservação da biodiversidade e manutenção do equilíbrio ambiental (THOMAS e FOLETO, 2013, p. 734).

As estratégias de proteção *in situ*, em áreas definidas por seus atributos de ordem socioambiental, tornaram-se cada vez mais imperativas, no que se refere à preocupação com as questões climáticas e a manutenção de espécies da fauna e flora nativas. Esses espaços ganharam notoriedade a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone⁵, marco principal das ações modernas de delimitação de Áreas Protegidas, esse modelo foi replicado em vários países, em diferentes momentos. “Isto se dá porque foram os trabalhos e o ativismo de pensadores, escritores e defensores norte-americanos de ambientes selvagens, que estimularam um clima intelectual favorável à criação do parque” (FRANCO *et al*, 2013, p. 235).

A criação do Parque de Yellowstone, em meados do século XIX, motivou diversas ideias preservacionistas importantes não apenas nos Estados Unidos, mas em outros países. Depois de Yellowstone, em 1885 o Canadá criou seu primeiro Parque Nacional, a Nova Zelândia o fez em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898. Bensusan (2006, p. 14) aponta que a América Latina foi um dos primeiros continentes a copiar o modelo de Parque Nacional sem população humana residente, o México criou sua primeira Área Protegida em 1894, a Argentina, em 1903, o Chile em 1926. No Brasil, em 1937 foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas.

⁵ O Parque Nacional de Yellowstone (“*Yellowstone National Park*”) é um parque nacional criado em 1872, nos Estados Unidos, está localizado em três estados: Wyoming, Montana e Idaho.

Dentre as Áreas Protegidas pioneiras estão, além do Parque Nacional de Itatiaia, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Serra dos Órgãos, criados em 1939. No período que vai até o fim da década de 1950 foram criadas oficialmente diversas UCs, contudo, foram nas décadas de 1960 e 1970 que houve um expressivo índice de criação de UCs em todo o Brasil.

Os primeiros Parques Nacionais brasileiros criados seguiam os modelos de parques norte-americanos, não considerando as especificidades e características do meio ambiente nacional. Com isso, “a população residente em determinadas áreas que se tornaram Áreas Protegidas, sobretudo no que se referem às populações tradicionais, foram excluídas da possível moradia ou exploração sustentável dessas áreas e de seu processo de gestão” (AGUIAR *et al*, 2012, p. 202), tal ordenamento intensificou a ocorrência de conflitos envolvendo órgãos gestores e populações que exigiam a permanência em seus territórios tradicionais.

Como marco legal para as Áreas Protegidas no Brasil, o presidente da república Getúlio Vargas decreta o primeiro Código Florestal Brasileiro em 1934 (Decreto Federal nº 23.793), declarando as florestas como bens de interesse comum a todos os habitantes do país e classificando-as em quatro tipologias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (THOMAS e FOLETO, 2013).

Os primeiros Parques Nacionais criados no Brasil foram legalmente fundamentados no primeiro Código Florestal Brasileiro. Os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais eram então definidos pelo Artigo 9 que instituiu: “Monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem” (BRASIL, 1934). Os Parques Nacionais não permitiam qualquer ação humana de impacto na área delimitada, para que se mantivesse intacta a fauna e flora nativas.

O Código Florestal de 1934 foi revogado pela instituição de um novo Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771 de 1965 que, no Artigo 1º destaca: “As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação são reconhecidas como bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral estabelece” (BRASIL, 1965).

Os Artigos 2º e 3º da referida Lei estavam voltados exclusivamente para as considerações sobre Área de Preservação Permanente (APP), as medidas mínimas

destinadas e a importância da manutenção das mesmas para o meio ambiente, como destacada a seguir, no Artigo 3º:

Art. 3º - Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: **a)** a atenuar a erosão das terras; **b)** a fixar as dunas; **c)** a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; **d)** a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares; **e)** a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; **f)** a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção; **g)** a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas; **h)** a assegurar condições de bem-estar público (BRASIL, 1965).

Pelo exposto, fica claro o papel das APPs na conservação do meio ambiente, assegurando a necessidade de uma metragem definida por lei para diminuir os impactos negativos contra os cursos d'água, variando conforme a dimensão. A diminuição desses impactos alcança a fauna, flora e populações que necessitam dos recursos, principalmente os recursos hídricos.

A Lei ainda salienta outra categoria de Área Protegida, a Reserva Legal, que limita a exploração de áreas situadas no interior das propriedades rurais, sendo necessárias para garantir o Uso Sustentável dos recursos naturais, os processos ecológicos, a biodiversidade e servir como abrigo e proteção à fauna e flora nativas (BRASIL, 1965).

O Artigo 5º instituiu Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim (BRASIL, 1965). Na Lei constam atribuições relevantes acerca da exploração florestal, reforçando a importância do manejo sustentado e reposição florestal por meio do plantio de espécies regionais.

Outro tema presente no novo Código Florestal de 1965 se refere à uma temática fundamental nessa pesquisa, a questão indígena. Nesse sentido, se destaca a possibilidade de declarar as florestas do patrimônio indígena como APPs como apontado no Artigo 3º - A: "Determina que a exploração dos recursos florestais em terras indígenas poderá somente ser realizada pela comunidade nativa e em regime de manejo sustentável, transformando as florestas que integram o Patrimônio

Índigena ao regime de preservação permanente (BRASIL, 1965). O Estatuto do Índio (Lei Federal nº 6.001 de 1973), destaca a criação de Áreas Protegidas indígenas em diferentes categorias:

Art. 26 - A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais e dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais. *Parágrafo único.* As áreas reservadas na forma deste artigo não se confundem com as de posse imemorial das tribos indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades: **a)** reserva indígena; **b)** parque indígena; **c)** colônia agrícola indígena (BRASIL, 1973).

A determinação de uma área destinada à exploração dos recursos por povos indígenas teve como principal objetivo garantir, para além de um local de abrigo, um território de vivência por meio do qual esses povos pudessem utilizá-lo para desenvolver estratégias de subsistência próprias e construir suas territorialidades por meio da valorização de aspectos da cultura indígena. Em âmbito de uma Área Protegida, o uso pertinente estaria obrigatoriamente baseado nos critérios básicos do desenvolvimento sustentável.

A garantia de meios para regular o controle do desmatamento historicamente crescente e a poluição nos territórios protegidos, em diferentes dimensões, foi marcada por tensões envolvendo comunidades, ambientalistas e o setor produtivo. Conforme estudos na área ambiental, as comunidades tradicionais, principalmente as comunidades indígenas têm mantido, na maioria dos casos, os recursos naturais protegidos da degradação.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi editada em época de regime político fechado, em que o ambientalismo moderno ainda dava passos iniciais no país, a Lei 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), contempla um instrumental importante em termos de Políticas Públicas para o meio ambiente, incluídas as ações direcionadas à proteção da biodiversidade. O conteúdo da Lei se divide em três componentes básicos: princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e instrumentos de política ambiental (ARAÚJO, 2010).

No ano de 1998 foi instituída a Lei que aborda as punições derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente e o infrator responsabilizado pelo dano

ambiental. A Lei 9.605 de 1998 foi considerada relevante no planejamento de mecanismos de inibição envolvendo crimes ambientais.

Art. 2º - Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la. (BRASIL, 1998).

Na legislação de crimes ambientais, as infrações cometidas estão definidas e são aplicadas à danos ou prejuízos contra a fauna, flora e outros recursos naturais. Desmatar áreas não autorizadas, matar a fauna silvestre, submeter animais à maus tratos ou colocar a vida dos mesmo em perigo (soltura de balões, atropelamento, caça esportiva em Áreas Protegidas), poluição dos cursos hídricos estão entre os crimes sujeitos à pagamento de multa e prisão.

A definição de UC está prevista na Lei nº 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A referida Lei, no Artigo 2º, define a UC como

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2008), em virtude da grande diversidade de situações presentes na realidade brasileira, as UCs estão divididas em dois grandes grupos:

- *Unidades de Conservação de Proteção Integral*: visam preservar a natureza em áreas com pouca ou nenhuma ação humana, onde não se permite a utilização direta de recursos naturais. São subdivididas em 5 categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

- *Unidades de Conservação de Uso Sustentável*: associam a conservação da natureza à utilização controlada dos recursos naturais. São subdivididas em 7 categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Formou-se este segundo grupo com a intenção de solucionar conflitos existentes entre os grupos sociais e a proteção da natureza. [...] é garantida a permanência e a manutenção do modo de vida das populações tradicionais, tendo em vista o respeito aos direitos dos

antigos ocupantes dessa área e cujas práticas colaborem para a conservação da biodiversidade (MMA, 2008, p. 9)

As UCs de Proteção Integral têm como principal função a preservação total do meio ambiente, a fim de mantê-lo livre de qualquer ação antrópica nociva. Não são permitidas quaisquer formas de uso/consumo direto dos recursos naturais, incluindo a presença de moradores. Contudo, são permitidas atividades de uso indireto como ecoturismo, pesquisa científica e educacional, desde que esteja de acordo com as premissas instituídas no plano gestor da área. As UCs de Uso Sustentável têm como objetivo conciliar a preservação da natureza com o uso sustentável/responsável dos recursos naturais, nesse caso, a presença humana é permitida, desde que não comprometa os processos ecológicos do território, de modo que os moradores das áreas sanem satisfatoriamente suas necessidades e garantam que as gerações futuras não sejam privadas dos recursos.

Nessa pesquisa, a comunidade foco (comunidade Tatuyo) está localizada na RDS Puranga Conquista caracterizada como UC de Uso Sustentável. A Tabela 1 apresenta as dimensões das UCs de Proteção Integral e Uso Sustentável no Brasil.

TIPO/CATEGORIA	ESFERA						TOTAL	
	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL			
	Nº	Área (km ²)	Nº	Área (km ²)	Nº	Área (km ²)	Nº	Área (km ²)
Proteção Integral								
Estação Ecológica	31	74.302	62	47.507	5	40	98	121.849
Monumento Natural	5	115.405	29	906	16	151	50	116.461
Parque Nacional/Estadual/ Municipal	74	268.212	209	94.229	142	651	425	363.092
Refúgio de Vida Silvestre	9	2.984	45	2.947	8	175	62	6.107
Reserva Biológica	31	42.668	24	13.488	8	51	63	56.207
Total Proteção Integral	150	503.571	369	159.077	179	1.068	698	663.716
Uso Sustentável								
Floresta Nacional/Estadual/ Municipal	67	178.187	39	135.857	0	0	106	314.044
Reserva Extrativista	66	134.833	28	19.845	0	0	94	154.677
Reserva de Desenv. Sustentável	2	1.026	32	111.251	5	171	39	112.447
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	37	897.088	190	339.418	99	56.930	326	1.293.435
Área de Relevante Interesse Ecológico	13	341	26	455	11	140	50	936
RPPN ⁶	663	4.873	224	787	1	0	888	5.661
Total Uso Sustentável	848	1.216.348	539	607.613	116	57.240	1.503	1.881.201
Total Geral	998	1.719.919	908	766.690	295	58.308	2.201	2.544.917
Área considerando	998	1.713.973	908	760.387	295	58.243	2.201	2.498.195

⁶ RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural

sobreposição mapeada								
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Tabela 1: Unidades de Conservação no Brasil

Fonte: CNUC-MMA, 2018 (www.mma.gov.br/cadastro_uc)

À medida que o território foi sendo ocupado, regular ou irregularmente, se torna mais difícil implantar UCs de forma pacífica, os conflitos com as populações que habitam alguns desses territórios é contínuo. Por essa razão, para garantir a proteção do meio ambiente e lugar de vivência para populações ribeirinhas, as mobilizações sociais consideram que a implantação/recategorização de UCs para “Uso Sustentável” uma forma de minimizar as tensões, porém, os processos são complexos, pois as comunidades que habitam as áreas tem uma relação específica e fortalecida com o território, utilizando-o, para o extrativismo, agricultura e criação de animais e também como lugar em que construíram suas territorialidades.

A partir das recategorizações, conseqüentemente, são estabelecidas regras específicas para a permanência na UC e, algumas dessas regras não permitem diversas atividades no território, nesse sentido, as tensões ganham amplitude pois, mudar as estratégias de renda desestabiliza economicamente os moradores, tendo em vista que, muitas famílias praticam agricultura e extrativismo como forma de subsistência. As áreas estabelecidas de acordo com as suas especificidades (região, recursos naturais), o uso do território para fins econômicos, acontece pelas atividades que buscam equilíbrio com o meio ambiente, nesse caso, atividades como turismo, agricultura, extrativismo são frequentes.

De acordo com a Tabela 1, atualizada em 2018 pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), as UCs de Uso Sustentável apresentam uma área muito maior que àquelas UCs de Proteção Integral devido à processos de recategorização⁷ das áreas.

A área total do bioma Amazônico compreende 4.199.073 (km²), a área destinada para a categoria de Proteção Integral (Estação Ecológica, Monumento Natural, Parque, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva Biológica) equivale à 429.284 (km²). A categoria de Uso Sustentável (Floresta, Reserva Extrativista, RDS, Reserva de Fauna, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico,

⁷ **Recategorização:** alternativa possível, desde que solicitada pelos grupos interessados, preconiza a transformação da Unidade de Conservação de Proteção Integral em Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Aceitável diante de algumas condições como a perda de atributos que ensejaram a criação da Unidade de Conservação, a exigência de maior autonomia por parte da comunidade, a possibilidade de gestão compartilhada, que pode trazer benefícios tanto à conservação da natureza quanto à manutenção do modo de vida tradicional (BRASIL, 2014, p. 25)

RPPN) equivale à 773.466 (km²). A área total destinada às duas categorias de UC correspondem, juntas, à 1.202.750 (km²) ou seja, 28,6% da área total do bioma amazônico (CNUC/MMA, 2018).

Voltando à trajetória das legislações concernente às UCs no Brasil, a Lei nº 4.771, de 15 de 1965 (Novo Código Florestal), revogada pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, APP e Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê ainda instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos (BRASIL, 2012).

Essas Áreas Protegidas apresentam diferentes funções, como extração de alimentos, essenciais para as populações que se utilizam desses recursos, pelas belezas cênicas, que muitas vezes são exploradas como atrativos turísticos, abrigo de populações tradicionais e contribuição para a valorização e reprodução de suas culturas, fonte de medicamentos, concepções míticas e crendices, produtos que são comercializados em pequena escala pelos seus moradores, constituindo-se assim em fontes de recursos econômicos para essas populações, as espécies nelas contidas, além da disseminação de suas características gênicas e os importantes laboratórios para pesquisa científica (AGUIAR *et al*, 2012).

Para os autores, a inserção de populações tradicionais em âmbito da convivência, gestão e exploração de recursos em certas UCs, foi considerada um avanço na utilização de forma sustentável dos recursos, possibilitando sua conservação, ocorrida em função das estratégias utilizadas por esses grupos humanos serem menos impactantes e menos degradadores da natureza. As comunidades indígenas estão presentes nesse grupo, em virtude de estabelecerem uma relação estreita com o meio ambiente de forma que a exploração não acarreta, em diferentes dimensões, agravantes que prejudiquem os recursos naturais.

O sentido atribuído aos mecanismos de proteção ao meio ambiente foi sendo modificado, ganhando configurações contemporâneas. A notória mobilização de diferentes agentes sociais externos (ambientalistas, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, ONGs, instituições públicas e privadas) condensa e fortalece as discussões envolvendo as UCs. A relação ser humano-natureza se consolidou na reelaboração das formas de perceber o meio ambiente e, a “convivência equilibrada”

seria o meio mais eficaz de prolongar a existência dos recursos naturais, considerando esse equilíbrio vital, sobretudo para o ser humano.

2.2 AS ÁREAS PROTEGIDAS E OS USOS PÚBLICOS

O direito ao meio ambiente saudável que assegure e garanta a continuidade dos processos ecológicos por meio da proteção à fauna, flora e recursos hídricos estão instituídos na Constituição Federal de 1988 (Capítulo VI – Do Meio Ambiente), o Artigo 225, ressalta:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Frente aos impactos no meio ambiente causados por diversas ações antrópicas e, a partir dos agenciamentos e forças de movimentos sociais, ambientalistas, foram criados mecanismos de proteção, dada a necessidade de proteger e garantir a continuação dos processos ecológicos em determinadas áreas seria importante. Algumas dessas áreas, mesmo sob proteção do Estado, não estariam isentas da presença do ser humano. Por essa razão, a Lei do SNUC – Lei nº 9985/2000 (BRASIL, 2000) estabeleceu diretrizes para o Uso Público, diferente para cada uma das categorias de UC (Proteção Integral e Uso Sustentável), a seguir estão dispostos critérios de proteção e uso com base na Lei do SNUC.

O Artigo 2º - II: Elucida quanto ao manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a utilização sustentável e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais e futuras gerações. O Art. 2º ainda aborda o uso indireto da área, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais e o uso direto, aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais. O Uso Sustentável, a exploração do ambiente e o extrativismo planejado de modo a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

A Lei do SNUC ainda esclarece os usos de diferentes categorias de UCs de Uso Sustentável. A Área de Proteção Ambiental (APA), no Artigo 15, está constituída de áreas públicas e privadas, oportuniza condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público estabelecidas pelo órgão gestor. Na Floresta Nacional (FLONA), no Artigo 17, são admitidas populações tradicionais, a visitação pública está condicionada às normas estabelecidas para o manejo pelo órgão responsável por sua administração, a pesquisa é permitida e incentivada, sujeita à autorização do órgão gestor da unidade, às condições e restrições estabelecidas.

A Reserva Extrativista (RESEX), no Artigo 18, é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, complementada pela agricultura de subsistência e pequenas criações de animais, o objetivo é proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da UC. A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas, desde que estejam compatíveis aos interesses da população local e o Plano de Manejo da área. A exploração de recursos minerais e a caça amadora ou profissional são proibidas, a exploração comercial madeireira é permitida sob autorização do órgão gestor e uso sustentável.

Outra categoria é a Reserva de Fauna (REFAU), o Artigo 19 define como uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. Vale ressaltar que atualmente, no Brasil, não existe área delimitada como REFAU.

No tocante à abordagem do uso em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), área natural que abriga populações tradicionais, baseada em concepções sustentáveis, a exploração dos recursos naturais tem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. No Artigo 20 - § 5º, estão destacadas as atividades desenvolvidas em RDS que devem obedecer às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à

educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área (BRASIL, 2000).

Sob a legislação da categoria RDS foi constituída a comunidade Tatuyo, *locus* principal da pesquisa. Viver em um território repleto de restrições de uso é um desafio, para manter equilibrada as formas de utilização dos recursos naturais essenciais para vida sem degradar o meio ambiente é vital o apoio do órgão gestor na viabilização de alternativas de subsistência para as comunidades.

Outra categoria de UC, o Artigo 21 destaca como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma área privada, com o objetivo de conservar a diversidade biológica sendo permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos e educacionais. A legislação evidencia a importância e incentiva a articulação entre a comunidade científica e os órgãos gestores das UCs no tocante a oportunizar o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a fauna, flora e a gestão sustentável dos recursos naturais, agregado ao conhecimento e consentimento das populações tradicionais que residem em muitas dessas áreas.

De acordo com a legislação, portanto, as atividades realizadas nas UCs que permitem pesquisas e visitas não podem, em nenhum momento, colocar em risco a dinâmica de vida das populações residentes e da fauna e flora, portanto, os ecossistemas dessas áreas precisam, efetivamente, serem mantidos sob proteção. Por essa razão, a anuência tanto do órgão gestor quanto das populações residentes é fundamental para garantir um diálogo simétrico entre agentes sociais internos e externos, minimizando a ocorrência de conflitos.

Em relação às populações, vem sendo discutido o delineamento dos Planos de Manejo baseados na gestão desses territórios. Para além de aspectos de gestão, “o envolvimento da comunidade por meio de visitação pública é tido como uma das principais ferramentas para promover a valorização dos recursos naturais e socioculturais das Unidades de Conservação”. (BELLINASSI *et al*, 2011, p. 276).

O Uso Público sendo planejado para a conservação dos territórios tem fomentado propostas de manejo destinadas a estabelecer um equilíbrio sobre as

ações do ser humano no meio ambiente. Debates sobre o uso e conservação dos recursos naturais envolvem agentes sociais externos à UC, pesquisadores, biólogos, antropólogos, ambientalistas e diversos outros que refletem sobre essa temática. Do outro lado, mas não em posição antagônica estão as comunidades habitadas por populações indígenas e não indígenas, moradores das UCs que estabelecem relações com o meio ambiente baseadas na sustentabilidade de modo a não o impactar indevidamente.

Diegues (2001) aponta que a sustentabilidade é um conceito plurifacetado que envolve as dimensões sociais, econômicas e políticas. O autor esclarece que a construção de comunidades e sociedades sustentáveis deve partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos, do desenvolvimento de novas solidariedades, do respeito e proteção à natureza não pela mercantilização da biodiversidade, mas pelo fato que a criação ou manutenção de uma relação mais harmoniosa e equilibrada entre sociedade e natureza serem um dos fundamentos das sociedades sustentáveis.

Conforme Bensusan (2006, p. 25), as bases para esses debates podem ser resumidas da seguinte maneira:

Apesar de muitas áreas terem sido utilizadas pelas populações humanas por milhares de anos, em algumas delas a integridade biológica permaneceu significativamente alta, mostrando que os processos ecológicos se mantiveram preservados e transformando essas áreas em prioridades para a conservação.

As UCs de Uso Sustentável garantem que atividades como agricultura, extrativismo, criação de animais, pesquisas científicas e visitação turística possam ser incentivadas, ressaltando que a implementação de qualquer atividade não deve acarretar perdas e sim assegurar a continuação dos ecossistemas. Bensusan (2006, p. 25) salienta que “o uso das populações humanas nessas áreas tem sido tradicionalmente de baixo impacto, mas as forças sociais que mantinham esse padrão de uso estão se modificando rapidamente, o que pode resultar em um rápido aumento do impacto do uso”. A preocupação está ligada à crescente destruição da biodiversidade fora das Áreas Protegidas, devido ao uso inconsciente dos recursos.

Como mencionado em páginas precedentes, as Áreas Protegidas são determinadas pelo potencial ambiental que apresentam, o estabelecimento dessas áreas está para minimizar o uso predatório e desenfreado dos recursos naturais.

Contudo, como elucida Lewis (1996) *apud* Silva (2013, p. 172), as Áreas Protegidas são baseadas num mito. Um mito encantador, mas ainda um mito: de que a natureza é separada do povo, e de que a mesma é diminuída sempre que as pessoas tentam viver entre ela. Contudo, o trabalho realizado por cientistas de uma grande variedade de campos, da antropologia à história da arqueologia para a ecologia e economia levaram a uma compreensão sobre a relação entre as pessoas e a natureza. Acredita-se que a relação com o território e o ambiente natural se constrói simetricamente a partir do momento em que o ser humano planeja suas ações pensando na conservação para as gerações futuras.

Para uma relação ser humano-natureza simétrica e equilibrada se torna fundamental pensar na completude dos elementos e na coexistência de ambos que pode, e deve, ser benéfica. Nesse ínterim, usufruir dos benefícios de um meio ambiente oportuno requer planejamento, sobretudo quanto à presença de moradores em UC, os critérios de uso são mais rigorosos. “A utilização das unidades de conservação (UC) pelo público é uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para sua conservação e para seus moradores e os do entorno” (NELSON, 2012, p. 2015).

Como evidenciado pela autora, os usos das UC estão pautados na geração de renda associada à educação (ambiental). É importante ressaltar a importância da educação, principalmente para as crianças, uma vez que ela é uma das principais e mais importantes ferramentas para a minimização das estratégias de exploração desordenada dos recursos naturais.

Para Sachs (1993, p. 34), não existe mais espaço para o crescimento econômico conhecido e implementado há décadas, aquele desenvolvimento que “externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica”, o autor acrescenta que essa forma de crescimento acentua as desigualdades, baseando-se na economia de mercado desenfreada. Por essa razão, para toda forma de introdução antrópica em UC é necessário um Plano de Gestão que proteja os recursos naturais e atenda às aspirações e necessidade das populações residentes (quando houver).

Nelson (2012, p. 2015), afirma que a visita contribui com vários objetivos das UCs (recreação, turismo, educação ambiental, pesquisa científico, entre outros), mas deve ser realizada com planejamento, compilado em um documento: o Plano

de Uso Público (PUP)⁸. A autora destaca que algumas categorias de UCs têm como objetivo a visitação pública, por isso, o PUP se torna um instrumento indispensável na gestão dessas áreas, uma vez que se trata de um documento oficial que visa ordenar e orientar o uso da UC, promovendo a experiência de estar na natureza, educando e divulgando sua importância. No documento se identificam as oportunidades de recreação, conciliando seu uso com a conservação, definindo áreas, atividades, infraestrutura necessária e delineando trilhas para sua implementação.

As atividades realizadas em UC (turismo, pesquisa científica e excursões educativas), oportunizam experiências de interpretação que difundem aos visitantes o valor do patrimônio natural e cultural do território, ao passo que para estabelecer uma relação de respeito e reciprocidade com a natureza é necessário conhecê-la para compreendê-la. A função educativa não precisa necessariamente estar ligada à educação formal (escola), mas à mudança de atitude do ser humano frente à forma mais coerente de se relacionar com o meio ambiente, como uma das principais funções da educação ambiental.

Braga (2013, p. 89) acentua que com vistas a conciliar as atividades de turismo com a proteção da biodiversidade, “o turismo não significa viabilizar o uso direto dos recursos naturais no parque e transmutar as unidades de conservação integral em uso sustentável, mas deve ser compreendido no contexto de consolidar as finalidades legais dos parques nacionais”.

O turismo em UC apresenta-se como alternativa de geração de renda em comunidades, no Baixo Rio Negro, especificamente na RDS Puranga Conquista, algumas comunidades indígenas recém-formadas encontraram nessa atividade um meio de subsistência no território que, na maioria das vezes, é insuficiente para desenvolver agricultura, a dificuldade no escoamento dos produtos agrícolas também se mostra desanimador para a agricultura familiar, por essa razão, durante a pesquisa, se percebeu que a maioria dos indígenas mantém a floresta protegida, utilizando-a minimamente para atender suas necessidades, visto que o turismo é a principal fonte de renda nas comunidades.

⁸ **Plano de Uso Público (PUP):** é um dos documentos oficiais para Unidades de Conservação e tem o objetivo de “ordenar, orientar e direcionar o uso da unidade de conservação pelo público, promovendo o conhecimento do meio ambiente como um todo” (IBAMA, 1999).

O tópico a seguir aborda o turismo como ferramenta de geração de renda e conservação do meio ambiente, visto que a implementação da atividade em território protegido implica diferentes conflitos de interesses de agentes sociais distintos.

2.3 O TURISMO COMO FERRAMENTA PARA A CONSERVAÇÃO, GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

O turismo como fenômeno social, na contemporaneidade, tem sido planejado, desenvolvido e desdobrado cenários complexos. Nesses cenários, as necessidades demandadas pelo mercado reconfiguraram a atividade turística ao longo dos anos e as “novas” necessidades estão relacionadas, sobretudo, à responsabilidade social. Nesse contexto, o meio ambiente e o patrimônio cultural tomam posição de destaque, tornando-se foco de discussão e reflexão acerca do turismo. A necessidade de deslocamento está ligada diretamente às relações traçadas com o outro. Em diferentes contextos, as viagens representam o desejo de mudança, dada pelo movimento de indivíduos e ideias que compõem, acompanham e influenciam diretamente o desenvolvimento social, econômico e territorial.

O ato de viajar compreende fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais, o que torna fundamental uma reflexão sobre esse fenômeno global. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1992, p. 19), o turismo é definido como a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais”. Para De La Torre (1997), o turismo

é um fenômeno que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1997, p.19).

Ambas as conceituações, tanto a proposta pela OMT quanto a de De La Torre distanciam e colocam em oposição o lazer proporcionado pelo turismo da jornada de trabalho cotidiana. Diante dessas duas concepções similares, se entende, por esse ponto de vista, que o decorrer da experiência turística é o período de não trabalho

para os turistas, diferentemente do *trade* turístico e de outros agentes sociais que trabalham ou são impactados direta e indiretamente pelo turismo, esse mesmo período representa o período de trabalho.

De acordo com a OMT (2018), a importância do turismo na economia mundial é representativa, apresenta 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial direto, indireto e induzido, a atividade também é responsável por 1 a cada 10 empregos diretos e indiretos, contabiliza 1,4 trilhões de dólares em exportação, compreende 7% das exportações mundiais e 30% das exportações de serviços. No Brasil, a maior participação do turismo na economia nos últimos anos foi de US\$ 56,8 bilhões em 2016, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total do setor foi de US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB Nacional. Conforme o Plano Nacional de Turismo (PNT) (2018), o WTTC⁹ estima-se um crescimento de 3,3% até 2027, chegando à contribuição total do setor na economia em 9,1% do PIB, o equivalente a US\$ 212,1 bilhões.

Nota-se que o turismo tem se mostrado, ao longo dos anos, uma atividade econômica notória para o país, dado que movimenta consideravelmente o PIB nacional, gerando empregos diretos e indiretos, além da receita anual. Nesse panorama de estimativas animadoras uma questão é colocada em evidência: Como estão divididos os lucros gerados pela atividade turística? Essa questão traz a reflexão da equidade social e da proteção ambiental, sobretudo nos pequenos destinos turísticos, àquele desenvolvido em comunidades indígenas, por exemplo. Nas discussões que transpassam questões econômicas, ambientais, sociais e culturais são abordados aspectos da relação ser humano-natureza que, por vezes, acontecem de forma assimétrica e impactam negativamente no turismo.

Segundo o Mtur (2010), a partir da década de 1970, as preocupações com o desenvolvimento econômico, a degradação do meio ambiente e as questões sociais alcançaram a atividade turística, tanto na esfera acadêmica, quanto na das organizações civis, evidenciando a necessidade de conservação do meio ambiente mediante técnicas sustentáveis. Na década de 1980 e, principalmente, na década de 1990, havia um espaço propício para serem discutidas alternativas ambientais, avanços em pesquisas científicas, buscando-se equacionar o desenvolvimento com a conservação ambiental.

⁹ **WTTC:** *World Travel & Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

Stigliano (2009, p. 25) acentua que o espaço físico, natural e produzido constituem a base da atividade turística, pois é onde se realizam as atividades, a concretização dos anseios dos turistas. Para o autor, como qualquer atividade humana, o turismo gera efeitos sobre o ambiente onde se desenvolve. Estudar os efeitos da atividade turística em uma área, seja ela natural ou não, envolve a análise de diversos fatores que interferem nas modificações causadas pela utilização do local. Os efeitos, ou impactos, resultantes da atividade devem ser avaliados em momentos distintos – entre o antes e o depois de sua ação modificadora.

Por muito tempo o planejamento da atividade turística esteve constituído por elementos característicos do capitalismo, por meio da concepção de uma atividade econômica massificada, cujo objetivo consistia basicamente na lucratividade. Uma das características principais da atividade turística é a demanda, nesse sentido, o turismo se consolidou nos locais de elevada taxa de visitação, nesse modelo, o “desenvolvimento” do destino receptor, a preocupação com o meio ambiente e as questões socioculturais não eram questões prioritárias.

Na proposta do turismo de massa, Rejowski (2002) evidencia as principais características: a paz prolongada em zonas de estabilidade política, principalmente no Mediterrâneo, Europa, EUA, a consolidação do poder aquisitivo de camadas da população em países do Ocidente e aumento do tempo livre, o interesse em conhecer outros povos e civilizações pela expansão da educação e da cultura, o desejo de evasão, descanso e recreação para ambientes próximos à natureza, em face de problemas decorrentes da industrialização e crescimento populacional inseridos no processo de urbanização, a redução das jornadas de trabalho e criação de férias remuneradas, o desenvolvimento tecnológico nos meios de transportes terrestre, fluvial e aéreo, a publicidade e aplicação de técnicas de *marketing*, aumentando a motivação para as atividades de lazer.

Contudo, conforme o turismo de massa foi crescendo e se tornando mais rentável, da mesma forma foram crescentes os impactos desfavoráveis potencializando agravantes no modo de vida das populações nos destinos receptores. A excessiva quantidade de turistas concentrados em locais estratégicos tornou-se geradora de lucros para os grandes empreendimentos, em contrapartida, acarretou prejuízos como poluição, exploração desordenada da natureza, exploração dos recursos humanos locais e segregação social. A OMT (2003) salienta que para o estabelecimento da capacidade de carga turística, toma-se o

conceito da manutenção de um nível de desenvolvimento e de utilização que não resulte em deterioração ambiental grave, em problemas socioculturais e econômicos, nem seja entendido pelos turistas como capaz de desvalorizar o seu aproveitamento e a apreciação da área ou local turístico.

Lohmann e Panosso Netto (2008) indicam que o desenvolvimento da atividade turística descontrolada acarreta impactos negativos, dentre os mais recorrentes estão:

Contaminação das nascentes de água, diminuição dos espaços verdes, que passam a ser destinados à construção de infraestrutura turística, uso inadequado do solo propiciado pelos empreendimentos turísticos mal planejados, transformação do espaço físico dos destinos, que passam a ser orientados apenas para o turismo, verticalização dos centros urbanos impulsionados pela pressão imobiliária; Erosões em trilhas de turismo e transformação da paisagem (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 212).

Todavia, em diversos estudos na área, os prejuízos decorrentes da atividade turística não se limitam apenas aos mencionados por Lohmann e Panosso Netto. Os impactos negativos são multiplicados considerando as peculiaridades que cada local apresenta individualmente quanto ao meio ambiente, sociedade, cultura, dentre outras especificidades inseridas na dinâmica do turismo. Diante disso, considerar as condições e características do local receptor, agregar o uso dos recursos naturais como atrativos turísticos sem comprometer os processos ecológicos são cruciais no momento de planejar e gerir a atividade turística.

Frente à essa realidade, foram conduzidas reflexões para uma nova maneira de pensar o turismo, na tentativa de mudar a compreensão que consolidou a atividade como nociva e geradora de lucros à grandes empreendimentos do *trade* turístico causando danos para às populações e ao meio ambiente. Stigliano (2009) salienta que o turismo sustentável ganha destaque em uma abordagem favorável às conquistas nos aspectos da melhoria da qualidade das relações da atividade com o meio físico e social onde se desenvolve.

É um conceito que floresce das práticas dos movimentos sociais voltados à busca de melhores condições de vida, de qualidade ambiental, de justiça social. Uma possível abordagem do turismo sustentável é a visão integrada em uma concepção de planejamento, cujo ponto de partida é buscar ser economicamente rentável, ter o compromisso de preservar o patrimônio natural, valorizar o aspecto cultural e ser capaz de promover o engajamento dos diversos atores sociais no processo de tomada de decisões. (STIGLIANO, 2009, p. 17).

Para o autor, os agentes sociais que compõem contexto do turismo são o setor privado, o setor público, a comunidade que habita o local receptor e irá sofrer o maior impacto do desenvolvimento da atividade turística, e todos os outros agentes que, direta ou indiretamente, influenciam ou recebem influência do contexto turístico.

No Brasil e, principalmente na Amazônia, a proposta de um turismo planejado e fundamentado nos princípios da sustentabilidade ganha cada vez mais espaço e se torna um relevante fator competitivo, sinônimo de responsabilidade social e comprometimento envolvendo agentes e agências da cadeia produtiva do turismo, potencializado em vista à riqueza de biodiversidade e estratégias de proteção e conservação. Conforme o Mtur (2010) os incentivos a uma nova maneira de vivenciar e usufruir as paisagens rurais e naturais, as florestas, as regiões costeiras, entre outros ecossistemas, proporcionariam discussões de uma forma mais consciente de uso e fruição dos espaços pelos turistas. As visitas às Áreas Protegidas passaram a ganhar espaço e a se popularizar, mesmo que inicialmente com um caráter científico, desempenhando um importante papel inicial neste processo.

Sobre o desenvolvimento baseado na sustentabilidade torna-se essencial compreender o cunho político inerente às propostas de desenvolvimento sustentável que são amplamente acentuadas. Sachs (1993) pontua cinco dimensões do ecodesenvolvimento, no qual o planejamento responsável para o desenvolvimento precisaria estar pautado:

- *Sustentabilidade Social*, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

- *Sustentabilidade Econômica*, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Uma condição importante é a de ultrapassar as configurações externas negativas resultantes do ônus do serviço da dívida e da saída líquida de recursos financeiros do Sul, dos termos de troca desfavoráveis, das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

- *Sustentabilidade Ecológica*, que pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas: - Ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas com o mínimo de danos aos sistemas

de sustentação da vida. – Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressiva ao meio ambiente. – Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem. – Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta. – Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial. – Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

- *Sustentabilidade Espacial*, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que segue: - Reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas. – Frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital através de processos de colonização sem controle. – Promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados. – Explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao papel da criação de oportunidades de empregos não agrícolas nas áreas rurais [...]. – Criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

- *Sustentabilidade Cultural*, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área. (SACHS, 1993, p. 37-38)

As principais questões colocadas nas dimensões mencionadas e defendidas por Sachs (1993) se referem à diminuição da pobreza e segregação social, viabilizada mediante uma divisão mais equitativa dos benefícios que ocorreria por meio do desenvolvimento de atividades rentáveis, favorecendo o empreendedorismo e autonomia uma vez que seria possível promover os territórios sociocultural e economicamente com iniciativas que beneficiassem tanto o meio ambiente quanto as populações residentes.

O turismo planejado de forma sustentável foi posto como atividade que proporcionaria benefícios ao local receptor, aquela que consegue se sustentar por um longo período e utiliza, de maneira responsável, os recursos naturais e humanos disponíveis. Para o Mtur (2007)¹⁰, os princípios fundamentais do desenvolvimento

¹⁰ Segundo o Mtur (2007), o turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas.

sustentável especificamente para o turismo, se apresentam em quatro eixos e, da mesma forma que os princípios do desenvolvimento sustentável preveem uma análise holística dos impactos, devem ser pensados e planejados em conjunto, uma vez que são complementares. São eles:

- *Sustentabilidade Ambiental:* Assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais.
- *Sustentabilidade Sociocultural:* Assegura que o desenvolvimento preserve a cultura local e os valores morais da população, fortaleça a identidade da comunidade, e contribua para o seu desenvolvimento.
- *Sustentabilidade Econômica:* Assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.
- *Sustentabilidade Político-institucional:* Assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além dos atores situados no âmbito da sociedade civil (MTUR, 2007 p. 20)

A trajetória do turismo muitas vezes marcada pelo estabelecimento do modelo de turismo de massa gerou, conseqüentemente, tensões entre o *trade* turístico e as populações do destino receptor. Esse posicionamento vai em desencontro às propostas estabelecidas pelo Mtur (2007) e OMT (2001; 2004). Tendo em vista as questões que envolvem tensões no cenário complexo do turismo, não minimizadas pelas ações coletivas, tanto do Poder Público, por meio de Políticas Públicas, quanto dos empreendimentos que compreendem a cadeia produtiva do turismo.

2.3.1 O turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento territorial sustentável

Aqui se destaca que em uma proposta de turismo sustentável a compreensão de desenvolvimento se consolida para além dos benefícios econômicos, adentrando na dinâmica sociocultural que acontece e pode impactar no futuro do destino turístico, nesses termos, o envolvimento dos agentes sociais locais, bem como as formas de fomentar o protagonismo comunitário no processo são importantes.

O turismo, como atividade transformadora dos destinos receptores tenciona se adequar às práticas sustentáveis para minimizar danos por meio do planejamento

do produto/serviço turístico com base na distribuição equitativa da receita gerada, minimização da desigualdade, capacitação da mão-de-obra local, estímulo ao empreendedorismo local, valorização do patrimônio cultural e uso consciente dos recursos naturais, desafios esses inerentes à implementação de um turismo que se auto sustente e proporcione qualidade de vida aos destinos.

Esse posicionamento expõe um caráter atenuante dos impactos causados pela atividade turística pensada sob o enfoque sustentável, dado que, para o desenvolvimento do turismo é necessário viabilizar uma infraestrutura básica formada por instalações (estrutura física e de serviço) adequadas e essenciais para garantir conforto e segurança ao turista, as infraestruturas turísticas, quando planejadas de forma responsável, se adequam satisfatoriamente ao meio ambiente e não comprometem a segurança e qualidade da experiência.

A Lei Geral do Turismo (nº 11.771/2008), no Artigo 9º estabelece que o sistema nacional de turismo tenha por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo, de modo a atingir as metas do PNT, estimular a integração dos diversos segmentos do setor, atuando em regime de cooperação com os órgãos públicos, entidades de classe e associações representativas voltadas à atividade turística, promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão e promover a melhoria da qualidade dos serviços turísticos prestados no país.

O reconhecimento do potencial do turismo como atividade aglutinadora elegeu 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, pela Organização das Nações Unidas (ONU), no que concerne discutir amplamente o futuro da atividade, bem como o uso e gestão dos recursos naturais. A discussão envolve a atividade que movimenta milhões de indivíduos anualmente e proporciona, para além da geração de renda, o encontro entre turistas, populações locais e as trocas culturais possibilitadas no reconhecimento da cultura local, não como patrimônio estático, mas um complexo de ações dispostas às mudanças. Esse parece um discurso benevolente frente aos problemas sociais que ocorrem para além da centralidade da atividade, entretanto, o turismo tem se mostrado um catalisador da circulação de indivíduos e ideias, quando implementado com uma

função educativa possibilita o aprendizado mútuo entre o turista e a população receptora.

A sustentabilidade no turismo é reconhecida no Artigo 3º “El turismo, factor de desarrollo sostenible” do Código Ético Mundial para el Turismo (2001)

Art. 3º - Todos los agentes del desarrollo turístico tienen el deber de salvaguardar el medio ambiente y los recursos naturales, en la perspectiva de un crecimiento económico saneado, constante y sostenible, que sea capaz de satisfacer equitativamente las necesidades y aspiraciones de las generaciones presentes y futuras (CÓDIGO ÉTICO MUNDIAL PARA EL TURISMO, 2001 p. 4).

Até o turismo ser pensado como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável diversas estratégias sociais foram traçadas ao longo das décadas. O turismo como fenômeno surgiu a partir do modelo econômico baseado no capitalismo implantado a partir do século XVIII. O acúmulo de renda para pequenos grupos desencadeou desigualdades entre as classes sociais.

A década de 1970 ficou conhecida como o auge do “turismo de massa”, contudo, na mesma década, foram iniciadas as discussões acerca dos impactos negativos gerados pela atividade turística e a reflexão de uma atividade alternativa, oposta ao “turismo de massa”, que minimizasse os impactos negativos e suprisse satisfatoriamente as necessidades dos destinos receptores. No final dos anos 1980, surge, no Relatório de Brundtland expressão turismo sustentável. A partir dos anos 1990, a expressão turismo sustentável ganhou força e representatividade no mundo inteiro e passou a ser utilizada para potencializar a população e do local receptor.

O turismo sustentável visa assegurar a compatibilidade do desenvolvimento com a continuação dos processos ecológicos, mantendo o meio ambiente protegido. Na dimensão que envolve o “desenvolvimento local”¹¹, a questão é a seguinte: O desenvolvimento dos destinos receptores do turismo seria capaz de gerar renda para a população local por meio do empreendedorismo cooperativo e solidário para a diminuição das desigualdades? Em face do turismo baseado na solidariedade, protagonismo e participação dos sujeitos sociais locais, sustentabilidade socioambiental, sentimento de pertencimento se fundamenta a ideia de Turismo de Base Comunitária (TBC), àquele preocupado com as condições ambientais,

¹¹ **Desenvolvimento Local:** Representa uma estratégia que deve garantir para o território em questão – seja comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições socioeconômicas a médio e longo prazo (ABRAMOVAY, 1998)

equidade social, coletividade e autossuficiência na atividade econômica como abordado em Sampaio (2005), Coriolano (2009), Zaoual (2009) e Irving (2009).

Em resposta ao desenvolvimento baseado estritamente no crescimento econômico, o desenvolvimento local surge como um conceito voltado para a reflexão da diversidade dos territórios e suas necessidades específicas, uma vez que, para o desenvolvimento equitativo com participação social efetiva seria necessário que a população local tivesse participação protagonista na orientação das estratégias mais pertinentes de serem seguidas nos seus territórios. A participação social tem como finalidade a autonomia na gestão, ou seja, “uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes” (BORDENAVE, 2007, p. 20). Portanto, para o desenvolvimento local, a participação social tem como finalidade atender as necessidades coletivas por meio da gestão democrática e autossuficiente dos recursos.

O turismo, partindo da ideia de desenvolvimento local compreende também o turismo realizado em ambiente natural, definido como

turismo na natureza é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais (SILVA, 2013, p. 165).

Nas localidades onde existam condições para atividades turísticas estarem diretamente associadas à natureza, o produto turístico deverá estar embasado em um planejamento sustentável. Ainda que se reflita sobre a realização de atividades na natureza, é fundamental considerar que o próprio processo de viagem, o deslocamento (meios de transporte), os meios de hospedagem (hotel, resort, hostel, dentre outros), enfim, as infraestruturas de instalação e serviços que estruturam o local receptor para o turismo transformam, de alguma forma, a paisagem natural. Nesse sentido, é importante ponderar que todo esse processo esteja sujeito a produzir algum tipo de impacto ao meio ambiente.

Quanto ao turismo realizado na natureza, a conceituação de ecoturismo, de acordo com o Mtur (2010, p. 17) “utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. O ecoturismo se consolidou como atividade que possibilita o usufruto

da natureza, mas também e, principalmente, como atividade carregada de importância socioeconômica. Assim sendo, a preservação ambiental e a equidade social são introduzidas no planejamento do turismo local. O ecoturismo também parte de uma compreensão contemporânea da sociedade que almeja um ambiente equilibrado e saudável, representado pela equidade social e preservação ambiental.

Nesse contexto, Davenport *et al* (2002) considera o ecoturismo como uma das poucas ferramentas de desenvolvimento sustentável que realmente funciona, contribuindo para a conservação *in situ* de áreas naturais, gerando retorno econômico e auxiliando na educação da população. O desenvolvimento do ecoturismo acarretaria benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais. Por meio dessas contribuições pode melhorar a qualidade de vida das populações residentes, principalmente em Áreas Protegidas.

Os impactos negativos existentes nesse contexto acontecem por meio das dificuldades impostas “de cima para baixo” por agentes/agências sociais externos (órgãos gestores de UCs, *trade* turístico) por meio de métodos inadequados ao manejo e proteção das áreas naturais. O ecoturismo, teoricamente, pressupõe participação ativa da população local, do trabalho coletivo e, por intermédio de um planejamento atender, prioritariamente, os anseios da população local.

Silva (2013) considera adequado segmentar o turismo na natureza em três grupos (Turismo na natureza - Turismo na natureza responsável - Ecoturismo). O turismo na natureza necessita de ideias e ações responsáveis para que haja condições adequadas de implementação do ecoturismo. Para o autor, o turismo na natureza responsável

é entendido como todas as visitas a espaços naturais com impactos aceitáveis que cumpram as restrições e regras de boas práticas definidas, enquanto o ecoturismo é limitado às práticas que tenham como fim o de desfrutar, estudar e apreciar a natureza e que incluam preocupações de conservação ou benefícios para as comunidades locais, pelo que são excluídas muitas das atividades de animação e desporto na natureza, mesmo com baixo impacto (SILVA, 2013, p. 170).

Mesmo buscando estratégias de planejamento baseado no turismo responsável ainda existem cenários de conflitos que promovem o desordenamento da atividade, particularmente em Áreas Protegidas, mesmo aquelas de Uso Sustentável. A acentuação dos conflitos tem sido fomentada pela concepção de que o desenvolvimento da atividade turística está para suprir primeiramente os

interesses e necessidades dos consumidores, os turistas, implicando danos aos moradores e ao meio ambiente. O suprimento dos interesses da demanda turística é importante na atividade, mas não pode, de maneira alguma, mitigar os interesses da população receptora, pois estaria retomando uma concepção prejudicial do turismo.

O turismo implementado em UC, especificamente na RDS Puranga Conquista têm permeado as comunidades com relações assimétricas, entre agentes e agências sociais externos e mesmo dentro das comunidades. Além do turismo as tensões envolvem a agricultura, caça, pesca, dentre outros fatores. Todavia, o turismo ainda tem sido a principal alternativa para a melhoria da qualidade de vida de populações, pois considera que, em uma área repleta de restrições quanto ao uso dos recursos naturais, a atividade turística possibilita a geração de renda.

Fontoura e Silveira (2008, p. 4) destacam que com o aumento da procura por parte dos turistas de atividades desenvolvidas nas Áreas Protegidas, passa-se a ter uma maior necessidade de planejamento do uso solo e de gestão desses espaços. Além disso, torna-se vital a determinação e o monitoramento dos impactos produzidos pela prática do ecoturismo, bem como a definição de limites de uso das Áreas Protegidas, além das diretrizes e normas de uso a constar no Plano de Manejo, instrumento técnico de gerenciamento das UCs.

Mediante um Plano de Manejo ou Plano de Gestão construídos pelos órgãos gestores das UCs são definidos critérios que sejam mais apropriados, compatíveis com as características do território. A definição desses critérios precisa ser elaborada coletivamente, contar com a participação ativa e estar de acordo com a realidade para atender as necessidades das populações residentes (no caso, quando são permitidas populações), caso contrário, o planejamento será desordenado e ineficiente com determinações assimétricas acarretando efeitos negativos para o território. Por essa razão a participação social, como apontada em Bordenave (2007) e Stigliano (2009), nas tomadas de decisão e ordenamento do território é fundamental.

Tendo em vista a experiência no Baixo Rio Negro, especificamente nas comunidades indígenas formadas a partir de desmembramentos que se organizaram em torno da atividade turística mostram similitudes e divergências bem como percebido no exposto deste capítulo. As quatro comunidades (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo) analisadas em âmbito do Estudo Socioantropológico do NEICAM, localizadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista,

inseridas no contexto de UC e submetidas ao regramento instituído na legislação de uso e gestão do território protegido desenvolvem o turismo de modo específico, com organização singular em cada uma das comunidades.

O turismo desenvolvido nesses territórios complexos, mesmo não sendo a intenção categorizar a atividade nessa pesquisa, aborda uma diversidade de dinâmicas essenciais para sua existência que foram aqui abordadas. O turismo nas comunidades supracitadas utiliza os recursos naturais do território, além dos aspectos da cultura indígena para compor o produto turístico. Esses cenários mesmo apresentando estruturas próprias não estão isentos de conflitos, visto que a existência do turismo com características voltadas para a sustentabilidade como alternativa de renda está inerente à competitividade e, particularmente nesse ponto, se constituem as relações conflituosas entre os indígenas e os agentes sociais externos.

O capítulo seguinte se aprofunda nas dinâmicas complexas da região do Baixo Rio Negro, especificamente nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, dando enfoque ao turismo realizado pelas comunidades indígenas recém-formadas e os processos de territorialização que ocorrem a partir dos desmembramentos.

CAPÍTULO III

A REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO: NOVOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO EM TORNO DO TURISMO

Este capítulo apresenta uma discussão sobre a região do Baixo Rio Negro e o processo de criação das RDS do Tupé e Puranga Conquista no intuito de situar as motivações para a implantação do turismo e o cenário atual dos “núcleos” indígenas (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo) recém-criados nos territórios das RDS. Em linhas gerais, o capítulo se alicerça na reflexão quanto ao ordenamento e uso do território em função do turismo, as relações interculturais e o protagonismo social local de comunidades formadas por povos indígenas multiétnicos que vivem na região.

Ao longo das discussões situam-se relações de poder simétricas e assimétricas com agentes e agências sociais externos, ademais, o movimento de indivíduos e culturas ao longo do rio Negro influencia diretamente nos fatores socioeconômicos e na reelaboração das territorialidades locais. Dado que os processos de territorialização, apontado em Oliveira (1999, p. 20) “como um processo de reorganização social que implica a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”, estão intrínsecos ao território e às relações de poder que compõem as comunidades e são reproduzidas no desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, principal atividade local.

Para Almeida (2008, p. 118) a expressão,

processo de territorialização, tenta propiciar instrumentos para compreender como os territórios de pertencimento foram sendo construídos politicamente através das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos. O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva.

De acordo com o autor, nos processos de territorialização em curso cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos e de relações diferenciadas, estabelecidas com os recursos naturais.

3.1 O TURISMO NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS NAS RDS DO TUPÉ E PURANGA CONQUISTA

De acordo com pesquisadores da Fundação Vitória Amazônica (FVA, 2011), o rio Negro possui ecossistemas associados às águas pretas (mais ácidas, com menos nutrientes) como campinas, igapós e matas de terra firme. É um dos principais delimitadores biogeográficos da bacia amazônica, com “baixa” densidade populacional humana, economia baseada no extrativismo, agricultura de subsistência e alta diversidade cultural. “A diversidade ecológica se expressa pela existência de plantas medicinais, frutos nativos, sorva, piaçava e castanha, sendo os dois últimos, os principais produtos de extrativismo e coleta, respectivamente” (OLIVEIRA e PERES, 2000, p. 12).

De um modo geral, a riqueza da biodiversidade na região garantiu, por muito tempo, o sustento dos habitantes ao longo do rio Negro, com o tempo essa fonte de subsistência tem se esgotado como consequência de diferentes impactos de origem antrópica que abalam negativamente o meio ambiente.

Nesses territórios, populações residentes, pelo conhecimento tradicional, conhecem os períodos de fartura e escassez de recursos, as chuvas que influenciam o movimento das águas dos rios (períodos de cheias e vazantes) direcionam os locais propícios para agricultura e pesca, bem como a mudança no cotidiano acarretada por tais fenômenos. Tocantins acentua a importância dos rios e a relação com os moradores da Amazônia, para o autor “o homem e rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional” (TOCANTINS, 2000, p. 277). Não é exagero evidenciar que a dinâmica de vida na Amazônia, principalmente em comunidades ribeirinhas, é regida pelo rio.

O período de frutificação e colheita das plantações é influenciado pelas chuvas, ao longo dos períodos chuvosos as colheitas garantem uma variedade de

produtos naturais (OLIVEIRA e PERES, 2000). A exemplo, castanha (*Bertholletia excelsa*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), cana de açúcar (*Saccharum spp*), mandioca (*Manihot esculenta*), dentre outros. Esses produtos garantem a subsistência e até um possível excedente para a comercialização, frente à dificuldade logística no escoamento parte dos produtos são comercializados e consumidos na própria comunidade e nas comunidades vizinhas.

Oliveira e Peres (2000) descrevem sobre a ocupação da região do Baixo Rio Negro no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, segundo eles, as extensões de terra firme possuem poucas áreas agricultáveis seja pela pobreza em nutrientes, solo, pela quantidade de saúvas ou pelas enchentes, tornando a ocupação rarefeita na extensão do rio Negro e afluentes. As comunidades ficavam distantes entre si, caracterizando uma ocupação humana dispersa e pouco densa. Fatores de ordem econômica contribuíam para a fraca densidade de ocupação humana.

Atualmente, o cenário das comunidades ao longo do rio Negro se mostra diferente. A formação de novas comunidades tem garantido uma ocupação humana cada vez mais densa (CRUZ *et al*, 2018¹²; MANFREDO, 2017; CHAVES, 2016). Por outro lado, as incertezas persistem e influenciam diretamente a vida das populações que habitam a região do Baixo Rio Negro, dessa maneira, novas formas de captação de recursos são essenciais para garantir o sustento das famílias, sobretudo nas UCs que estão submetidas às regras de uso do território.

No rio Negro, particularmente nas comunidades localizadas em UCs, a existência de fatores prejudiciais limita o acesso aos recursos necessários à subsistência, levando-as a se organizarem e buscarem alternativas que permitam garantir qualidade de vida. A respeito das especificidades do rio Negro, Zeidemann (2001) pontua que as águas dessa região são pobres em nutrientes, dificultando a agricultura, por outro lado, é repleta de potencialidades paisagísticas propícias à implementação de atividades turísticas.

As nascentes no Pico da Neblina – o ponto mais alto do Brasil –, as cachoeiras em São Gabriel, as cavernas de Presidente Figueiredo, o Monte Roraima, os arquipélagos Anavilhanas e Mariuá, o Parque Nacional do Jaú – maior parque fluvial do mundo –, as florestas submersas, as praias de areia branca, o boto-cor-de-rosa e a flora exuberante e altamente diversificada são apenas algumas das muitas atrações do rio das águas

¹² O Estudo Socioantropológico sobre as atividades turísticas realizadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, feito por Cruz *et al* (2018), evidenciam a criação de quatro comunidades indígenas entre os anos de 2014 a 2016 na região do Baixo Rio Negro.

pretas que merecem ser mencionadas e visitadas (ZEIDEMANN, 2001, p. 80-81).

As limitações de uso do território, em decorrência da criação ou recategorização de UCs e o potencial turístico condicionado pelas belezas cênicas do rio Negro somam-se aos aspectos da cultura de comunidades indígenas e tradicionais, formando um “produto turístico” utilizado por diferentes agentes sociais (indígenas e não indígenas). Essa realidade demanda uma análise cuidadosa sobre os desdobramentos que a adoção da atividade turística pode acarretar na região. Irving (2009) acredita que seja de fundamental importância que no processo de implementação do turismo, o protagonismo comunitário e o planejamento participativo constituam-se da iniciativa local, o que permite uma divisão mais equitativa dos benefícios econômicos e sociais.

Algumas dessas comunidades criadas recentemente na região do Baixo Rio Negro foram originadas de processos de migração ocorridos desde a década de 1960, quando famílias indígenas de várias localidades do estado do Amazonas migraram para Manaus. Na capital do estado criaram novas territorialidades, tanto no contexto urbano, quanto no entorno de Manaus, na área rural (MAINBOURG *et al*, 2002; GOMES, 2006). A presença de diversas etnias indígenas em Manaus “tornou-se um exemplo de concentração urbana de população indígena e miscigenada, relevante” (MAINBOURG *et al*, 2002, p. 1). Discutido pelos autores, essas populações migram, em número considerável, de todo o interior do estado do Amazonas em busca de melhores condições de vida, realidade constatada por estudiosos do tema, para os quais

a migração para as cidades próximas das terras indígenas dá-se no âmbito do processo de urbanização no Brasil, o qual tem caído de intensidade nas áreas mais desenvolvidas, com tendência a reduzir-se também na Região Norte. A capital do Amazonas, Manaus, constitui o destino preferido dos migrantes interioranos desse estado, quando se considera o conjunto da população (indígenas e não-indígenas). De uma maneira geral, a primeira etapa do processo migratório inicia-se com a mudança da população rural para a área urbana dos municípios próximos. Esse fenômeno ocorre também com a migração indígena, mas há especificidades que diferenciam essa última do processo migratório da população abrangente. (TEIXEIRA *et al*, 2009, p. 8).

Das etnias provindas do interior do estado, Mainbourg *et al* (2002, p. 2), identificam que “há importante proporção de etnias do Alto Rio Negro (Tukano, particularmente), assim como das etnias Ticuna (Alto Solimões) e Sateré-Mawé

(Baixo Amazonas)”. Contudo, estas não seriam as únicas, outras etnias se fazem presentes em Manaus, embora em proporções menores. As autoras destacam que a realização de estudos sobre esses fluxos se mostra de grande relevância para se entender os antigos e atuais processos de migração para Manaus e o fenômeno de criação das chamadas comunidades indígenas nos centros urbanos e rurais.

Em conformidade com as análises das autoras, atraídos pela urbanização, desenvolvimento do município de Manaus e a oferta de empregos, a população do interior do estado, em especial, a população indígena, migrou para a capital em busca de um futuro favorável para suas famílias. Porém, ao chegarem em Manaus encontraram dificuldades para introduzirem-se no mercado de trabalho pelo fato, da maioria dos indígenas, possuir baixa escolaridade, além disso, o processo de socialização e integração apontava dificuldades para os indígenas que não falavam a língua portuguesa.

Como já colocado, as famílias indígenas que migraram e ainda migram para Manaus se dispersaram/dispersam e se organizam coletivamente, principalmente em comunidades no entorno da capital, na área rural. Nessas áreas rurais se uniram aos movimentos sociais no processo de criação e/ou reordenamento de UCs, vale destacar a família indígena Desana que formou um núcleo familiar indígena na comunidade São João do Tupé, fundou a comunidade Colônia Central e seus membros acompanharam, tanto a RDS do Tupé quanto a RDS Puranga Conquista passarem por processos de transformação no ordenamento territorial

Nesse contexto, a preservação ambiental do Baixo Rio Negro tem se mostrado um fator indispensável, uma vez que a utilização predatória dos recursos naturais, principalmente por meio da extração madeireira, coloca em risco a biodiversidade e impacta, conseqüentemente, o cotidiano das comunidades. Ao longo do rio Negro existem iniciativas que envolvem a proteção ao meio ambiente e a valorização da cultura, especialmente a cultura indígena, por meio da organização de estratégias para a geração de renda associada à gestão dos recursos naturais e garantia da preservação da biodiversidade e sociodiversidade. Nos estudos realizados por pesquisadores da FVA (2011), destaca-se que a relação dessas populações humanas com o meio ambiente, isso faz com que elas sejam fator crucial nas discussões para análise de adequação de áreas a serem instituídas como Áreas Protegidas.

Tem se mostrado fundamental para as quatro comunidades recém-formadas que desenvolvem o turismo no Baixo Rio Negro, uma reflexão sobre as diversas outras experiências de turismo desenvolvidas na região. O desafio estaria na possibilidade de planejar um turismo comprometido com a valorização e promoção da cultura, autonomia, protagonismo e fortalecimento da relação com o território visando a qualidade de vida nas comunidades. Linhares (2009) assegura que as populações tradicionais da Amazônia possuem uma relação estreita com o território. Para elas, o lugar de vivência é mais que um território demarcado, se configura em campo de lutas cotidianas no qual a vida é influenciada pelos fatores naturais, essa relação com a natureza é bilateral e a preservação do meio ambiente torna-se relevante como fonte de recursos e de valorização cultural.

Estudos na área do turismo discutem a questão da valorização cultural e afirmação da identidade étnica, em conformidade com Zaoual (2009, p. 59) “a economia padrão do turismo impede o diálogo das culturas e a reduz, no máximo, a um folclore”. Fica evidente a necessidade de mudanças nas relações e na forma como o turismo tem sido implementado e baseado em modelos de planejamento exógeno apresentados por experiências díspares com o turismo, acredita-se que o melhor caminho seria a condução da atividade turística pelas próprias comunidades, por meio do conhecimento endógeno fomentado pelo protagonismo social local.

O protagonismo das comunidades do Baixo Rio Negro tem papel importante ao longo do processo de implementação da atividade turística e precisa se constituir do que Irving (2009, p. 112) descreve como “base endógena da iniciativa e desenvolvimento local” que reconhece a importância da cultura e do conhecimento endógeno para o fortalecimento do turismo e da valorização do patrimônio cultural, além de buscar maior autonomia nas decisões permitindo uma divisão mais equitativa dos benefícios econômicos e sociais.

A implementação do turismo associado ao desenvolvimento sustentável busca um equilíbrio com a valorização e conservação do patrimônio cultural. Um exemplo de experiência é o Roteiro Tucorin - Turismo Comunitário no Baixo Rio Negro, implementado nas proximidades do município de Manaus, compreende as RDS do Tupé e Puranga Conquista¹³. O principal objetivo dessa iniciativa seria a

¹³ Importante esclarecer que as quatro comunidades estudadas pelo NEICAM não fizeram parte das iniciativas implementadas pelo Roteiro Tucorin.

valorização da cultura ribeirinha e indígena, por uma maior interação entre turistas e os moradores das comunidades.

O projeto iniciado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) em 2003, o objetivo principal foi melhorar o turismo desenvolvido na região visando a ampliação dos atrativos e capacitação dos agentes sociais envolvidos no *trade* turístico (guias de turismo, agências de turismo, proprietários de barcos de turismo e hotéis).

As comunidades contempladas no Roteiro Tucorin são: São João do Tupé, Colônia Central, Julião, Bela Vista do Jaraqui, Nova Esperança e São Sebastião, algumas comunidades já haviam iniciado o trabalho com a atividade turística antes da implementação do Roteiro, contudo, havia a necessidade de melhorar os produtos e serviços da visitação. Para Neves e Lima (2013, p. 221), o “Roteiro Tucorin tem como objetivo valorizar o cotidiano dos ribeirinhos, por meio de uma interação justa e solidária entre visitantes e comunitários”. No decorrer do projeto, as comunidades envolvidas receberam capacitação e apoio para a implementação das atividades turísticas. A Figura 2 mostra o mapa do Roteiro Tucorin na Região Metropolitana de Manaus.

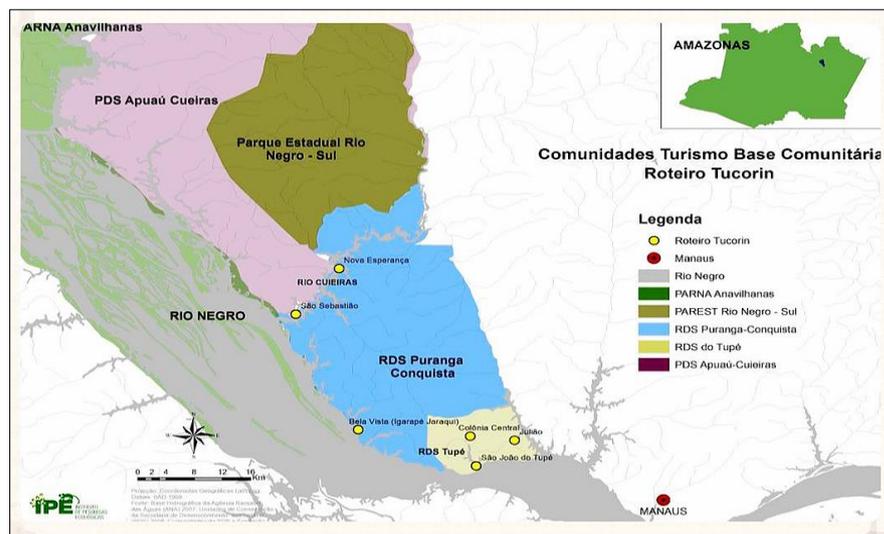


Figura 2: Comunidades do Roteiro Tucorin
Fonte: Instituto de Pesquisas Ecológicas (2014)

Neves e Lima (2013) destacam que o Roteiro Tucorin teve resultados significativos para as comunidades, como: mudança no comportamento em relação às práticas ambientais; implementação de projetos sustentáveis a partir do uso dos recursos naturais (confecção de balas e doces com polpa de frutas); aperfeiçoamento das técnicas artesanais e escoamento desta produção; a

valorização da cultura local pelos próprios comunitários, elevando assim o seu sentimento de pertencimento.

Essa iniciativa de turismo se mostrou importante no ordenamento da atividade em comunidades que, muitas vezes, não dispunham de apoio no planejamento e gestão da atividade. Esse turismo apresenta uma região de relevante potencial paisagístico com foco na “imersão” do turista nas práticas cotidianas das comunidades, tendo em vista promover maior contato entre turistas e os aspectos da cultura amazônica. Nas comunidades, pode-se dizer que para o desenvolvimento satisfatório, o planejamento do turismo precisa estar compatível com as expectativas da coletividade, um dos aspectos fundamentais do turismo em comunidades é que ele não se realiza individualmente.

Irving (2009, p.111) acredita que “o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo”. Por meio da coletividade se busca alcançar a independência na gestão dos atrativos turísticos pela própria comunidade por meio do protagonismo local. Atualmente, “o turismo embarcado¹⁴ é o mais frequente na região, as agências vendem pacotes fechados e os benefícios das comunidades locais restringem-se a comercialização de artesanato e apresentações de rituais indígenas” (PORTO e LIMA, 2014).

O turismo no Baixo Rio Negro tem reproduzido relações assimétricas e desiguais na distribuição dos benefícios, ademais, tem sido necessária maior fiscalização e presença dos órgãos gestores das UCs, de modo a fiscalizar a ação das empresas que fazem parte do *trade* turístico, caso contrário, as relações se tornam dissonantes e a atividade turística exploratória, sobretudo para os povos indígenas, uma vez que a mesma está sendo cada vez mais planejada para atender primordialmente a demanda turística em detrimento da comunidade.

Pensar o turismo visando apenas os benefícios econômicos é tolher o valor que a experiência pode proporcionar ao turista. Cada comunidade busca dialogar entre si e empreender uma experiência diferenciada no turismo. Se faz importante destacar que o ordenamento do turismo precisa estar embasado na participação coletiva e valorização do conhecimento endógeno, pois, uma vez que não se preza

¹⁴ **Turismo embarcado:** Turismo realizado com o auxílio de embarcações.

pela autonomia local e não se compreende a complexidade das dinâmicas na comunidade.

3.2 O TURISMO NAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E PURANGA CONQUISTA

Como apresentado no Plano de Gestão da SEMMAS, a RDS do Tupé está localizada à margem esquerda do rio Negro, integralmente no município de Manaus, Amazonas, sua área corresponde à 11.973 hectares. A área começa na confluência do rio Negro com a margem direita do igarapé do Tatu, seguindo por este até sua nascente, desse ponto, segue por uma reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tarumã-Mirim e por fim segue pela margem direita do igarapé Tarumã-Mirim até a sua foz como o rio Negro, o território da RDS do Tupé é gerenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS, 2017).

Sobre a denominação da RDS, o nome “Tupé” é indígena, do Tupi, significa “trançado feito com talas de uma planta chamada arumã¹⁵”, essa planta é utilizada na fabricação de esteiras, abanos, tapetes, dentre outros utensílios utilizados cotidianamente pelos povos indígenas e não indígenas que habitam as comunidades.

No ano de 2005, conforme o Decreto Municipal nº 8.044, foi criada a RDS do Tupé, com a missão de preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente, desenvolvidas por estas populações (SEMMAS, 2017).

O acesso à RDS do Tupé é exclusivamente fluvial, a referida RDS está composta, oficialmente, por seis comunidades, a saber: Agrovila, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Colônia Central, São João do Tupé e Tatulândia. “O Baixo

¹⁵ **Arumã** (*Ischnosiphon spp.*): uma espécie de cana de colmo liso e reto, oferece superfícies planas, flexíveis, que suportam o corte de talas milimétricas; o colmo da planta é descascado/raspado/ariado, pode ser atingido ou mantido na cor natural; também usado com casca, que lhe confere maior resistência e uma cor pardo clara laqueada. O arumã (ou guarimã) é utilizado pelos povos indígenas amazônicos, a partir do Maranhão, onde a planta (que tem várias espécies) cresce em regiões semialagadas. Disponível em: < <https://www.artebaniwa.org.br/aruma1.html> >

Rio Negro no momento da chegada dos colonizadores era habitado principalmente pelos povos Tarumã, Manaós e Barés” (SEMMAS, 2017, p. 29) além das populações ribeirinhas. Atualmente, a região é composta por povos ribeirinhos e povos de diversas etnias indígenas (Desana, Tukano, Baré, Tuyuka, Bará, Tariana, Kubeo, dentre outras) migrantes da região do Alto e Médio Rio Negro e de outras calhas de rio.

A Figura 3 mostra a localização da RDS do Tupé e as comunidades que fazem parte dessa UC de uso sustentável.

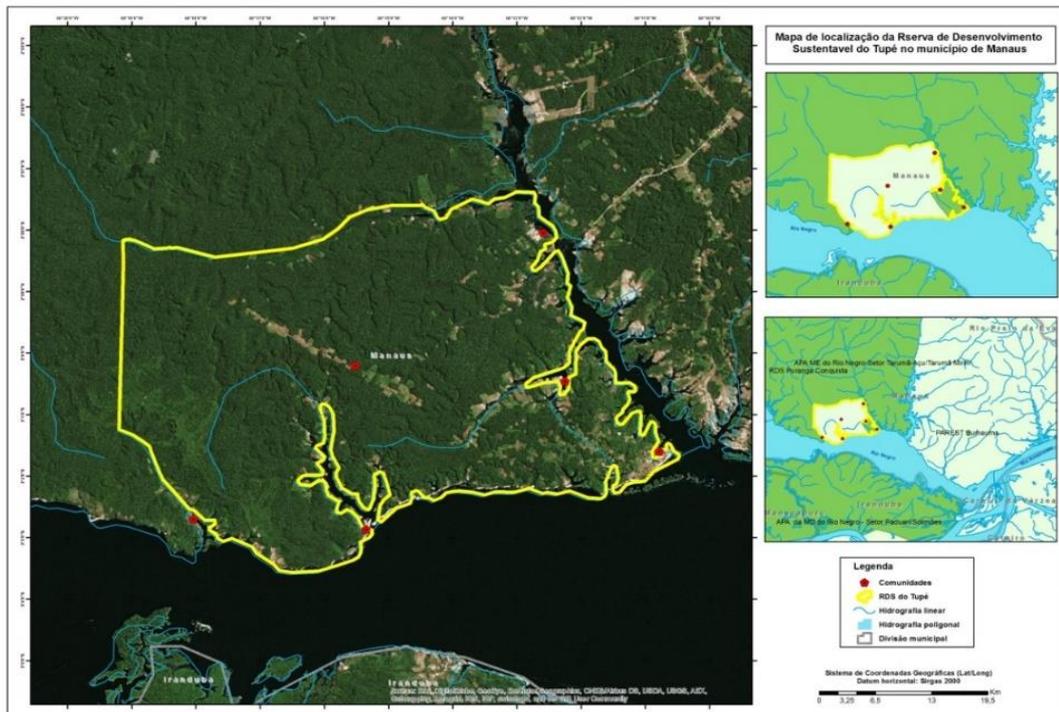


Figura 3: Localização da RDS do Tupé

Fonte: TERRA Consultoria Ambiental, 2016 *apud* SEMMAS, 2017

De acordo com o Plano de Gestão (SEMMAS, 2017), a RDS do Tupé, ao ser criada, firma responsabilidade com a preservação ambiental, uso consciente dos recursos naturais e valorização do patrimônio cultural nas comunidades. Com o objetivo de corresponder positivamente à essas questões são necessários recursos humanos, ou seja, as comunidades precisam estar em parceria com o órgão gestor da RDS de modo a possibilitar o protagonismo dos membros das comunidades e estimular a participação na implementação das propostas estabelecidas no Plano de Gestão elaborado para a RDS do Tupé.

Tendo em vista a proteção ambiental da região do Lago Tupé, bem como a valorização da sociodiversidade, Scudeller *et al* (2005) destaca que o poder público municipal instituiu:

a) em 1990, a Praia do Tupé foi declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico pela Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM).

b) em 1995, pela Lei Municipal nº 321, foi criada a Unidade Ambiental do Tupé (UNA-Tupé) definindo-se também os limites territoriais dessa área, integrante do sistema municipal de unidades de conservação.

c) em 1999 o Decreto Municipal nº 4.581, de 18.06 instituiu aquela área como espaço territorial de relevante interesse ecológico, e atribuiu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA) a gestão ambiental daquela localidade.

d) ainda em 1999, por meio da Portaria nº 18/99, de 24.06, a SEDEMA instituiu o Regulamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE - Tupé), definindo os limites espaciais da mesma, bem como, estabelecendo diretrizes e estratégias para a implantação e o funcionamento dessa unidade ambiental;

e) em 2002, pela Lei nº 671/02 e atendendo ao que estabelece a legislação federal referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a UNATupé foi reequadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé (SCUDELLER *et al*, 2005, p. 12).

Depois de um histórico de recategorizações o território foi instituído na categoria de RDS a partir de 2005. No ano 2007, por meio de uma parceria entre as comunidades, a SEMMAS e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), as comunidades da RDS do Tupé foram zoneadas em distritos, totalizando 18 distritos, como destacado em Chateaubriand (2009 *apud* SEMMAS, 2017). No quadro 2 estão dispostas as comunidades zoneadas e seus distritos.

COMUNIDADE	DISTRITO
Denominação Genérica	Denominação
Agrovila	Sede
	Igarapé do Caniço
	Igarapé da Acácia
	Ramal
Julião	Sede
	Igarapé do Farias
	Igarapé do Julião
	Igarapé do Caniço
Nossa Senhora do Livramento	Sede
	Morro
	Ramal e Lago do Sorva
	Igarapés do Diuna, do Tachi e do Tarumã
Tatulândia	Sede
Colônia Central	Sede
	Costa do Rio Negro

São João do Tupé	Igarapé dos Crentes
	Igarapé do Chefe
	Sede

Quadro 2: Comunidades e distritos da RDS do Tupé

Fonte: Chateaubriand *et al.* (2009) *apud* Semmas (2017, p. 29).

A RDS do Tupé não é um território indígena, todavia, na RDS existem pequenos territórios indígenas multiétnicos (como por exemplo o núcleo Diakuru e a aldeia Tuyuka) que não constam no mapa, tampouco são computadas como comunidades, a denominação que esses pequenos territórios indígenas são referidos pelo órgão gestor é a de “núcleo” indígena.

As comunidades da RDS Tupé, indígenas e não indígenas, são agrupamentos de indivíduos provenientes de diversas regiões do Amazonas. O processo de ocupação do território foi motivado pela busca por trabalho, educação, saúde e outros benefícios sociais, em Manaus, muitos não se adaptam e migram para comunidades próximas. Conforme a SEMMAS (2017, p. 35) “a diversidade de ocupação, a ausência de regularização fundiária e de uma gestão territorial na UC são um dos principais desafios para a gestão”, atender satisfatoriamente à essa diversidade de indivíduos com necessidades também diversas, além da ocupação e venda de lotes de terra indiscriminadamente são alguns dos principais agravantes na região.

Quanto aos aspectos socioeconômicos das comunidades da RDS do Tupé, as principais atividades econômicas são aquelas que envolvem o Uso Sustentável do território como a pesca, a agricultura e pequenas criações de animais. “A maioria dos moradores compartilha um histórico de vida que tem como traço comum associado ao fato de terem sido trabalhadores rurais nos ciclos econômicos do extrativismo na região” (SEMMAS, 2017, p. 118). O turismo tem se mostrado como uma das principais atividades econômicas, uma vez que a RDS do Tupé, considerada um atrativo turístico apresenta um significativo potencial pela beleza das praias reveladas no período da vazante, além de igarapés, igapós, a floresta e as comunidades indígenas multiétnicas que habitam a região.

Conforme Nelson (2012, p. 234) a RDS é visitada regularmente por dois tipos de visitantes: “os turistas de hotéis de selva e pessoas da cidade de Manaus (fins de semana)”. Os turistas visitam as comunidades indígenas para assistirem às apresentações e comprar artesanato. A análise sobre o turismo em comunidades indígenas fora das Terras Indígenas é complexo e requer uma abordagem

multidimensional que compreenda as dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais bem como as relações de poder inerentes ao ordenamento territorial.

No âmbito dessa pesquisa foi abordada uma segunda UC, também uma RDS localizada na região do Baixo Rio Negro, denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista. A RDS Puranga Conquista está inserida integralmente no município de Manaus, uma área formada por 85% de área proveniente da redelimitação e recategorização do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul e de 15% de área que anteriormente pertencia à Área de Preservação Ambiental (APA) da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá (ISA, 2014).

Segundo o ISA (2014), o Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul foi criado em 1995, por meio do Decreto Estadual nº 16.497, sua área inicial equivalia a 257.422 hectares. No Artigo 6º da Lei nº 2.646, de 22 de maio de 2001:

O Parque Estadual do Rio Negro, Setor Norte e Setor Sul, tem como objetivos básicos a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2001).

Na ocasião da criação, a área do PAREST se constituiu como UC de Proteção Integral que impedia qualquer impacto à natureza, portanto, havia a proibição da presença de moradores. A área permitia o acesso para fins de visitação pública, turismo ecológico e atividades educativas sujeitas às normas previamente estabelecidas no Plano de Manejo do PAREST que estabelecia a estruturação e regramento da área com as restrições e autorizações cabíveis.

Em maio de 2001, a Lei Estadual nº 2.646 reduziu a área do Parque para 157.807 hectares e, em 24 de março de 2014, outra Lei Estadual, Lei nº 4015, reduziu ainda mais a área do Parque, visando a criação da mais recente UC de Uso Sustentável componente do Mosaico¹⁶, a RDS Puranga Conquista (ISA, 2014). A referida RDS é gerenciada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

A criação de uma nova RDS na área do PAREST Rio Negro Setor Sul se deve à mobilização popular, iniciativa dos moradores que se viam excluídos das discussões concernentes à gestão e uso do território. As reduções resultaram na mobilização dos moradores que já habitavam a região antes da criação do PAREST,

¹⁶ Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro.

pois não concordavam com as proibições inerentes à área de Proteção Integral e desejavam continuar vivendo em suas comunidades, acredita-se que uma alternativa para a minimização do conflito seria a recategorização de parte do território de PAREST para RDS, contudo, as tensões só aumentaram a partir da recategorização da área.

Almeida (2014) acredita que a imposição de políticas fundiárias de “cima para baixo” propiciou o surgimento de conflitos socioambientais na região do PAREST culminando na redelimitação e recategorização da UC e a criação da RDS Puranga Conquista no ano de 2014. Desde então, a UC passa a ser categorizada como de Uso Sustentável, permitindo a continuação dos moradores, bem como do uso responsável do território concernente às atividades de subsistência que já aconteciam nas comunidades.

A denominação da referida RDS está diretamente associada a essa mobilização social local efetuada para a recategorização do PAREST Rio Negro Setor Sul. Conforme o ISA (2014), a denominação Puranga Conquista se dá em razão de “Puranga” significar “Bela”, em Nheengatu, a língua geral amazônica. “Puranga Conquista” significa “Bela Conquista”, como valorização da conquista adquirida coletivamente pelos moradores pela autonomia e pelo direito de viver em seus territórios. Criada em 2014, a RDS ainda não dispõe de um Plano de Gestão finalizado, o instrumento está em fase de elaboração pelo órgão gestor da UC.

A Figura 4 ilustra a localização da RDS Puranga Conquista e o Mosaico de UCs em que está inserida.

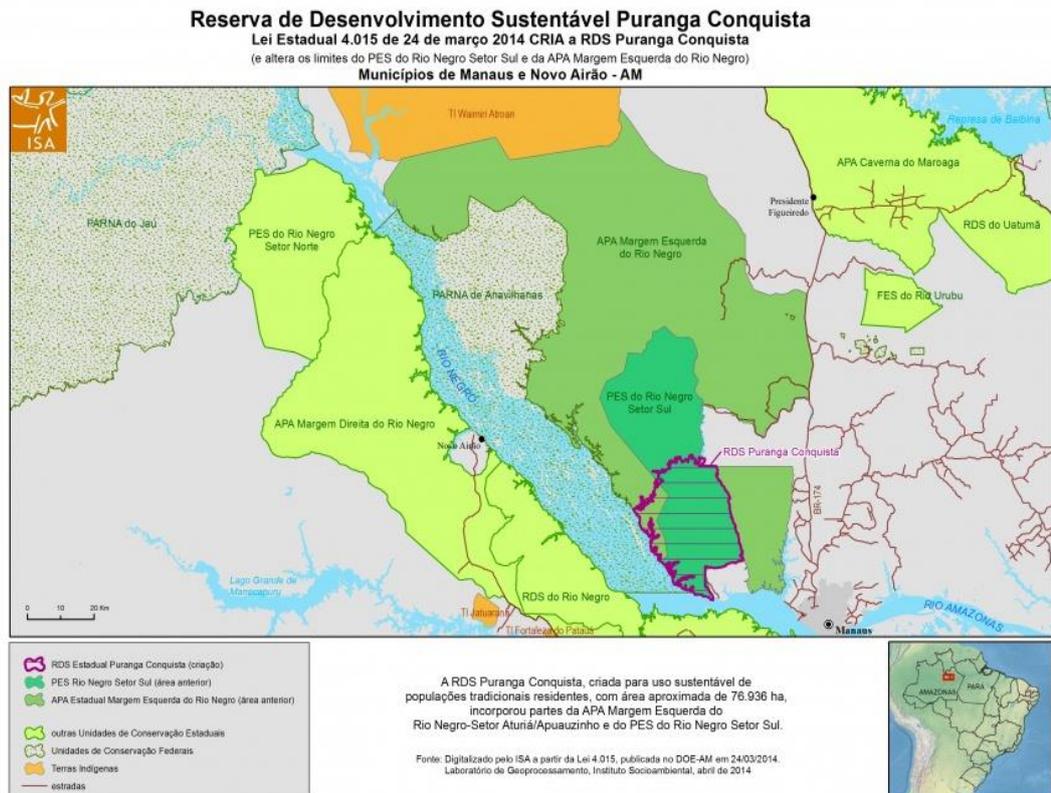


Figura 4: Localização da RDS Puranga Conquista

Fonte: Instituto Socioambiental (2014)

Com o reordenamento do território as comunidades puderam continuar a desenvolver suas atividades agrícolas, criação de animais e o turismo, que hoje representa uma das principais atividades econômicas realizada pelos povos indígenas que residem na RDS Puranga Conquista. Atualmente, na RDS estão integradas oficialmente 15 comunidades, a saber: “Deus Proverá, Tatulândia, Caióé, Baixote, Araras, Bela Vista do Jaraqui, Santa Maria, Terra Preta, Vila Nova do Chita, Pagodão, Barreirinha, Boa Esperança, Nova Esperança, São Francisco do Solimõeszinho e Nova Canaã” (VALLE, 2014, p. 53-54).

Em linhas gerais, da mesma forma que acontece na RDS do Tupé, algumas comunidades da RDS Puranga Conquista, em especial as comunidades indígenas, não foram integradas oficialmente, pelo menos não até o momento, no território da RDS, comunidades que há muitos anos desenvolvem a atividade turística, como a comunidade Cipiá e a comunidade indígena Tatuyo, onde foi desenvolvida a pesquisa para esta dissertação.

O potencial paisagístico das comunidades tanto da RDS do Tupé quanto da RDS Puranga Conquista atrai um expressivo quantitativo de turistas, movimenta e torna a atividade turística lucrativa (para alguns), porém, é necessária a fiscalização

quanto aos impactos socioambientais negativos que um grande contingente de turistas possa causar, visto que manter a atividade equilibrada é um desafio constante na gestão do turismo em Áreas Protegidas.

O ordenamento do turismo em comunidades indígenas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista é imprescindível, no sentido de integrar as comunidades ao planejamento, ao mapa das referidas RDS como forma de sinalizar a existência desses territórios enquanto comunidades que protegem o meio ambiente e necessitam de apoio e seus direitos garantidos para continuarem existindo.

3.3 O TURISMO, OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E O SURGIMENTO DE NOVAS COMUNIDADES NAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E PURANGA CONQUISTA

De um modo geral, o turismo e as experiências que ele possibilita acontecem por diferentes motivações, Krippendorf (2000) enfatiza em uma dessas motivações o desejo particular de fuga imbricado aos anseios contemporâneos.

[...] o ser humano viaja sobretudo em função de um desejo de fuga. Na verdade, esta seria a principal razão de ser do turismo hoje. O universo industrial é percebido como uma prisão que incita a evasão. E isto porque, na realidade, o mundo do trabalho é feio, o ambiente é desagradável, uniformizado e envenenado, o ser humano é tomado pela necessidade obsessiva de se liberar, o que torna inevitável o desejo de fuga (KRIPPENDORF, 2000, p. 47).

A motivação pela fuga se intensifica, estimulando o desejo de viver o “novo”. No contexto urbano, o turismo almejado se mostra como aquele que mais se afasta, se discerne da realidade cotidiana e apresenta o novo. Pode-se dizer que a cultura indígena quando ressignificada como “produto turístico” se estrutura para ofertar o que não é vivenciado (ou percebido) cotidianamente, pelo menos não nos centros urbanos. Apesar de existirem indígenas residindo nas grandes cidades estes se defrontam com uma realidade invisibilizadora, pois o indígena ainda é percebido como um indivíduo exótico, romantizado e repleto de estereótipos, daí o interesse de uma demanda específica pela experiência em comunidade indígena.

Em razão do exposto, o turismo desenvolvido por povos indígenas precisa ressignificar aspectos da cultura indígena, se adequando e mostrando a cultura o

mais “exotizada” possível para atender tal demanda, visto que, atualmente, a cultura local vivida por sujeitos locais se coloca como um turismo alternativo e de troca, contudo, o contato que os turistas esperam não acontece efetivamente.

A cultura local se torna cada vez mais uma importante motivação no momento de eleger um destino turístico dado que a cultura, por si só, se constitui como atrativo turístico. Porém, “os impactos provocados pelo turismo na cultura merecem especial tratamento quando os objetivos são contrários ou conflitantes ou as diferentes culturas se repelem, provocando difícil aceitação ao ateio do turismo” (NETO DE JESUS, 2014, p. 230). Por consequência, o turismo desenvolvido em terras e comunidades indígenas requer uma estruturação voltada para o bem-estar dos próprios indígenas que trabalham na atividade, sendo que o encontro, a troca de experiências pode vir não a se tornar um encontro, mas um confronto, ao suprir primeiramente as aspirações da demanda turística em detrimento das necessidades dos indígenas.

Neto de Jesus (2014, p. 231) salienta que os efeitos gerados pela atividade turística contribuem para um mercado promissor sobre a “comercialização” de culturas, a cultura indígena estaria inserida nesse contexto. Tal produção gerada pelo turismo amplia a possibilidade de uma alternativa econômica, criada e desenvolvida por povos indígenas tanto no Brasil como exterior, e promove transformações de territórios indígenas em territórios turísticos.

Na região do Baixo Rio Negro, o território sofre frequentes transformações, o fluxo de moradores nas quatro comunidades indígenas é impactado diretamente pelo turismo, a flutuação de indivíduos existe em razão de haver uma atividade econômica sobreposta no território que define, além do lugar de vivência, o “território de trabalho”. O número de moradores não é permanente, a mobilidade dos sujeitos expõe um quadro populacional oscilante, existem famílias que vivem permanentemente nas comunidades e àquelas recém-chegadas que procuram organizar sua vida longe do território de origem. Na reflexão, se destaca que os movimentos característicos do processo de territorialização estariam intrínsecos às construções simbólicas no território e as relações de poder produzidas e reproduzidas.

Ao refletir as propriedades do poder, Raffestin (1993) cita que ele está presente em qualquer contexto da vida, até nos espetáculos mais insignificantes. Imbricado às relações de poder, o território das comunidades indígenas é produzido

e consumido/vivenciado pelos próprios indígenas que mesmo sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio para construir novas territorialidades e estratégias de subsistência. O autor também destaca o território como um espaço em que se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Diante dos conflitos que envolvem a posse de terras, para os moradores, as UCs do Baixo Rio Negro são áreas definidas e sujeitas à uma gestão externa ao contexto comunitário “tomada como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra” (DIEGUES, 2001, p. 65). Baseando-se nas colocações do autor, a apropriação do território pelas comunidades existe como parte das memórias individuais e coletivas, em virtude de o território já estar “territorializado” pelos moradores. Essa questão se reflete na mobilização popular para a recategorização de UC de “Proteção Integral” para “Uso Sustentável”, como aconteceu na RDS Puranga Conquista.

A relação de apropriação do território tem sido fortalecida na importância simbólica atribuída aos recursos que a terra oferece, sendo eles essenciais para a sobrevivência, ademais, abriga “os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade - relações de parentesco, etc.” (DIEGUES, 2001, p. 65). O autor acrescenta que o território depende do meio físico e das relações sociais que nele existem, também ele (o território) é o *locus* das representações e do imaginário mitológico que direciona a vida dos grupos que “territorializam” o que nessa pesquisa, será considerado na análise da comunidade Tatuyo.

Quanto as relações concebidas no uso do território, Saquet e Briskievicz (2009, p. 8) explicam a territorialidade como “um processo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais tanto individual quanto coletiva, corresponde também às atividades diárias dos homens com sua natureza exterior”. Os autores apontam-na como resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a organização das atividades cotidianas, ou seja, o território seria resultado das territorialidades efetivadas pelos indivíduos, gerado por ações coletivas. O desdobramento de múltiplas dimensões envolve as territorialidades construídas no processo de inclusão e exclusão do cenário em que se firmam os grupos sociais. Sposito (2008) corrobora colocando a

territorialidade como a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano.

Neto de Jesus (2014) reforça ao estabelecer um paralelo entre as relações socioculturais e o uso do território, fundamental para compreender as modificações no próprio território e os impactos que os processos exógenos podem causar nas representações socioculturais das comunidades indígenas. A situação atual das comunidades indígenas apresenta-se em contextos diferenciados, caracterizando-se ainda pela designação de legado ou herança cultural que lhes confere sentimento de ser, ter e pertencer a seus territórios específicos. “A discussão sobre a territorialidade desses grupos tradicionais envolve suas formas de uso do espaço e seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia”. Isso quando se aloca a territorialidade como fator primordial para a construção da própria identidade do grupo, pois o processo de territorialização de grupos indígenas, ao mobilizar-se em uma coletividade, acaba por unificar uma identidade própria que incidem em sua representação e reestruturação cultural (NETO DE JESUS, 2014, p. 226-227).

A territorialidade nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro, ao passo que se produz se consome simultaneamente por meio de múltiplas relações de caráter identitário que acontecem mediante a assimilação e exclusão que regulam o patrimônio cultural por meio da simbologia da qual ele se constitui. “As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios” (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009, p. 9). Sobre a identidade construída no território, Saquet (2008) assinala que a efetivação da identidade se dá pelas escalas espaciais, distintas e variáveis no tempo por meio das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, outras relações sociais entre sujeitos e seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente.

Na relação identidade e diferença estão presentes as relações de poder, mais que isso, elas se apresentam em meio a uma relação de dependência, pois reflete a tendência a tomar como base de julgamento seus próprios aspectos identitários. Woodward (2014, p. 11) esclarece que a identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelo qual ela é representada. Uma identidade, para existir, depende de algo de fora dela, a saber, a “outra” identidade, a identidade é evidenciada por aquilo que ela não é, ou seja, é marcada pela diferença e essa

diferença é sustentada pela exclusão. “A identidade, marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças - nesse caso entre grupos étnicos - são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”.

Conforme a autora, se acredita que ao afirmar a superioridade de uma identidade tende-se não apenas a colocá-la em oposição à outra, mas também desvalorizá-la, pois os significados produzidos pelos sistemas simbólicos das territorialidades envolvem relações de poder, incluindo o poder que define aquilo que será mantido ou incluído e aquilo que será excluído.

Geralmente, o paralelo que se estabelece entre aspectos identitários distintos, no qual equivocadamente um elemento acredita estar em uma posição mais elevada que o outro, voltam-se à noção de civilidade, como exposto em “O processo Civilizador” de Norbert Elias (1994), é possível compreender que a distinção identitária estaria exposta sob a forma de se portar em sociedade (Ocidental, no caso), assim, aspectos do comportamento “natural” do ser humano estariam inapropriados, necessitando de estratégias de condicionamento de costumes apropriados ou “civilizados” nessa conjuntura, aqueles grupos humanos que não “civilizam” a si mesmos tendem a ser repelidos para a margem da sociedade.

Para Silva (2014), a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder.

A territorialidade, construída nas comunidades indígenas, atravessada pela relação identidade e diferença influencia e é influenciada por elementos internos e externos, isto é, envolve diversos grupos sociais, semelhantes ou distintos, esse movimento modifica o território ao passo que as próprias territorialidades se ressignificam. “A territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território” (SAQUET, 2008, p. 79). Nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro as relações são traçadas simétrica e assimetricamente, interna e externamente, ligadas ao turismo, parte das relações socioeconômicas e territoriais são traçadas para o turismo e sua continuação nas comunidades.

Pode-se dizer que, movimento e apropriação do território nas comunidades indígenas são motivadas pelo sentimento de pertencimento. A territorialização, como ação, para Saquet (2008, p. 83) “constitui-se e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade”. Como processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional, sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades.

Implica dizer que a ação, característica dos processos de territorialização está marcada pela “construção e criação de territórios, pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais” (FUINI, 2014, p. 233). Portanto, está marcada pelas formas de organização do território, o modo como as relações de poder é estabelecida e como impacta a vida daqueles que o habitam.

Nas UCs do Baixo Rio Negro, especialmente nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, os territórios que foram sendo ocupados sucessivamente por indígenas do Alto e Médio Rio Negro reconhecem o “enraizamento” com base em aspectos multiétnicos da cultura indígena agregados aos aspectos ressignificados e vivenciados no contexto comunitário. Haesbaert (1999, p. 185) considera que diante de índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. No mundo globalizado as identidades se evidenciam de maneira cada vez mais contínuas, fragmentadas e sobrepostas revelando formas diferenciadas de se identificar socialmente.

Acerca do território e seu uso para o turismo, Neto de Jesus (2014, p. 230) discorre dois fatores principais: “A valorização cultural estimulada pela prática social do turismo e a divisão social territorial do trabalho”. Os territórios utilizados pelo turismo são valorizados nos fatores socioculturais e ambientais transformados em atrativos turísticos, não permanecendo estáticos em razão de tanto o turismo quanto a dinâmica cultural se responsabilizarem pelas mudanças.

Grünwald (2003) ressalta o turismo como um fenômeno complexo, não só por se apresentar quantitativamente com uma das maiores indústrias do mundo,

mas principalmente por uma enorme diversidade de objetivos programáticos, além dos aspectos subjetivos que perpassam todos os relacionamentos envolvidos nas suas múltiplas facetas, a antropologia do turismo não se apresenta como homogênea em sua abordagem, mas muito diversificada internamente na medida em que se constrói sob uma miríade de objetos temáticos. São estudos em turismo religioso, turismo e mudança social, turismo e mercantilização cultural, turismo e globalização, veraneio, turismo e lazer, ecoturismo, mediadores culturais na empresa turística, impactos sociais do turismo, turismo e produção de artesanato, turismo e etnicidade, entre outras rubricas (GRÜNEWALD, 2003, p. 143).

Grünwald destaca uma relação que aparenta diversos paradoxos quanto a busca do objeto turístico pelos próprios turistas. O turismo, na atualidade, está voltado para o novo, a partir daí se compreende que o turismo indígena está arraigado nos anseios dos turistas na busca pelo novo.

Essas relações podem tornar-se simétricas ou assimétricas, não apenas entre turistas e a comunidade indígena, mas também entre os indígenas e o *trade* turístico, ou seja, o declarar-se indígena na contemporaneidade tem se mostrado árduo, a compreensão rasa posiciona-os ao passado e o indígena, para se provar, sobretudo na atividade turística, ainda precisa se mostrar como aquele descrito pelos colonizadores, repleto de estereótipos. Atualmente necessitam evidenciar aspectos identitários que os diferencie enquanto grupo étnico para se manterem “fiéis” à imagem que grande parte dos turistas esperam e pagam para contemplar.

O “índio hiper-real” como destacado em Ramos (1995, p. 6) ainda é aquele que supre as necessidades demandadas pela sociedade, um indivíduo que, para se provar indígena, precisa mostrar aquilo que a sociedade quer ver, um indígena que vai além real e dos problemas reais que esse povo vive cotidianamente, pois

seria mais interessante lidar com um índio cheio de virtudes, heroico, disposto a morrer pelos seus ideais, sem voz, sem cultura e, é claro, um ser externamente exótico do que compreender o índio real contemporâneo, de carne e osso, que busca pela solução dos problemas nas entidades de apoio ao índio, esse indivíduo é perturbador, um obstáculo no trabalho em defesa do índio, a burocratização das entidades de apoio ao índio idealizaria um “modelo de índio/índio modelo”, esse ser perfeito seria merecedor, sob o ponto de vista das entidades, da mobilização em defesa de sua causa e de seus direitos, esse índio estaria além do real, na verdade seria um índio hiper-real (RAMOS, 1995, p. 6).

A invisibilização dos indígenas na contemporaneidade frente às questões referentes aos direitos sociais e, principalmente, quanto ao direito de existirem da forma que desejam, desenvolvendo uma atividade econômica e vivendo a cultura indígena mesmo que não estejam dentro de seus territórios tradicionais como

acontece com as comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista. Com atenção especial para o turismo, uma alternativa para garantia de renda e valorização da cultura indígena, as comunidades, no esforço coletivo, estabelecem aspectos da cultura indígena que merecem ser evidenciados, esses aspectos, em diversos momentos, são ressignificados para atender ao turismo, todavia, não perdem seu valor simbólico para àqueles que os utilizam como meio de subsistência.

No que concerne a utilização da cultura indígena para o turismo, Grünewald traz a discussão sobre etnicidade¹⁷ “em uma perspectiva que inicia ainda na década de 1970 e se reforça entre certas populações com um reforço de certas tradições que passaram à condição de chamariz turístico, e assim também participando da perspectiva do desenvolvimento local do turismo” (GRÜNEWALD, 2003, p. 144).

Ou seja, se o exótico é procurado em lugares específicos, como acontece nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro, os habitantes desses lugares, para atender aos anseios do turismo e garantir uma renda, precisam se promover como esse sujeito exótico almejado, a fim de ser atrativo no mercado turístico. Conforme Grünewald (2003, p. 144) esses sujeitos “devem ter sinais diacríticos a exhibir, a serem consumidos nesse amplo mercado. A construção, promoção ou fortalecimento de sinais diacríticos que caracterizam um povo é o próprio âmbito da etnicidade”.

Pelas análises do autor, um determinado grupo étnico, ao distinguir-se utilizando sinais diacríticos, além de se diferenciarem frente a outros grupos, destacam a organização social dentro do próprio grupo étnico. Esses sinais têm a função de contar histórias coletivas e individuais, evidenciar a distintividade, valorizar e diferenciar o grupo. A etnicidade para o turismo tem se tornado um dos principais pontos na “arena turística”, uma vez que esses aspectos da cultura se tornam atrativos que compõem o produto turístico.

¹⁷ **Etnicidade:** Fenômeno social que reflete as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico. A distintividade dessa identidade, para caracterizar um grupo étnico, deve se remeter a noções de origem, história, cultura e, até, raça comuns. Originalmente, destacaram-se duas perspectivas teóricas para se abordar e definir os grupos étnicos: uma essencialista, que se debruçava sobre a substância do patrimônio cultural e histórico das populações para perceber sua distintividade étnica, e outra, mais construtivista, que, focando as interações sociais entre as sociedades, notava suas fronteiras, que eram o que, efetivamente, definiria os limites do grupo étnico, independentemente se os traços de cultura ou raça fossem compartilhados com as sociedades vizinhas. (GRÜNEWALD, 2003, p. 145)

Em vista disso, Grünwald (2003, p. 145) coloca um questionamento: “Como a etnicidade se relaciona com o turismo?”. Se acredita que seja pouco provável que alguém, em algum momento da vida não tenha se questionado sobre como seria a vida de outras pessoas, em outros lugares, sob um contexto territorial e cultural diferente do seu. Pois bem, o turismo se esforça para suprir as “necessidades” de uma demanda e proporcionar o encontro entre diferentes povos nos lugares mais longínquos do mundo.

No Baixo Rio Negro, as comunidades indígenas, utilizam a etnicidade para valorizar e promover a cultura indígena por meio de uma atividade econômica rentável. A geração de renda e a divisão na arrecadação com o turismo seria uma consequência de um trabalho coletivo nas comunidades. A autonomia dos povos indígenas no planejamento e desenvolvimento de atividades está previsto na Convenção nº 169¹⁸, na Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, no Artigo 7º propõe:

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, 2011, p. 19)

A Convenção 169 expõe a importância de maior autonomia para as comunidades indígenas, além disso, a valorização do conhecimento endógeno seria indispensável para a garantia de direitos, aumento no poder de decisão e, por meio da participação coletiva indígena minimizar o processo de invisibilização e segregação. Ao fazer coletivo comunitário compete alcançar a independência na gestão dos atrativos turísticos pela própria comunidade por meio da sustentabilidade, empreendedorismo e sentimento de pertencimento na construção de novas territorialidades. Essa discussão envolve o lugar do turismo na cultura, sua

¹⁸ A Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção nº 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. A Convenção aplica-se a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplica-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional (OIT, 2011 p. 7).

função na implementação de uma cadeia produtiva orientada para a autonomia da comunidade receptora.

3.3.1 O turismo em comunidades indígenas recém-criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista

O surgimento de comunidades indígenas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista tem suas origens diretamente ligadas à comunidade São João do Tupé e aos desmembramentos que ocorreram desde a chegada do primeiro grupo familiar indígena formado, a princípio, por dois irmãos da etnia Desana provenientes do Alto Rio Negro que chegaram à comunidade no final dos anos de 1990 e iniciaram a implementação do turismo na região, desde então, os desmembramentos, que ocorreram por conflitos, se tornaram constantes.

Em uma das visitas às comunidades realizadas com o grupo de pesquisa NEICAM aconteceu uma conversa com os moradores da comunidade Tatuyo, um dos indígenas, proveniente do Rio Tiquié, Alto Rio Negro se disponibilizou a relatar o que vivenciou desde o início das atividades turísticas na RDS do Tupé. Em seus relatos discorreu:

[A comunidade] Colônia Central foi fundada pelo meu tio que participou da Eco 92, no Rio de Janeiro, lá ele conheceu como se organizava o turismo indígena e se interessou, na Colônia Central pensou e resolveu convidar o irmão dele para trabalharem com o turismo, mas já no [na comunidade] São João [do Tupé]. (Diário de campo: 27/04/2018).

Também foi relatado pelo indígena que a trajetória da família indígena passou por vários municípios como São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos até chegar a Manaus e, finalmente às comunidades ribeirinhas da região do Baixo Rio Negro. Continuando o relato, de acordo com o indígena, um dos irmãos Desana chegou em 1998 na comunidade Colônia Central (RDS do Tupé), exerceu uma importante liderança política fundando oficialmente a comunidade onde moravam algumas famílias não indígenas, criou uma associação de moradores e trabalhou com os comunitários na agricultura, antes de começar o trabalho no turismo com seus parentes vindos do Alto Rio Negro.

Do final da década de 1990 ao início dos anos 2000 aconteceu o processo de migração do grupo familiar indígena composto pelos irmãos e suas famílias da comunidade Colônia Central para a comunidade São João do Tupé. Na comunidade iniciaram os primeiros trabalhos com o turismo. “No começo a comunidade [São João do Tupé] não aceitava o turismo, mas eles [os irmãos Desana] prometeram melhorias na comunidade” (Diário de campo: 27/04/2018), relatou o indígena morador da comunidade Tatuyo. Os indígenas na comunidade São João do Tupé continuaram seus trabalhos na agricultura, paralelamente à implementação do turismo, construíram uma oca, residências até que, por fim, o turismo começou a ser desenvolvido e a gerar renda.

É fundamental destacar que a comunidade São João do Tupé não é uma comunidade indígena, e sim uma comunidade não indígena que acolheu o primeiro núcleo familiar indígena do Alto Rio Negro. O turismo, mesmo após os desmembramentos continua a ser desenvolvida pelas famílias indígenas que permaneceram. O fluxograma (Figura 5) mostra os desmembramentos das famílias indígenas iniciados na comunidade São João do Tupé.

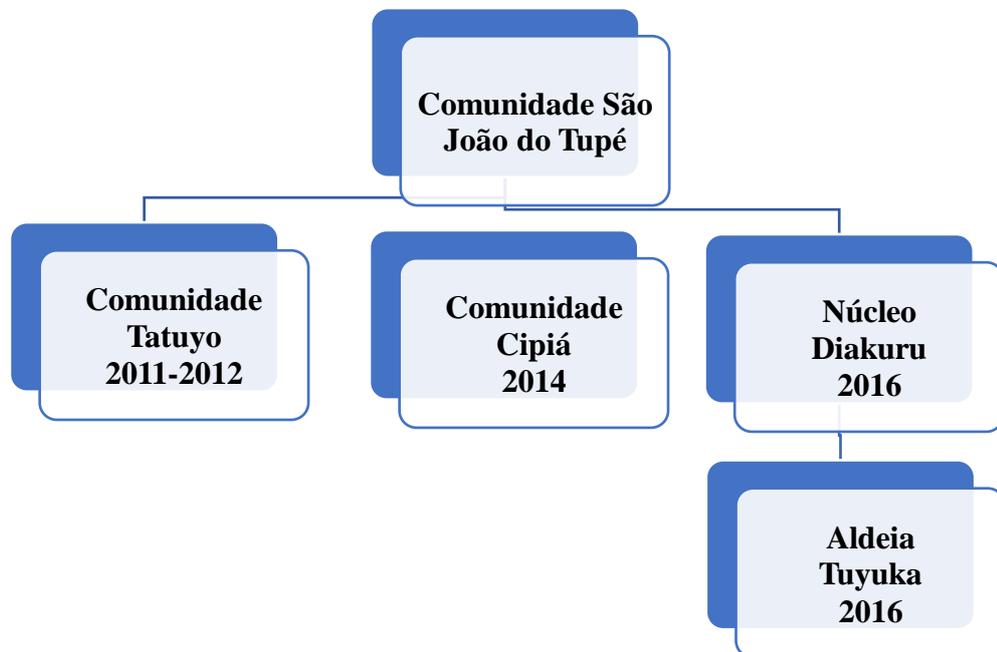


Figura 5: Fluxograma dos desmembramentos das comunidades indígenas a partir da comunidade São João do Tupé

O primeiro desmembramento aconteceu ainda na comunidade São João do Tupé, no grupo familiar indígena liderado pelos irmãos Desana que geriram a

atividade turística em parceria até o ano de 2002, época em que os conflitos internos culminaram com o desentendimento entre os mesmos. O rompimento dos irmãos deu origem à uma segunda oca de apresentações na mesma comunidade, a segunda oca foi construída próxima à primeira. Desenvolvendo o turismo no mesmo território, os irmãos se tornaram concorrentes e permaneceram assim até a saída definitiva de um deles da comunidade São João do Tupé, fato ocorrido no ano de 2014.

Com os frequentes desmembramentos que aconteceram na comunidade atualmente não residem indígenas suficientes para a realização das apresentações, diferente das outras comunidades, na comunidade São João Tupé não são realizadas apresentações diárias, apenas as agendadas previamente. A Figura 6 mostra a oca de apresentação que permaneceu na comunidade São João do Tupé.



Figura 6: Oca de apresentação na Comunidade São João do Tupé, RDS do Tupé
Fonte: DIAS, 2018

A partir de então parte das famílias indígenas da comunidade São João do Tupé criaram novas territorialidades em torno do turismo em outras comunidades. Com esse desmembramento deu-se origem à comunidade Cipiá que significa “Comunidade Alegre”, fundada em 2014¹⁹, na RDS Puranga Conquista (o grupo já desenvolvia turismo desassociado do outro grupo indígena na comunidade São João do Tupé desde 2003, portanto esse foi o primeiro desmembramento). A nova

¹⁹ A data referente à saída da comunidade São João do Tupé apresenta certa variação temporal, porém, a data de criação da comunidade Cipiá não, em todos os relatos é confirmado o ano de 2014 como o ano de criação da comunidade na RDS Puranga Conquista.

organização comunitária visava garantir renda às famílias indígenas, a continuação do turismo antes exercido na comunidade São João do Tupé e uma divisão mais justa da renda advinda da atividade.

Conforme os dados coletados em âmbito do Estudo Socioantropológico realizado pelo NEICAM, a comunidade Cipiá é formada por 6 (seis) famílias que contabilizam 26 (vinte e seis) indígenas, entre adultos e crianças.

A composição da comunidade Cipiá se caracteriza por agrupamentos próximos (pai, filho, cunhada), mas também por pessoas que foram chamadas para trabalhar na comunidade, algumas delas vieram da comunidade São João do Tupé, outras do município de São Gabriel da Cachoeira. Em termos gerais, são indígenas das etnias Desana, Tuyuka e Tukano (CRUZ *et al*, 2018).

Desde o desmembramento e o processo de formação da nova organização comunitária, a comunidade Cipiá se estrutura enquanto grupo étnico. Após anos trabalhando no turismo com uma estratégia que apresenta similitudes àquela desenvolvida na comunidade São João do Tupé, atualmente está sendo reorganizada, parte do território da comunidade permanecerá com a organização “rústica” para atender a demanda turística, como mencionado pelo líder.

Tanto a oca de apresentação quanto as residências foram construídas com madeira e palha, há uma casa de farinha onde ficam dispostos alguns itens alimentícios da cultura indígena (farinha, beiju, formiga assada), também há um local destinado para o pernoite, esse “cenário rústico” permanecerá assim, com essa organização. As novas residências dos indígenas foram construídas em alvenaria, madeira e cobertura de alumínio, fora dos olhares dos turistas, ou seja, a parte “rústica” da comunidade está sendo utilizada como local de trabalho, nas Figuras 7 e 8 é possível observar parte da comunidade Cipiá.



Figura 7: Oca de apresentações na comunidade Cipiá
Fonte: DIAS, 2018



Figura 8: Comunidade Cipiá
Fonte: DIAS, 2018

Sobre a cisão com a comunidade São João do Tupé, o líder da comunidade Cipiá afirma: “Os indígenas trabalhavam avulsos com o turismo na comunidade São João [do Tupé], era tudo desorganizado, aqui a atividade é controlada, legalizada com CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica]” (Diário de campo: 03/02/2018). A situação conflituosa que favoreceu a cisão, relatada pelos indígenas, não foi mencionada pelo líder da comunidade Cipiá.

A comunidade Cipiá iniciou com apenas três famílias, um número pequeno para apresentações turísticas, na concepção dos indígenas o número de pessoas nas comunidades que trabalham no turismo é relevante no sentido de atender satisfatoriamente a demanda turística nas apresentações, ou seja, para os turistas “quanto mais pares nas apresentações, melhor”, segundo o líder, as apresentações ficam visualmente mais atrativas quando compostas por muitos indígenas. Com base nessa questão muitos indígenas, principalmente do Alto Rio Negro são “convidados” para o trabalho no turismo.

Após o primeiro desmembramento, anos depois aconteceu outro, na comunidade São João do Tupé, mais uma vez oriundo de relações conflituosas ligadas diretamente às questões financeiras. O grupo de indígenas que formou a comunidade Tatuyo, na RDS Puranga Conquista, foi o primeiro a deixar a comunidade São João do Tupé, dois anos depois, sairia o grupo que fundou a comunidade Cipiá. A comunidade Tatuyo é o local de realização dessa dissertação, os aprofundamentos sobre a comunidade serão ampliados no próximo capítulo.

A comunidade Tatuyo foi fundada entre 2011 e 2012, desde o início trabalham com o turismo, a primeira oca foi construída em uma área de terra firme, no ano de 2014 decidiram mudar para a praia com o intuito de facilitar a acessibilidade para os turistas, sobretudo idosos e crianças. Atualmente a comunidade está composta por 7 (sete) famílias com indígenas das etnias Tatuyo, Karapana, Tukano, Tariano e Kubeo que trabalham nas apresentações, fabricação e venda de artesanato. As Figuras 9 e 10 apresentam parte da comunidade Tatuyo.



Figura 9: Oca de apresentação na comunidade Tatuyo com embarcação turística

Fonte: DIAS, 2018



Figura 10: Residência na comunidade Tatuyo

Os primeiros desmembramentos (2002) na comunidade São João do Tupé, deram origem as comunidades Tatuyo e Cipiá, ambas na RDS Puranga Conquista. Em 2016 outro desmembramento aconteceria novamente no núcleo familiar da comunidade São João do Tupé, um grupo de indígenas insatisfeitos com a gestão do turismo na comunidade se separaria para construir outra oca e replicar a experiência com o turismo.

Um dos filhos do líder indígena de São João do Tupé, após conflitos familiares, se deslocou para um território na praia, ainda na RDS do Tupé, com um grupo de indígenas. No primeiro semestre de 2016 o grupo trabalhava onde atualmente se localiza a aldeia Tuyuka, no segundo semestre de 2016 houve um novo desmembramento que originou o núcleo Diakuru, a poucos metros de distância da aldeia Tuyuka, ambas as comunidades estão localizadas na RDS do Tupé e, como as outras comunidades referidas anteriormente, trabalham com turismo (apresentação de danças, trilhas, pernoite e venda de artesanato).

A Figura 11 (A e B) mostra a aldeia Tuyuka no primeiro semestre de 2018, pouco antes da cheia do rio, nesse período a comunidade estava passando por um processo de reorganização, em um local de terra firme onde as águas não os alcançassem na época da cheia do rio Negro.



Figura 11: Aldeia Tuyuka, no primeiro semestre de 2018
Fonte: DIAS, 2018

A aldeia Tuyuka está composta por 5 (cinco) famílias totalizando 20 (vinte) indígenas das etnias Tuyuka, Tukano e Bará. As famílias que formam a aldeia Tuyuka mantém laços parentais (irmãos e primos casados com indígenas de outras etnias). Anualmente a aldeia Tuyuka tem sido prejudicada no período da cheia, as águas do rio Negro adentram a oca impossibilitando as apresentações, com isso, o turismo fica inviável. Em razão disso, no primeiro semestre de 2018 a aldeia se organizou para construir a nova oca e uma escadaria de acesso à nova área das residências, no alto do barranco.

Em visita à aldeia Tuyuka com o NEICAM, no segundo semestre de 2018, as mudanças já eram visíveis. Os comunitários reconstruíram a comunidade em um período curto e, atualmente têm se dedicado mais à agricultura familiar em virtude do turismo não está se mostrando rentável nos últimos meses.

A seguir, a Figura 12 mostra a organização comunitária no alto do barranco. Os indígenas construíram seis residências, uma para cada família, além da oca de apresentação e uma pequena casa de farinha.



Figura 12: Oca de apresentação e residências da aldeia Tuyuka, segundo semestre de 2018
Fonte: DIAS, 2018

A poucos metros de distância da aldeia Tuyuka se localiza o núcleo Diakuru (Ser vivente da água), de acordo com a liderança se denominam “núcleo” pelos próprios indígenas não se organizarem enquanto comunidade. O território tem sido utilizado para o turismo, é um território, sobretudo, de trabalho. Os indígenas do núcleo Diakuru, diferente das demais comunidades decidiram não praticar a agricultura, por essa razão a dedicação é exclusiva ao turismo. A Figura 13 mostra a oca de apresentação e parte do artesanato produzido pelos indígenas.



Figura 13: Oca de apresentação e artesanato no núcleo Diakuru
Fonte: DIAS, 2018

De um modo geral, anterior à formação do núcleo Diakuru, aldeia Tuyuca, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo as atuais lideranças mantiveram, em diferentes momentos, uma relação de convivência entre si, reforçadas, na maioria das vezes, pelos laços de parentesco. As lideranças das quatro comunidades conviveram na comunidade São João do Tupé e, com base nas estratégias aprendidas na referida comunidade, estruturaram formas próprias de desenvolver o turismo.

De acordo com indígenas das quatro comunidades, as cisões, foram motivadas, na maioria das vezes, por questões econômicas. Nessa conjuntura, os conflitos estiveram imbricados ao desejo de transparência na arrecadação e divisão da renda obtida com o turismo. O turismo como principal atividade econômica nas comunidades endossa relações de poder, no tocante à atividade e a complexidade a ela atribuída, torna-se fundamental a reflexão do ordenamento turístico na região do Baixo Rio Negro e os impactos que a atividade acarreta, particularmente sob o prisma socioambiental.

CAPÍTULO IV

INTERCULTURALIDADE E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA NO TURISMO: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE INDÍGENA TATUYO

Este capítulo aborda a cultura e sua utilização como estratégia de desenvolvimento local, ou seja, um desenvolvimento que envolve o ordenamento na gestão do patrimônio cultural no território da comunidade Tatuyo. Tendo em vista as atividades econômicas equitativas e relações sociais mais simétricas entre os agentes sociais, resultando em ações comprometidas com a valorização do território e da cultura.

Nessa perspectiva de desenvolvimento o patrimônio cultural assume papel preponderante, sendo reconhecida sua importância tanto em termos materiais, como na grandeza de sua imaterialidade. A relevância do patrimônio cultural está presente na Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, definido como

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: *I* - as formas de expressão; *II* - os modos de criar, fazer e viver; *III* - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; *IV* - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; *V* - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988 p. 39).

Como produto da contemporaneidade, as relações interpessoais que são complexas e, na mesma proporção “líquidas” (BAUMAN, 2001). No bojo dessas dinâmicas o consumir cultura vem sendo cada vez mais “coisificado”, perdendo sua função simbólica e transformando-se, conforme Veloso (2006) em “objeto fetichizado”. Em uma sociedade com perspectiva equivocada da diversidade cultural, o patrimônio cultural pode ser compreendido como trivial, um objeto de fetiche desprovido de sua relevância, tido como uma mercadoria banal quando desconhecido e desconsiderado seu valor simbólico.

Pereiro (2006) acredita que a patrimonialização é como um processo de ativação de memórias, atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, modos de vida, saberes e conhecimentos. É também mecanismo de

afirmação e legitimação da identidade de um grupo ou de algumas versões da identidade, não isento de lutas e negociações.

O processo de valorização do patrimônio cultural, por vezes, ocorre em meio a tensões envolvendo o meio social do qual faz parte. Veloso (2006, p. 439) observa que “falar de patrimônio cultural é complexo, pois este é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas e, ao mesmo tempo, é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial”. O que impulsiona a proteção do patrimônio material e imaterial é a mesma: “proteger manifestações da cultura consideradas representativas de um dado tempo e de um dado grupo social de ações vorazes e incompassíveis de destruição da memória coletiva” (CRUZ, 2012, p. 97).

A patrimonialização da cultura pensada por intermédio da promoção da autonomia local precisa considerar a proteção do patrimônio, o valor simbólico e a função educativa como pontos fundamentais. Nesse contexto, o turismo enquanto atividade econômica e social, construída em meio às dinâmicas complexas envolvendo o território e a cultura precisa estar em equilíbrio para que promova benefícios aos agentes sociais envolvidos, principalmente àqueles no local receptor. Conforme Troncoso e Almirón (2005, p. 63):

Es necesario lograr un equilibrio entre la conservación y la mercantilización turística del patrimonio, como forma de asegurar su mantenimiento y conservación como tal e como recurso para la actividad turística. Es precisamente, em torno a este equilibrio, que se afirma que parte de los beneficios obtenidos del uso turístico del patrimonio deben destinarse para la gestión y protección del mismo.

As autoras partem da ideia de que o valor e o uso do patrimônio no turismo acontecem como alternativa para crises econômicas regionais e locais. Apontam que as tensões entre ações de conservação e uso do patrimônio no turismo se resolveriam se o turismo fosse gerido sob os princípios do desenvolvimento sustentável, reduzindo danos ao meio ambiente, aos sujeitos envolvidos no processo e ao próprio patrimônio. Porém, “la lógica patrimonial y la lógica turística pueden entrar en conflicto de intereses” (TRONCOSO; ALMIRÓN, 2005, p. 63).

Nesse contexto surgem questionamentos do tipo: como manter o equilíbrio em um cenário repleto de complexidades? A realidade do turismo desenvolvido em comunidade indígena amazônica, como é o caso da comunidade Tatuyo, o equilíbrio

deve estar inerente à conservação do meio ambiente para a manutenção dos ciclos ecológicos, na valorização de aspectos da cultura, no crescimento econômico associado à equidade social. Todos esses fatores, intrínsecos à proposta de turismo sustentável são essenciais para proporcionar qualidade de vida na comunidade frente à realidade de estarem inseridos em uma RDS.

Essa discussão envolve o patrimônio cultural no turismo e a relevância da cultura indígena na comunidade Tatuyo como fonte de conhecimento endógeno. O patrimônio cultural exerce um papel sociopolítico importante no ordenamento da comunidade, nas relações de poder e sua utilização ligada à implementação da atividade turística para a construção e consolidação das territorialidades. Silva (2011) ratifica esse pensamento ao considerar que no momento em que a comunidade local começa a identificar e valorizar o seu próprio patrimônio cultural ele passa a ser protegido, reconhecido e valorizado se tornando uma ferramenta de desenvolvimento.

Trazendo a abordagem para o *lócus* da dissertação, a atividade turística impacta diretamente no cotidiano da comunidade Tatuyo (tanto de forma positiva, quanto negativa). Em termos gerais, o turismo se mostra como ferramenta de intercâmbio de experiências, geração de recursos, melhoria na infraestrutura e autonomia na gestão do território, isto quando planejado coletivamente na comunidade, considerando primordialmente os interesses dos moradores. Por outro lado, os conflitos internos, e, principalmente, a relação da comunidade com os agentes sociais do turismo (agencias, guias e pirangueiros) promovem distorções e assimetrias difíceis de serem resolvidas.

4.1 OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS, O COTIDIANO E A ORGANIZAÇÃO NO TERRITÓRIO PROTEGIDO (RDS PURANGA CONQUISTA)

As legislações para o ordenamento e proteção de territórios com relevantes características ecológicas necessitam, equitativamente, garantir proteção e condição de subsistência às comunidades que habitam os territórios protegidos e o partilham juntamente com a fauna e a flora, submetidos às regras de proteção do Estado.

Análogas à criação da RDS Puraça Conquista, diversas UCs surgem no bojo de tensões ligadas, principalmente, à apropriação e grilagens de terras, tensões

estas que envolvem comunidades, ambientalistas e o Estado. De fato, as comunidades existentes, sobretudo as comunidades indígenas, se veem prejudicadas pela proibição de algumas estratégias de subsistência no território (por ser uma UC).

No tocante a retirada do direito de propriedade em algumas comunidades, aconteceram mobilizações sociais coletivas empreendidas pelos próprios moradores e órgãos ligados à proteção do meio ambiente que tiveram papel fundamental na recategorização da UC. A recategorização permitiu a permanência dos moradores, sob normas instituídas com condições para permanência e uso do território, porém, não minimizou a ocorrência de conflitos, inversamente, como já apontado em páginas precedentes, aumentou os conflitos entre as comunidades e os agentes externos e entre as próprias comunidades que se aliaram pelo direito de viver nos territórios protegidos.

As comunidades indígenas inseridas nesses territórios não estão isentas de tais regulamentações. A Lei 6.001 de 1973 no Artigo 2º sustenta que é garantida às comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes (BRASIL, 1973).

A demarcação não cria o direito à terra, apenas oficializa seus limites. O direito nasce do fato de os índios nela habitarem tradicionalmente e dela necessitarem para continuar existindo enquanto povos culturalmente diferenciados, direito este reconhecido constitucionalmente (AMBRÓSIO, 2001, p. 119).

Enfim, mesmo o direito à posse de terra para as comunidades indígenas ser reconhecido por lei, existe o desafio de garantir aos indígenas o território em que possam se organizar socialmente e manter suas tradições, tornando a posse permanente e protegida de possíveis desapropriações. Na Constituição Federal de 1988 o Capítulo VIII – Dos Índios, se refere especificamente aos povos indígenas. Na referida Lei, o Artigo 231 estabelece que:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Está prevista na Constituição a posse permanente de terras ocupadas por povos indígenas, nesse sentido, o direito sobre as terras é imprescritível, bem como o usufruto dos recursos nelas existentes. Todavia, nesse contexto surgem diversas formas de conflito, dentre eles os conflitos socioambientais.

Little (2001, p. 57) reflete acerca dos conflitos que formam parte integral e inevitável da vida cotidiana na intenção de focalizar um tipo específico de conflito que nos últimos anos vem crescendo muito em importância e número: os conflitos socioambientais. O autor define os conflitos socioambientais como “disputas entre grupos sociais que são derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. O autor destaca ainda as dimensões do conceito

O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. Talvez o aspecto mais novo desta temática seja a maneira que o mundo natural retorna como elemento importante nos conflitos atuais (LITTLE, 2001, p. 57).

Nas três dimensões que englobam o conceito socioambiental apontadas por Little percebe-se que as duas primeiras dimensões são separadas (o mundo natural das estruturas sociais), no entanto, a terceira dimensão as reúne como elementos interdependentes, isto é, a continuação da existência de ambas depende de uma coexistência equilibrada.

Little (2001) ainda considera que os recursos naturais formam parte do domínio social. Isto quer dizer que matérias existentes na natureza somente se tornam recursos quando um grupo social as define como tal e fornece um uso específico para elas, nesse sentido, estão passíveis de conflitos que se apresentam como conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

A preocupação com a relação do ser humano e a natureza foi aumentando e ganhando mais espaço de discussão ao longo dos anos quando se percebeu que os recursos naturais não são inesgotáveis e o uso negligente resulta na diminuição ou até mesmo na dizimação de tais recursos. Em vista dessas questões, proteger uma parte existente do meio ambiente e mantê-lo “protegido” se tornou essencial para a manutenção da vida, tanto natural quanto humana.

Além do desmatamento clássico – derrubada de árvores para uso da madeira – , a Amazônia sofre, por exemplo, com os efeitos das atividades agrícolas, com a conversão de áreas naturais, da pecuária, da mineração, da grilagem, dos incêndios, dos projetos de infraestrutura, das estradas mal planejadas e, até mesmo, dos projetos de conservação da biodiversidade que não levam em conta a paisagem global da região (BENSUSAN, ARMSTRONG, 2008, p. 19).

Para minimizar conflitos socioambientais em UCs, o SNUC prevê o Plano de Manejo, um documento imprescindível para a definição do tratamento institucional sobre a questão da presença humana. O documento deve registrar de maneira adequada a presença de ocupantes na UC de modo geral e, especificamente, dos povos e comunidades tradicionais, com a identificação da sua localização, a descrição das atividades desenvolvidas e a relação das atividades econômicas realizadas e pretendidas (extração de produtos florestais para artesanato, construção de barcos, roças) e de serviços reivindicados (transporte, energia, saneamento, educação) (BRASIL, 2014, p. 60).

A RDS Puranga Conquista ainda não dispõe de um Plano de Gestão, a justificativa para a ausência do Plano é a recente recategorização (ano de 2014), sendo que o SNUC prevê elaboração obrigatória do Plano em até 5 (cinco) anos após a criação da UC, portanto, está prestes a encerrar o prazo limite para tal. Vale assinalar que essa observação sobre o Plano de Gestão da RDS Puranga Conquista dá em virtude da sua importância, particularmente para as comunidades indígenas que estão sendo invisibilizadas e que não são reconhecidas como tais, a exemplo das comunidades Cipiá e Tatuyo, localizadas na referida RDS.

Criada no ano de 2014, a partir do processo de redelimitação e recategorização, a RDS Puranga Conquista mudou da categoria Proteção Integral para Uso Sustentável. A área é singularmente relevante pela biodiversidade e sociodiversidade, em virtude das comunidades indígenas e não indígenas que residem no território anteriormente ao processo da recategorização.

Como destacado em páginas precedentes, viver em uma Área Protegida está condicionado a seguir uma série de regras estabelecidas pelos órgãos gestores e garantir subsídios indispensáveis para a vida e conservação do meio natural, evitando prejuízos e pressões à essas áreas pouco impactadas. Nessas áreas, o ordenamento territorial torna-se indispensável. O Artigo 3º do Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define povos e comunidades tradicionais, territórios

tradicionais e o desenvolvimento sustentável²⁰ como três aspectos fundamentais para o ordenamento de Áreas Protegidas, visto que a partir desses aspectos tem sido possível pensar estratégias de uso e geração de renda no território, implementada coletivamente pelos agentes sociais locais.

Na RDS Puranga Conquista a partir do processo de recategorização, conforme o ISA (2014), o Plano de Gestão do PAREST Rio Negro Setor Sul menciona que as comunidades no interior e entorno do Parque foram informadas das restrições de uso da terra e dos recursos naturais apenas após expedições realizadas pelo IPÊ e outras instituições, em 2003. Entretanto, o conflito legal entre a categoria da UC e a presença de comunidades impediu a instalação de infraestrutura e Políticas Públicas no local, e limitou as atividades de exploração agrícola e extrativista por parte dos moradores, ainda que estas se realizassem de forma sustentável.

Com a criação do Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas de Manaus (FOPEC), em 2006, as comunidades fortalecidas na coletividade, passaram a reivindicar de forma mais organizada a mudança de categoria de Parque para RDS, conforme proposta apresentada pelo Instituto de Pesquisa Ecológicas (IPÊ) e aprovada em 2010 na elaboração do Plano de Gestão do Parque Estadual PAREST Rio Negro Setor Sul. Em julho de 2010, a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa realizou Audiência Pública na qual as comunidades oficializaram a sua vontade em relação à criação de uma RDS em sua área de uso e ocupação (ISA, 2014).

Na RDS Puranga Conquista, a comunidade Tatuyo, busca alcançar maior autonomia e autossuficiência na implementação de atividades econômicas sustentadas para a construção de suas territorialidades, pautada na vivência da

²⁰ **I Povos e Comunidades tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

II Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

III Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007)

cultura indígena, envolvendo tanto a simbologia quanto a relação com o meio natural. A comunidade Tatuyo, ainda não inserida oficialmente na RDS Puranga Conquista, detém saberes tradicionais envolvendo técnicas específicas de caça, pesca e agricultura (principalmente da mandioca - *Manihot esculenta*). Também realizam coleta de castanha (*Bertholletia excelsa*), açaí (*Euterpe oleracea*) e o extrativismo vegetal (madeira, palha e sementes) utilizados na construção de residências e confecção de artesanato (CRUZ *et al*, 2018).

As comunidades da RDS Puranga Conquista, especialmente as comunidades indígenas, estruturam-se em torno da atividade turística. Já nas comunidades não indígenas, em diversos estudos, ganham notoriedade atividades ligadas à agricultura e pequenas criações animais (galinhas, patos, porcos), acredita-se que mesmo em UC o apoio às formas de plantio e criação são fundamentais. Em algumas comunidades, parte da produção se destina à comercialização nas próprias comunidades e comunidades vizinhas. Muitas das comunidades indígenas que trabalham com turismo não dispõem de tempo e área suficientes para a produção agrícola e, por vezes, precisam comprar itens básicos de alimentação.

Viver no território protegido consiste em enfrentar desafios, tanto as comunidades quanto os órgãos gestores das UCs. No esforço em fomentar uma atividade econômica sustentável e proporcionar um território minimamente equilibrado, os “núcleos” (como são denominadas pelos órgãos gestores as comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista) passam por processos de invisibilização da própria existência enquanto cidadão indígena e na garantia de direitos, mesmo aqueles previstos em Lei.

4.1.1 Caracterização social, econômica e cultural da comunidade Tatuyo

Este tópico tem como finalidade caracterizar social, econômica e culturalmente a comunidade Tatuyo, contudo, primeiramente é necessário refletir acerca da própria denominação da comunidade. Como já mencionado nesta dissertação, a comunidade Tatuyo é multiétnica, similar à diversas comunidades indígenas localizadas na região do Alto Rio Negro.

Para elucidar, Tatuyo é a etnia do líder da comunidade, não definindo a maioria dos indígenas que vivem na comunidade. A denominação se deu em virtude

da atuação e do papel do atual líder desde a saída da antiga comunidade até a formação da comunidade Tatuyo. O atual líder (o único desde a criação da mesma), sua esposa, filhos e um irmão compõem os membros permanentes da comunidade. Existem famílias que não se adaptam e se deslocam entre as comunidades indígenas ou retornam para o território de origem, constituindo as famílias “não permanentes”.

Além da família do líder há apenas uma outra família da etnia Tatuyo. O território tradicional da referida etnia é a Colômbia, na fronteira com o Brasil (na região do Alto Rio Negro/noroeste amazônico). A etnia recebe diferentes denominações, tais como: “Tatuyo, Juna-maja, Pamoá, Tatutapuyo, Sin, Sura, Tatuya²¹”. De acordo com os dados do censo DANE²² (2005), originalmente, a etnia Tatuyo vive ao sul do departamento de Uaupés, ao longo do rio Pira-Paraná e Papurí, na Colômbia. Seu território está incluído na parte leste de Uaupés que possui cerca de 3.354.097 hectares coabitado por várias comunidades indígenas, pertencentes à diferentes povos. A estrutura do povo Tatuyo está organizada hierarquicamente em clãs patrilineares e exogâmicos, conforme o Quadro 3:

CLÃS PATRILINEARES – TATUYO	
NOME DO CLÃ NA LÍNGUA TATUYO	TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS
Pamüa	Tatu
Peta huna	Formiga brava negra
Owa (zarigüeya)	Uma espécie de musaranho
Hüna bürüri	Boa
Hüna pünaa	
Pinoa	

Quadro 3: Clãs patrilineares da etnia Tatuyo

Fonte: Bidou (1985) *apud* Ministerio de Cultura - Republica de Colômbia (2011)

A língua Tatuyo pertence à família linguística Tucano Oriental, suas histórias, mitologias e conhecimentos ancestrais eram, e ainda são, transmitidos oralmente. Entretanto, atualmente a Educação Escolar Indígena já é uma realidade

²¹ Informação disponível em:

<http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/APP-de-lenguas-nativas/Documents/Estudios%20Tatuyo.pdf>

²² **DANE:** Departamento Administrativo Nacional de Estatística – Colômbia.

vivida por várias aldeias Tatuyo. Dentro da cartografia social e simbólica Tatuyo os “lugares” estão identificados a partir da tipologia: Proibidos, Encantados e Comunais. Estão apresentadas no Quadro 4 a definição e localização desses lugares:

TIPO DE LUGAR	DEFINIÇÃO	LOCALIZAÇÃO TOPOGRÁFICA OU SOCIAL
Proibidos	Zonas de reserva en las cuales no se pueden realizar actividades de caza, pesca, recolección, siembra, desmonte, aserrijo de madera, pues son considerados lugares habitados por los creadores.	Cananguchales, chorros, lagos, lagunas, quebradas, montañas, salados, sitios de origen, cementerios, caminos, cerros, yacimientos, cachiveras.
Encantados	Son espacios reconocidos por la cultura indígena como zonas en las cuales no se puede entrar sin el debido permiso de los seres espirituales mediante rituales de limpieza, purificación y armonización.	Makare'pu cerca de Arara, cachiveras, pedregales, cananguchales, quebradas, salados, lagos, lagunas, remansos, sitios de pesca, rebales, brazos de los ríos, selvas vírgenes y selvas en recuperación.
Comunales	Áreas de territorio destinadas por una comunidad, pueblo, o grupo social para desarrollar actividades productivas y de conservación, rituales de renovación, sanación o festividades de conmemoración.	Guenaru wi'mi, territorio colectivo

Quadro 4: Cartografia social e simbólica Tatuyo

Fonte: Elaborado a partir do *Atlas para la Jurisdicción Especial de los Pueblos Indígenas del Consejo Superior de la Judicatura*, 2011. Disponível em:

<<http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/noticias/Documents/Caracterizaci%C3%B3n%20del%20Pueblo%20Tatuyo.pdf>>

A história das etnias indígenas que compõem atualmente a comunidade Tatuyo (Wanano, Desana, Tatuyo, Karapana, Tukano, Tariano, Kubeo) foi registrada na mitologia de origem, que fala de uma grande migração e da metamorfose do grupo principal localizado à leste. Esse grupo entrou no mundo viajando pelo rio Branco, também chamado “rio de Leite”²³. De acordo com o mito, foi nas corredeiras Ipanoré que as comunidades Tukano separaram, cada uma adquiriu sua própria língua e território. Este é um ponto geográfico comum de referência de Vaupés e Amazonas²⁴. Mesmo mantendo uma forte relação com o território tradicional muitos indígenas do Alto Rio Negro continuam saindo de seus territórios e se dispersando por todo o rio Negro, mediante processos de territorialização, (re)criando e fortalecendo suas territorialidades.

²³ Maiores informações disponíveis no documentário “Pelos águas do rio de leite”, lançado em 2018 pelo Instituto Socioambiental (ISA) e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

²⁴ Disponível em:

<https://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/pueblo_tatuyo.pdf >

Por meio de processos de territorialização que perpassam a dinâmica da comunidade Tatuyo, alguns indígenas são frequentemente convidados para se deslocarem do território de origem e fortalecer o trabalho no turismo. Dadas as difíceis circunstâncias para os indígenas no território tradicional, muitas famílias decidem recomeçar uma nova trajetória junto aos seus parentes indígenas no Baixo Rio Negro.

No início, o turismo na comunidade Tatuyo teve como base, mesmo que indiretamente, as premissas do turismo de base comunitária. Nesse tipo de turismo Irving (2009) destaca o protagonismo social local para o desenvolvimento de uma atividade, cada vez mais autônoma, sustentável e equitativa construída pelo diálogo horizontal entre os agentes sociais envolvidos. Além disso a proteção ao meio ambiente sempre esteve dentre as maiores prioridades no planejamento do turismo na comunidade Tatuyo. Todavia, após alguns anos de trabalho aumentaram-se substancialmente os conflitos internos, essas relações dissonantes, relacionadas diretamente ao turismo cerceiam o planejamento coletivo e comunitário.

A comunidade Tatuyo se estabeleceu em um território limitado. Quanto aos aspectos que caracterizam o território da comunidade, foi informado pelo líder que a comunidade possui 400 metros de frente e 2.000 metros de fundo. A oca de apresentação está localizada próxima ao rio Negro, na praia, as residências e as plantações dos indígenas ficam no alto do barranco, delimitando visivelmente a área de trabalho (oca, praia) da área de residência. Na Figura 14, é possível observar uma residência na comunidade Tatuyo e a visão da oca do alto do barranco.



Figura 14: Área das residências no alto do barranco - Comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Mesmo sendo ilegal a comercialização de terra em UC, o líder negociou o local onde está a comunidade atualmente com o “antigo dono”. Os indígenas relataram que precisavam urgentemente de uma área para saírem da antiga comunidade, pois a situação conflituosa estava insustentável, assim saíram pelo rio Negro procurando uma área onde pudessem viver, em uma das buscas conheceram o antigo proprietário que vendeu as terras.

Como pagamento, o antigo proprietário recebeu, do atual líder, uma residência na comunidade Baixote (RDS Puranga Conquista) no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a outra parte do pagamento pelas terras foi o valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) em dinheiro, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Tais valores foram discriminados em apenas um “recibo comprovando o pagamento e a posse da terra”, conforme o relato do líder. Mesmo sendo proibida a comercialização, a “compra” foi realizada em 2011/2012 e, desde então, a comunidade tem se estruturado especialmente na atividade turística²⁵.

Atualmente vivem na comunidade Tatuyo 7 (sete) famílias indígenas, contabilizando 37 (trinta e sete) pessoas: 15 (quinze) homens, 10 (dez) mulheres e 12 (doze) crianças. Em linhas gerais, desde a formação da comunidade, o turismo se tornou a centralidade da vida cotidiana de todos os indígenas que vivem na comunidade, por outro lado, é fundamental conhecer o que existe por trás dessa centralidade e como as relações sociais influenciam na gestão do território.

Um dos maiores desafios da comunidade é o não reconhecimento da sua existência pelo Estado. Cotidianamente as comunidades enfrentam desafios ligados aos serviços básicos como educação escolar (ausência de professores, manutenção precária das embarcações, combustível insuficiente), atendimento de saúde (ausência de médicos, dentistas, medicamentos) e documentação civil (dificuldade no acesso à documentação).

No que tange a educação escolar, os pais dos alunos a consideram de suma importância para a garantia de um futuro melhor, em outros termos, com menos dificuldades para se manterem. Em virtude de estarem próximos a Manaus esperavam o acesso à uma escola de qualidade, que proporcionasse boas oportunidades para os filhos, algo diferente da realidade que viviam em seus

²⁵ Dados coletados por meio de entrevista realizada no dia 28 de abril de 2018.

territórios de origem, principalmente, após a chegada dos colonizadores e invasores de suas terras.

No que concerne a estrutura da educação escolar oferecida para a comunidade Tatuyo, de acordo com os pais dos alunos, a educação até o Ensino Fundamental atende parcialmente às expectativas, “apresenta certa qualidade” como relatado por um dos pais de aluno. A partir do Ensino Médio, sobretudo no Ensino Tecnológico as dificuldades se intensificam. (Diário de campo: 12/04/2018).

Dentre os diversos problemas enfrentados para o acesso à escola no ano de 2018, os mais citados foram as constantes ausências de professores e irregularidades nos transportes escolares, as lanchas (ausência de combustível, coletes salva-vidas, embarcação sem a manutenção e segurança adequadas, principalmente para o transporte de crianças da educação infantil). No segundo semestre de 2018 os problemas se ampliaram a ponto de os pais precisarem realizar o traslado dos filhos para que não perdessem o ano letivo, destacando que o valor gasto diariamente com combustível comprometeu a renda mensal das famílias.

Como na comunidade não há escola, os alunos matriculados estão distribuídos nas escolas das comunidades Arara, Bela Vista do Jaraqui e Baixote localizadas na RDS Puranga Conquista. A comunidade Bela Vista do Jaraqui oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio, a comunidade Arara oferta o Ensino Fundamental e a comunidade Baixote o Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). As escolas não são escolas indígenas, o que, por vezes, acarreta dificuldades no aprendizado, especialmente para as crianças menores que no convívio familiar usam a língua materna, fazendo pouco uso da língua portuguesa. Nesse contexto, se percebe a necessidade de uma metodologia integradora e valorizadora da diversidade cultural nesse território sociodiverso.

Na comunidade Tatuyo, além dos pais, os próprios alunos se preocupam com a continuidade da trajetória acadêmica. Para eles, ingressar no Ensino Superior, em universidade pública em Manaus não é mais um objetivo impossível de ser alcançado. Como constata Lasmar (2009, p. 26) “cresceu a importância da formação escolar completa. A maioria das famílias passou a não medir esforços para ver um filho completar os estudos e conseguir um trabalho assalariado”. Anualmente, os jovens concluintes do Ensino Médio realizam exames de ingresso à universidade. Se observou o interesse pela formação profissional, alguns jovens se dirigem todos os

sábados à Manaus para participarem de aulas de informática, o investimento visa a preparação para a universidade e o mercado de trabalho.

Lasmar (2005; 2009) elucida a trajetória/relação dos indígenas do rio Uaupés²⁶ (afluente do rio Negro) com a educação escolar, tendo como marco inicial a segunda década do século XX, quando os missionários salesianos adentraram a região com uma estratégia de civilização e catequese baseada na escolarização de crianças e adolescentes em regime de internato. Para a autora, os “brancos” são vistos como membros de uma categoria genérica e identidade contrastada à de “índio”, cujo conhecimento, franqueado principalmente por meio da escola, se torna cada vez mais desejado pela população indígena.

O movimento da população indígena em direção ao mundo dos brancos – que se traduz principalmente pela migração para a cidade e pela busca da escola – seja compreendido não como um sinal de renúncia aos valores comunitários e introjeção imediata de esquemas conceituais estrangeiros, mas antes como uma forma de controle sobre o processo de reprodução social frente à inevitabilidade de se relacionar com essa figura de alteridade visto como moralmente decaída, porém poderosa. Do ponto de vista individual, ao garantir acesso mais fácil ao mercado de trabalho, a formação escolar permite a uma pessoa incrementar sua autonomia em relação aos brancos e propiciar aos ‘parentes’ condições para que trilhem o mesmo caminho. De maneira análoga, o domínio dos princípios e das letras que regem o mundo dos brancos abre aos índios, enquanto coletividade, a possibilidade de defender seus interesses das ameaças postas pela índole autorreferenciada de seus ‘irmãos menores²⁷’ (LASMAR, 2009, p. 26).

De forma similar essa compreensão tem se reproduzido na comunidade Tatuyo, uma parcela dos jovens acredita que o ingresso ao Ensino Superior e a apreensão do conhecimento externo seria uma importante ferramenta de transferência de conhecimento por eles próprios aos seus “parentes”. Um exemplo está em uma das indígenas, recém-formada no Ensino Médio que almeja ingressar no Curso de Turismo em Manaus. Essa relação com a educação escolar acontece no intuito de melhor compreender o fenômeno turístico desenvolvido cotidianamente na própria comunidade, ou seja, a jovem indígena almeja compreender cientificamente o processo que ela própria e sua família estão inseridos, além de

²⁶ A bacia do rio Uaupés estende-se sobre os territórios brasileiro e colombiano, compreendendo dezessete grupos étnicos exógamos que seguem uma regra de descendência patrilinear: Tukano, Desana, Kubeo, Wanana, Tuyuka, Pira-tapuya, Miriti-tapuya, Arapaso, Karapanã, Bará, Siriano, Makuna, Tatuyo, Yuruti, Barasana, Taiwano, Tariana (LASMAR, 2005).

²⁷ A definição irmão maior ou irmão menor varia de acordo com a posição na qual se encontra na escala hierárquica (BARRETO, 2013).

gozar das atribuições e expectativas de crescimento profissional que o Ensino Superior oferece.

Outro quadro crítico na comunidade Tatuyo é a questão da saúde. O Artigo 196 da Constituição Federal de 1988 assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo a saúde um direito de cidadania, a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, no Artigo 1º “regula em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado” (BRASIL, 1990).

A Lei nº 9.836 de 1999 acrescenta o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas à Lei nº 8.080 de 1990. A Lei nº 9.836 de 1999 dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes, composto pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)²⁸, para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional.

Todavia, mesmo com o amparo legal, de acordo com os relatos dos indígenas durante as entrevistas, em um panorama geral, o atendimento de saúde não apenas na comunidade Tatuyo, mas também nas demais comunidades vizinhas está insatisfatório. A embarcação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) que oferece atendimento itinerante não tem oferecido satisfatoriamente esse serviço indispensável para o bem-estar da comunidade. Na comunidade Tatuyo, a maioria dos indígenas não têm condições financeiras para o deslocamento e hospedagem em Manaus, tendo ainda dificuldade de comunicação na língua portuguesa, posto que possuem a língua materna como primeira língua. Por essa razão os indígenas necessitam desse tratamento de saúde mediante o serviço *in situ* com atendimentos médicos e odontológicos, além do acompanhamento da vacinação infantil importante e obrigatório, conforme lhes é assegurado por lei.

A quantidade de medicamentos também foi apontada como incompatível com as necessidades locais. Os dois postos de saúde (nas comunidades São João do

²⁸ **Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI):** é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado –, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social (Ministério da Saúde, 2017).

Tupé e Arara) não tem atendido satisfatoriamente as comunidades das RDS do Tupé e Puranga Conquista. O deslocamento com recurso próprio tem sido constante uma vez que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), quando solicitado em situações emergenciais (ataque de animal peçonhento, fratura, ataque cardíaco, parto), na maioria das vezes, não presta o atendimento solicitado. As enfermidades mais comuns na comunidade são: virose, gripe, diarreia e malária, nos casos de menor gravidade, os indígenas utilizam a medicina tradicional por meio de infusões, emplastos e benzimentos, os casos mais graves são encaminhados, por conta da família, para Manaus.

Nessa perspectiva, os conhecimentos tradicionais ganham força em virtude de os serviços públicos serem ineficientes. Cada vez mais a comunidade Tatuyo tem se agenciado coletivamente para acessar o mínimo possível o serviço de saúde público, a medicina tradicional tem suprido grande parte das necessidades da comunidade, contudo, há casos emergenciais diante dos quais se veem desamparados e indignados diante do descaso do Estado.

Em meio as inúmeras dificuldades vividas diariamente pelos moradores da comunidade Tatuyo, faz-se imprescindível destacar a forma como se organizam para resolver os problemas, bem como as suas dinâmicas em termos de usos dos territórios que habitam, reproduzindo os saberes tradicionais, como também ressignificando-os frente ao contexto e a realidade vivida.

Na comunidade Tatuyo, ainda que o turismo tenha se tornado a principal atividade de renda, foram observados cultivos significativos ao redor de todas as residências. Essa relação dos indígenas da comunidade com a agricultura familiar, semelhante ao Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro²⁹, foi mencionada no Estudo Socioantropológico do NEICAM:

Podemos dizer que essas plantações são representações do sistema agrícola do Alto Rio Negro, cujos roçados de mandioca se entrelaçam ao cultivo de plantas medicinais, ritualísticas, aos temperos, as frutas, dentre outros. Esses roçados são de grande importância não apenas pela

²⁹ **Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro:** Em 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), reconheceu o Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural Brasileiro [...] O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é um conjunto de saberes e práticas das técnicas de manejo dos espaços de cultivo (roça e quintais); do sistema alimentar; dos utensílios de processamento e armazenamento, e, por fim, da conformação das redes sociais de troca de sementes e plantas que se estende de Manaus, no Amazonas à Mitu, na Amazônia Colombiana (ISA, 2015)

produção de alimentos, mas, sobretudo, pela relação com os elementos da cultura, vividos cotidianamente e repassados para as crianças que estão nascendo na comunidade (CRUZ *et al*, 2018, p. 20).

Na Figura 15 é possível observar a variedade de plantas cultivadas próximas umas das outras, cultivadas pelos indígenas, como uma representação em menor escala do Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro.



Figura 15: Representação do Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Mesmo dispondo de tempo limitado para a realização de atividades para além do turismo, os indígenas mantêm os pequenos cultivos ao redor da residência, dentre as plantas dos pequenos cultivos estão o urucum (*Bixa orellana*) utilizado para as pinturas corporais, cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), cacau (*Theobroma cacao*), capim-limão (*Cymbopogon citratus*), cupuçú (*Theobroma grandiflorum*) e variedades em flores e pimentas. Além disso existem os plantios de mandioca (*Manihot Esculenta*) de cada famílias, localizados à pouca distância das residências.

Os indígenas conservam fortemente os laços com aspectos da cultura indígena e o vivenciam por meio do cultivo de plantas medicinais, ritualísticas e no próprio processamento da mandioca utilizada na produção de farinha, tucupi, beiju e outros produtos alimentícios consumidos na comunidade. A Figura 16 mostra uma plantação de mandioca (roça) de uma das famílias da comunidade Tatuyo.



Figura 16: Plantação de mandioca na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Foi observada a notável dedicação dos indígenas à agricultura e a produção de alimentos a partir da mandioca. É essencial destacar que esses aspectos de relação com o território não são exibidos no contexto do turismo, ou seja, aspectos da cultura, o conhecimento e técnicas tradicionais tem sido intensamente vivido e repassado longe dos olhares de turistas, essas práticas acontecem apenas no núcleo familiar e comunitário. A figura 17 mostra uma casa de farinha local de produção de farinha de mandioca na comunidade.



Figura 17: Casa de farinha na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Mesmo as famílias produzindo alimentos derivados da mandioca e macaxeira como farinha e beiju, pescando e caçando quando há tempo disponível e essas atividades se mostram favoráveis, no período de cheia do rio aumenta a escassez de alimentos e muitos produtos do cotidiano precisam ser comprados. A maioria dos produtos que necessitam cotidianamente são comprados em uma pequena

embarcação comercial. Segundo a vendedora itinerante que trabalha há mais de dez anos nas comunidades do Baixo Rio Negro, os alimentos mais consumidos pelos indígenas são industrializados (frangos, enlatados, salgadinhos, açúcar, café, arroz e outros), hortifrutigranjeiros e produtos de higiene pessoal (sabonete, creme dental, fraldas descartáveis e outros). Em alguns meses até mesmo a farinha e a goma são compradas na embarcação.³⁰

A Figura 18 (A, B e C) referente a embarcação de venda fluvial, apresenta os produtos à venda, uma variedade que vai de produtos alimentícios aos de higiene. Os alimentos congelados são armazenados em caixas térmicas (isopor) e os demais produtos em caixas para não molharem. A vendedora percorre as comunidades indígenas (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo) para vender seus produtos. Uma dinâmica comercial singular observada diariamente no percurso entre as comunidades.



Figura 18: Comercialização de produtos na região do Baixo Rio Negro
Fonte: DIAS, 2018

³⁰ Pesquisa de campo: Dados coletados em 28 de abril de 2018.

O turismo proporciona impactos diretos e indiretos em qualquer território em que é implementado. De acordo com os estudos realizados pelo NEICAM em 2018, a dinâmica de comercialização de produtos industrializados nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro está ligada, mesmo que indiretamente, ao sistema de circulação dos ganhos arrecadados no turismo desenvolvido pelas comunidades. Algumas comunidades não dispõem de um território com as dimensões necessárias para a agricultura e, por meio dela, obterem elementos necessários para aumentar sua renda. Há casos, como na comunidade Tatuyo, em que as dimensões territoriais não são tão restritas, e conforme já foi demonstrado nas figuras em páginas precedentes, realizam agricultura, coleta e pesca em períodos específicos, entretanto, o turismo tem se tornado uma atividade principal na obtenção de bens materiais.

Estar em um território protegido é empreender responsabilidade no sentido de vencer os desafios em um território complexo, assim tem se configurado a dinâmica da comunidade Tatuyo. Embora tenham um rio esplêndido, este por sua vez, não supre a necessidade de água potável, a única fonte do recurso hídrico própria para o consumo provém de uma fonte à céu aberto como é possível constatar na Figura 19, sendo que a mesma fica na “propriedade” de um advogado que mora em Manaus.



Figura 19: Poço de captação de água na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Para não ingerir a água do rio, principalmente no período da vazante, e assim evitar doenças, os indígenas captam diariamente água dessa fonte localizada a cerca de 100 metros de distância da oca de apresentação, carregam a água em

baldes até as residências que ficam no alto do barranco, um trabalho demasiadamente pesado ficando a cargo das mulheres realizá-lo. A figura 20 mostra uma indígena em sua tarefa diária de carregar a água até a sua moradia. Essa tarefa é realizada nos intervalos das apresentações culturais na oca para os grupos de turistas.



Figura 20: Mulher indígena carregando água para sua residência, comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Como relatado pelos indígenas a água não pertence à comunidade Tatuyo, pertence ao “proprietário” do terreno vizinho. Para que os indígenas tenham acesso à água foi estabelecido um contrato com o dito proprietário do terreno onde fica a fonte, sendo pago mensalmente uma taxa de uso, embora sejam contra essa taxa a pagam para evitar conflitos, pois já passaram por constrangimentos por parte do proprietário.

Importante ressaltar, mesmo que a água dessa fonte seja aparentemente mais limpa, quando comparada à água do rio Negro, ainda necessita de tratamento adequado para o consumo, as técnicas de fervura e cloração são alternativas viáveis, além disso, o armazenamento adequado é essencial. No período de cheia do rio a situação se torna mais difícil, visto que a fonte fica submersa, levando os indígenas utilizarem a água do rio Negro para o consumo.

Reforçando, a principal fonte de renda da comunidade Tatuyo, desde a sua formação, é o turismo, além dessa fonte de renda apenas três famílias recebem o benefício social Bolsa Família. Conforme os relatos, a maioria das famílias recebia

tal benefício quando ainda moravam em São Gabriel da Cachoeira, porém, na viagem do Alto para o Baixo Rio Negro acabaram perdendo alguns pertences, dentre eles documentos e cartões do benefício. Atualmente as mulheres da comunidade buscam a retirada de novos documentos para solicitação de outro cartão do benefício e também para iniciarem o processo de recebimento do Bolsa Maternidade.

Relatado pelos indígenas, dentre os principais problemas relacionados a segurança na comunidade, os mais constantes, são os furtos, principalmente de canoas de madeira ou alumínio, motores de popa e combustível. Esses crimes, de acordo com os indígenas, são praticados por “piratas”, denominação dada aos indivíduos que praticam roubos no rio e nas comunidades, tais situações tem irritado e assustado os indígenas que temem pela segurança, sobretudo das crianças.

Na comunidade, a principal forma de lazer são as partidas de futebol, organizadas na própria comunidade, ao fim do dia. Segundo relatos, anos atrás, nos finais de semana aconteciam pequenos campeonatos de futebol nas comunidades próximas, todavia, com o aumento dos conflitos a comunidade Tatuyo deixou de participar dos campeonatos, as bebidas alcoólicas consumidas nesses eventos também foram apontadas como um ponto negativo. Outra forma de lazer é a televisão e a internet. No segundo semestre de 2018 a energia elétrica chegou à comunidade Tatuyo, desde então, assistir filmes e programas de televisão se tornou uma forma de lazer, principalmente à noite, pois não recebem turistas nesse horário.

Na comunidade predomina a religião católica, alguns jovens até participam ocasionalmente de grupos religiosos nas outras comunidades. Relatam que não há festas tradicionais na comunidade Tatuyo desde a sua criação, nem ritual de iniciação, nas palavras do líder “uma cerimônia da cultura requer tempo, muita dedicação e não temos tempo porque o trabalho com o turismo envolve todo o tempo. Só nos dedicamos ao trabalho” (H.P.G. – 10/05/2018).

Percebe-se, pelo relato do atual líder, o quanto os indígenas da comunidade Tatuyo estão imersos num cotidiano processo exaustivo de trabalho a ponto de não haver tempo livre para se dedicarem às questões voltadas para a cultura indígena e para a organização da comunidade, questões essas importantes e que precisam ser valorizadas.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE TATUYO EM TORNO DO TURISMO

Os territórios contemporâneos do turismo delineiam dinâmicas no Baixo Rio Negro, em especial na comunidade Tatuyo. O constante movimento de agentes sociais (internos e externos) nos territórios habitados impacta na cultura de cada uma das comunidades, visto que “na contemporaneidade a cultura viaja e transgride limites geográficos” (LEAL, 2009, p. 244).

As comunidades indígenas do Baixo Rio Negro que trabalham com o turismo percebem a atividade diferente daquilo que muitos autores acreditam ser um “afastamento” dos costumes tradicionais ou a “reprodução” (BENJAMIN, 1986) da cultura com o intuito de arrecadação de renda e suprimento das necessidades da demanda turística, percebem-na como alternativa de renda e valorização da cultura. No caso da comunidade Tatuyo, os indígenas acreditam que a atividade tem se mostrado uma forma de vivenciar a cultura mediante a prática de alguns elementos tradicionais, a exemplo das danças e músicas. Entendem que obter uma fonte de renda, mediante a cultura, possibilita estar sempre perto da cultura, diferente de realizarem atividades laborais na cidade, por exemplo. Provavelmente por isso, mesmo a atividade apresentando aspectos inadequados, o turismo continua sendo a fonte de renda mais “segura” para os indígenas, devido às restrições atribuídas aos usos do território na UC.

As quatro comunidades indígenas recém-criadas no Baixo Rio Negro, por estarem localizadas próximas à Manaus, constituem um conjunto de elementos que compõem o produto turístico regional de fácil acesso. São vastos os relatos dos guias enfatizando em seus discursos para os turistas que visitam as comunidades, que nelas é possível uma “oportunidade única de conhecer índios de verdade tão perto de Manaus”. Portanto, infelizmente os aspectos da cultura indígena são evidenciados de forma a atrair (e suprir as necessidades) de um turismo permeado de equívocos, transfigurado por uma visão do exótico que fazem lembrar a colonização (OLIVEIRA, 2003), uma visão incompatível com o que seja, de fato, a cultura indígena, no mundo contemporâneo.

Vale afirmar que as comunidades possuem clareza quanto a essa forma equivocada dos agentes sociais do turismo vê-los e “vendê-los” no âmbito do turismo. Em virtude das suas condições de vida nos territórios habitados acabam por “aceitar” tal situação, mas não são alienados em relação a mesma, uma vez que

entendem como ela funciona. A criação da comunidade Tatuyo e seu sentido de existência, está estreitamente atrelada à atividade turística, cuja a saída da comunidade São João do Tupé, foi fomentado pelo desejo de criar um novo “território do turismo”.

Na região do Baixo Rio Negro, o desenvolvimento do turismo (atrativos) apresenta similitudes. Nessa perspectiva, acredita-se que a convivência e a experiência com o turismo na comunidade São João do Tupé, fez com que as lideranças das quatro comunidades indígenas tenham absorvido um “modelo” de implementação do turismo sistematizado pela família Desana, o qual é permeado pela lógica imposta pelo turismo do fetiche pelo “índio” - o exótico, retirado do período da colonização do Brasil, mas que também se configura numa oportunidade importante para serem o que são: indígenas no mundo contemporâneo, vivendo suas culturas, vivendo o diálogo intercultural como uma ferramenta para obterem dignamente os meios pelos quais possam acessar os bens materiais e simbólicos.

Mesmo as comunidades apresentando similaridades na elaboração dos atrativos, cada uma apresenta um contexto de existência distinto, elas não se assemelham quanto as dinâmicas de convivência. Individualmente, as comunidades apresentam contextos específicos, permeados fortemente pelas relações de poder que se estabeleceram.

Na comunidade Tatuyo, relacionada ao turismo, existem duas formas de relação de poder que acentuam as diferenças e se estabelecem assimetricamente. A primeira acontece entre os indígenas e os agentes sociais externos, os guias e os pirangueiros, principalmente. Aqui, o problema acontece pelo pagamento irrisório oferecido por esses agentes pelas apresentações. A segunda forma de relação de poder acontece no interior da comunidade, nesse caso, o motivo seria o pagamento mensal atribuído às apresentações dos indígenas, alguns destacam que o pagamento é “injusto, insuficiente” e que “a cultura indígena está sendo menosprezada pelos próprios indígenas”³¹, conforme relato de um indígena.

A comunidade Tatuyo foi organizada para atender ao turismo que, em contrapartida, atende parcialmente as necessidades de subsistência da comunidade. Ou seja, tornar o turismo uma atividade rentável tem sido, desde o ato de criação,

³¹ Dados coletados no dia 28 de abril de 2018.

uma maneira da comunidade se auto sustentar sem desrespeitar as especificações necessárias para a permanência na UC.

Sobre o envolvimento dos povos indígenas com o turismo, também é necessário relativizar, uma vez que é preciso inicialmente desenvolver uma reflexão sobre como tais povos têm extraído condições de garantir sua existência nesse cenário capitalista desigual, utilizando-se também da atividade turística como possibilidade de revitalização cultural. (LEAL, 2009, p. 243).

A autora chama atenção para os povos indígenas que cada vez mais têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos.

A comunidade Tatuyo ressignifica e utiliza elementos da cultura indígena no contexto do turismo, todavia, esses elementos, muitas vezes são influenciados por agentes e agências externos que demandam a elaboração de atrativos baseados nos desejos daquilo que “os turistas esperam encontrar em uma comunidade indígena”.

Na concepção desses sujeitos, a indianidade pode ser acentuada e, conseqüentemente, mais “atrativa” quando os indígenas estão seminus, como é o caso das mulheres indígenas que se apresentam com os seios à mostra por imposição das agências e seus guias ávidos em mostrar “índios de verdade”, enfatizando o desejo equivocado por um “índio hiper-real” (RAMOS, 1995), alheio às dinâmicas que atingiram todas as culturas, até mesmo nos lugares mais longínquos do planeta. A criação de espaços artificiais, que desencadeiam contatos igualmente artificiais entre indígenas e turistas, se mostra desfavorável para o desenvolvimento de uma atividade que preza pela experiência.

O foco está num tipo de etnicidade-para-turismo no qual culturas exóticas figuram como atrações chave: onde os turistas vão ver costumes folk no uso diário, loja para artefatos folk em bazares autênticos, ficar de alerta para forma de nariz, lábios, seios e assim por diante, aprender algumas normas locais para comportamento, e talvez aprender algo da linguagem. Os esforços aqui não são os resultados frequentemente bizarros dos esforços dos turistas para ‘fazer-se-nativo’. Antes, é com os esforços dos nativos para satisfazer a demanda turística, ou para ‘fazer-se-nativo-para-turistas’ (MACCANNELL, 1992, p.158 *apud* GRÜNEWALD, 2003, p. 294-295).

Em uma sociedade com visão fragmentada do mundo, o turismo pode tornar a cultura coisificada, desprovida de sua real relevância. Nesse caso, o “fazer-se-

nativo-para-turistas”, a preocupação em suprir a demanda turística, demanda essa que está fora do controle da comunidade, fomenta um tipo de turismo que aos poucos se afasta da proposta sustentável pensada pelos membros da comunidade, tornando-se algo semelhante ao turismo com essência capitalista.

Nesse contexto, a comunidade Tatuyo, como muitas outras, acaba por não se apresentar da forma como vive, embora o líder, ao receber os grupos de turistas lhes diga que irão conhecer “apenas uma apresentação cultura, pois no dia-a-dia se vestem como os brancos”, ainda assim, não é suficiente para romper com todo o imaginário alimentado pelas agências de turismo.

Infelizmente, a visão das agências de turismo vai ao encontro ao próprio pensamento fetichizado do turista, do que ele espera encontrar ao visitar o Amazonas. Portanto, trata-se de um tipo de turismo que “vende” uma Amazônia repleta de estereótipos, mas que se retroalimenta, não somente pelos agentes do turismo, mas por uma rede de agentes sociais do turismo, incluindo as comunidades. A comunidade Tatuyo, coletivamente estruturada em um território delimitado e protegido, mesmo sendo multiétnica se homogeneiza e compartilha símbolos para atender ao turismo no contexto amazônico.

Nesse contexto, a atividade turística na comunidade Tatuyo tem buscado agregar o meio ambiente e o patrimônio sociocultural como destaque no contexto do turismo, para que seja desenvolvido com enfoque mais comunitário e menos prejudicial. Para Sampaio *et al* (2011) o turismo comunitário, solidário e sustentável se apresenta como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos sócio produtivos e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.

O turismo que acontece na comunidade Tatuyo é uma estratégia que pouco se assemelha àquelas dispostas para uma proposta de Turismo Comunitário ou de Base Comunitária, a mobilização comunitária, a convivência nos espaços coletivos (oca de apresentação, praia) acontece apenas no período em que os turistas estão na comunidade. A “participação” (BORDENAVE, 2007; STIGLIANO, 2009) dos indígenas nas decisões que deveriam envolver a coletividade não acontece, o que potencializa a maioria dos conflitos internos, principalmente acerca daquilo que os indígenas evidenciam como “ausência de transparência na arrecadação do turismo”.

Por meio das entrevistas realizadas com os indígenas verificou-se que a natureza desses conflitos não se origina na comunidade Tatuyo, o histórico das relações assimétricas envolvendo o turismo nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro teve início ainda na comunidade São João do Tupé. Os indígenas também atribuem muitas das desavenças que acontecem ao consumo de bebidas alcoólicas, tido como um dos problemas mais presentes desde o início do trabalho com o turismo. O comportamento antes reprovado na comunidade São João do Tupé está sendo reproduzido com frequência nas comunidades recém-criadas, inclusive na comunidade Tatuyo.

4.2.1 Os agentes sociais indígenas e suas funções no turismo

O planejamento da atividade turística na comunidade Tatuyo têm características singulares que a distingue das demais comunidades indígenas no Baixo Rio Negro, de fato, esse é um dos desafios das comunidades, se destacarem das demais e fortalecerem-se, individualmente, no desenvolvimento do turismo. A organização da comunidade Tatuyo no turismo estabelece funções acordadas e definidas entre os indígenas, evidenciando sempre que possível, a hierarquia na qual as relações sociais estão pautadas.

Distante dessas dinâmicas, a viagem à comunidade Tatuyo tem início em Manaus. O turista, ao adquirir o pacote por meio de uma agência de turismo física ou pela internet se dirige, geralmente, ao Porto de Manaus (*Roadway*), no trajeto é possível contemplar as belas paisagens do rio Negro, como visto na Figura 21 (A, B, C e D) e Figura 22 (A e B).



Figura 21: Paisagens do rio Negro
Fonte: DIAS, 2019

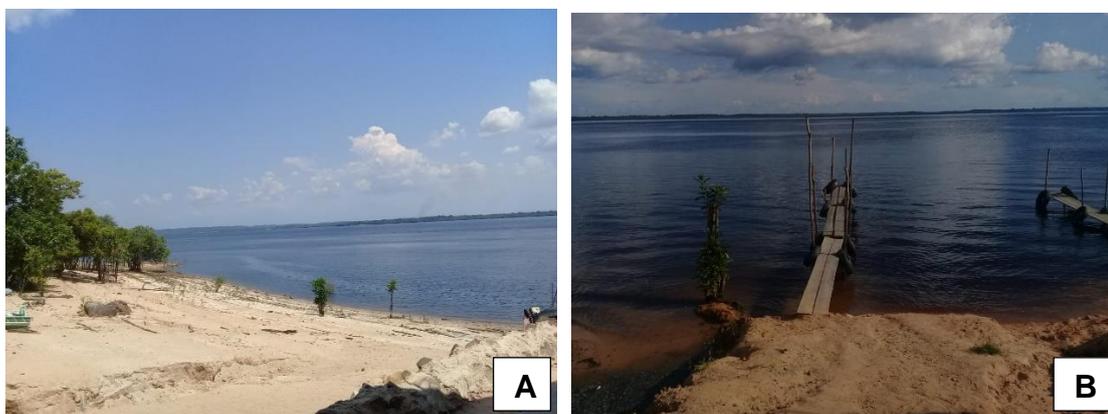


Figura 22: Vista do rio Negro da comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2019

Ao aportar na comunidade os indígenas já estão pintados com tintas fabricadas com produtos naturais como jenipapo (*Genipa americana*) e urucum (*Bixa orellana*), adornados com cocares, brincos e colares fabricados com sementes, dentes de animais e penas coloridas. Permanecem assim o todo o dia, pois em geral não sabem o horário exato da chegada de uma embarcação de turistas, por isso estão sempre arrumados, prontos para realizar a apresentação cultural. Em geral

podem ocorrer várias apresentações, inclusive uma seguida da outra, como também ocorre de não receberem nenhum grupo.

Depois que os turistas estão acomodados na oca se inicia a apresentação. O líder da comunidade (cacique) dá as boas-vindas aos turistas, apresenta a comunidade, relata brevemente sobre a história da criação do mundo segundo a mitologia Tatuyo. Tudo é relatado na língua Tatuyo e depois traduzido para os turistas. Após o preâmbulo iniciam-se as danças que são geralmente três ou quatro, a última dança é confraternizada com os turistas como forma de integrá-los e proporcionar uma visita alegre e dinâmica. Dentre as apresentações das danças tradicionais na comunidade Tatuyo estão: Capiwaya, Jurupari, Yapurutu e Cariço. No decorrer das apresentações são cantadas canções com movimentos sincronizados, também são utilizados tambores e flautas que proporcionam um som harmonioso. Todos os indígenas, inclusive as crianças, participam das apresentações. A Figura 23 mostra os indígenas no momento da apresentação.



Figura 23: Apresentação para os turistas na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2019

Após as apresentações os turistas visitam cada uma das bancas para adquirir as peças de artesanato disponíveis para a venda. Depois, os turistas podem

percorrer a praia, tirar fotos com os indígenas ou realizar a trilha na floresta, o valor por esse serviço é de R\$ 50,00 por grupo. Os indígenas fazem um sistema de revezamento entre os homens para que cada um possa ter a oportunidade de realizar o guiamento e receber tal valor. A Figura 24 mostra a método utilizada pelos indígenas para organizar o revezamento da trilha entre os indígenas.



Figura 24: Método utilizado para organizar o guiamento da trilha
Fonte: DIAS, 2018

Cada letra se refere à inicial do nome de cada um dos homens responsáveis pelo guiamento, os pequenos cilindros de madeira são encaixados de acordo com a finalização da trilha por um indígena, dessa forma é dada oportunidade para que todos possam ganhar uma renda extra. Com a finalização da visita os turistas se despedem e retornam para Manaus.

Na última atividade de campo na comunidade Tatuyo, ocorrida no dia 12 de janeiro de 2019, verificou-se uma configuração diferente na estrutura dos atrativos. Percebeu-se que foram inseridos elementos novos, com mudanças na estrutura das apresentações, os novos elementos/atrativos são o casamento e o batismo, inseridos no início de janeiro de 2019.

Para o casamento ser realizado na comunidade é necessário um agendamento prévio, a celebração é executada pelo pajé e pelo cacique, podendo ser realizado por casais indígenas e não indígenas sob pagamento de uma taxa, o valor fixado para a realização do casamento na comunidade é de R\$ 100,00 (cem reais) por casal. É uma cerimônia particular, aberta para os indígenas e eventuais convidados dos noivos.

O batismo é também executado pelo pajé e pelo cacique, realizado no momento da apresentação para os turistas. Aos interessados cabe fornecer seus nomes próprios ao pajé que os anota em um pequeno caderno, ficando a cargo do cacique realizar o ritual utilizando plantas e a fumaça da resina de breu branco (*Protium heptaphyllum*). A experiência se concretiza mediante o pagamento de uma taxa individual no valor de R\$ 20,00 (vinte reais). A Figura 25 mostra o início da cerimônia de batismo realizada com um grupo de turistas.³²



Figura 25: Início da cerimônia de batismo na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2019

Também verificou-se na última atividade de campo (12/01/2019), que dentre os produtos/serviços inseridos para a recepção dos turistas na comunidade Tatuyo está a possibilidade de fazer a degustação de caxiri³³, cada copo é vendido pelo valor de R\$ 5,00 (cinco reais), as pinturas no corpo feitas com jenipapo ou tinta guache são elaboradas por R\$ 10,00 (dez reais) e a trilha na floresta é realizada por R\$ 50,00 (cinquenta reais) por grupo.

As informações sobre a precificação dos “novos atrativos” foram fornecidas por um guia de uma agência de turismo de Manaus que mantém um contrato com a comunidade, o mesmo enfatizou que essas “ideias” foram dadas por ele próprio à comunidade, com a finalidade de auxiliá-los na geração de maiores rendimentos em

³² Os dados da precificação do casamento e do batismo indígena foram coletados no dia 12 de janeiro de 2019.

³³ **Caxiri:** Bebida fabricada com mandioca, macaxeira, abacaxi, batata e cana.

cada visitação. O objetivo seria incrementar os atrativos e “diferenciar” o produto turístico da comunidade Tatuyo das demais.

O que se percebe nesse cenário é que as agências e os guias continuam sugerindo e controlando a dinâmica da atividade turística na comunidade. Assim, o protagonismo e a autonomia comunitária são realidades distantes nas atuais configurações, o batismo como atrativo coisifica os rituais sagrados indígenas, além de alimentar uma experiência que desprende o ritual do seu verdadeiro significado e sua importância para a cultura indígena.

Os produtos/serviços oferecidos na comunidade Tatuyo são planejados e desenvolvidos pelos indígenas mesmo que, em diversos momentos, hajam agentes sociais externos fazendo exigências descabidas, acatadas, na maioria das vezes, pelos indígenas. Nessa perspectiva, fica claro que o imaginário do turismo indígena que os turistas almejam vivenciar tende a ser materializado pelas agências, com o assentimento dos indígenas.

Dentre as atribuições cotidianas dos indígenas está a confecção e venda de artesanato, como as apresentações não rendem o suficiente para a maioria das famílias, a venda diária de artesanato complementa tais rendimentos. Destacando a habilidade no artesanato, além das peças destinadas para a comercialização, os instrumentos musicais (flautas e tambores) utilizados nas apresentações também são confeccionados pelos indígenas.

É importante salientar a estreita relação entre o turismo em comunidade indígena com o artesanato. O artesanato representa a lembrança física da experiência, o turista certamente atribui um significado relacionado à cultura e o que foi vivenciado no local. Na comunidade Tatuyo os artesanatos são elaborados a partir de sementes, madeira, penas, arumã e miçangas. A matéria-prima é coletada na floresta ou comprada em Manaus, a partir dela são confeccionados colares, brincos, cocares, filtros dos sonhos, arcos, flechas, zarabatanas, dentre outros.

O artesanato fica exposto no interior da oca de apresentação, dispostos em pequenas bancas feitas de madeira, cipós e enfeitadas com palha, cada família expõe suas peças nas respectivas bancas. Diferente do pagamento pelas apresentações culturais, negociado entre o líder e o guia, o artesanato é comprado diretamente com o indígena dono da peça. Segundo uma indígena “esse é o único dinheiro certo que a gente pode contar” (Diário de campo: 02/10/2018). A questão da transparência na

prestação de contas mensal é constantemente evidenciada, deixando clara a insatisfação dos indígenas frente à gestão da atividade turística na comunidade.

Para ilustrar a variedade de artesanato, a Figura 26 (A, B, C e D) mostra algumas peças do artesanato da comunidade Tatuyo.



Figura 26: Artesanatos na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Conforme os relatos dos indígenas da comunidade Tatuyo, a maioria das peças são produzidas na própria comunidade pelas famílias que ali residem. Durante as visitas foi possível observar a feitura de algumas peças, particularmente as feitas com tucum e sementes. Contudo, como se pode verificar na Figura 26, diversas peças do artesanato se assemelham às encontradas em outras comunidades indígenas e não indígenas, a exemplo das esculpidas em madeiras e os vasos de cerâmica.

Pelas conversas com os moradores acredita-se que algumas peças sejam adquiridas com fornecedores de outras localidades, provavelmente da cidade de Manaus, contudo, não se pode afirmar com precisão por ser esse um assunto muito reservado. Como o dia-a-dia é dedicado ao turismo, durante o qual precisam se

dividir entre as apresentações culturais e as atividades domésticas (cuidar da comida, das crianças, da roça, dentre outros), acabam não dispondo de tempo suficiente e de equipamentos necessários para a confecção de peças mais elaboradas. Todavia, é importante acentuar que nem todas as peças são compradas, existem uma variedade de itens de artesanato como chocalhos, zarabatanas, filtros dos sonhos, cocares, arcos, flechas, colares, brincos e pulseiras produzidos pelos indígenas na própria comunidade, utilizando a matéria-prima local.

Além do artesanato também é vendido na comunidade Tatuyo a resina de breu branco (Figura 27), muito utilizada na comunidade como incenso para benzimentos e purificação de ambientes, segundo os indígenas, o produto é muito consumido, principalmente pelos turistas de outros estados e do exterior.



Figura 27: Breu branco vendido na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2018

Um dado que chama a atenção, é que ao longo do ano de 2018, em cada atividade de campo, observou-se a diminuição dos artesanatos disponíveis para a comercialização, diminuído sobretudo, a variedade dos itens. O que fica claro na fala dos indígenas é que eles não dispõem de tempo suficiente para se dedicarem à confecção de seus produtos, os indígenas têm se dedicando exclusivamente às apresentações de danças que, atualmente, com os “novos atrativos” o tempo médio de duração varia de 20 a 30 minutos, sendo que a cerimônia do batismo aumentou o tempo de apresentação.

4.2.2 Os agentes sociais externos e suas funções no turismo

O estabelecimento de parcerias com agências de turismo, guias e pirangueiros se tornou vital para a continuação do turismo na comunidade Tatuyo, mesmo que tais relações sejam dissonantes. “As agências de turismo são divididas em duas categorias organizacionais: as grandes corporações oficiais - reconhecidas pelo estado e suas instâncias competentes - e as pequenas agências, não regularizadas e de propriedade de pequenos empresários” (SANTOS, 2010, p. 88). O autor acentua a estratégica rede de comunicação entre os agentes sociais que elaboram e vendem os pacotes turísticos e aqueles que acompanham o turista no roteiro. Em todo caso, tanto as grandes corporações oficiais quanto as pequenas agências de turismo vendem, em sua maioria, o pacote: Encontro das águas – Boto – Aldeia indígena, mesmo tendo várias comunidades indígenas próximas à Manaus, as agências, os guias e os pirangueiros estabelecem contratos com apenas uma comunidade, sem dúvida, naquela em que podem negociar um preço mais baixo.

Os contratos estabelecidos com pirangueiros ou mesmo com agências de turismo não regulamentadas apontam riscos não apenas à comunidade Tatuyo, mas à todas as outras que trabalham no turismo. Mesmo os indígenas reconhecendo a reputação e até a denominação pejorativa de “pirangueiro”, para que a comunidade continue trabalhando com o turismo precisam se submeter aos contratos firmados com esses agentes e agências externos, sendo que alguns contratos ou parcerias são caracterizadas por relações desiguais, visivelmente de exploração da comunidade.

Na comunidade Tatuyo, em diferentes momentos foram presenciadas ou relatadas pelos indígenas, atitudes desleais, principalmente dos pirangueiros que findam prejudicando os indígenas, submetendo-os à aceitação de preços irrisórios pelas apresentações. Durante a pesquisa de campo foram presenciadas situações preocupantes como turistas chegando com bebidas alcoólicas na comunidade ou alguns guias proferindo comentários maliciosos, vexatórios e incômodos a todos, principalmente às mulheres.

A presença das agências, dos guias e pirangueiros na comunidade não se limita apenas em acompanhar os turistas, esses agentes determinam certas orientações (imposições) quanto à própria estrutura da atividade turística, a quantidade de pares nas apresentações, por exemplo. Segundo os indígenas, para

esses agentes externos quanto maior a quantidade de indígenas se apresentando, melhor. Conforme o relato de uma liderança que trabalha com o turismo desde quando iniciou as apresentações culturais na comunidade São João do Tupé, a obrigatoriedade das mulheres se apresentarem com os seios à mostra foi orientação de uma agência, anos atrás e, desde então, todas as comunidades indígenas seguem essa “regra”, incluindo a comunidade Tatuyo.

A ausência de fiscalização se tornou séria, podendo-se constatar, a exemplo, uma agência de turismo em Manaus que apresenta a palavra “Pirangueiros” em sua denominação. A agência comercializa pacotes de viagem em comunidades indígenas do Baixo Rio Negro. Ou seja, uma designação negativa na visão dos indígenas, tem sido utilizada por uma agência de turismo para vender pacotes turísticos regionais, um quadro lamentável de como os indígenas tem sido desrespeitados no próprio contexto do turismo do qual fazem parte. Aliás, diversas agências de turismo mostram cada vez mais uma visão fragmentada e contraditória do que seja a Amazônia e uma “comunidade indígena na contemporaneidade” (OLIVEIRA, 2003).

Ademais, utilizando a *internet* como importante ferramenta de divulgação, a comunidade Tatuyo possui um *site* (Figura 29) com números de contato de indígenas da comunidade, no *site* estão os serviços oferecidos e preços, porém, se acredita que esse *site* atraia pirangueiros, uma vez que a comunidade não dispõe de uma embarcação apropriada para fazer o traslado dos turistas, cabendo, afinal, às agências e aos pirangueiros fazê-lo.

The image shows a screenshot of a website for the Tatuyo Indigenous Community. On the left, there is a profile section for 'Índios da Amazônia' with a photo of a man in traditional headdress and a Facebook follow button. The main content area has a title 'Visita da Comunidade Indígena da Etnia Tatuyo em Manaus' and a text block inviting visitors to the community. Below this is a list of activities: 'Espetáculo diário de ritual e dança' with four items: 1. Ritual Kapiwaya, 2. Ritual Pohé, 3. Yapurutu, and 4. Káriço. On the right, there is a large photo of a man in traditional headdress and a smaller photo of a man in traditional headdress with the caption 'Chefe Pinó da Comunidade Índia Tatuyo'.

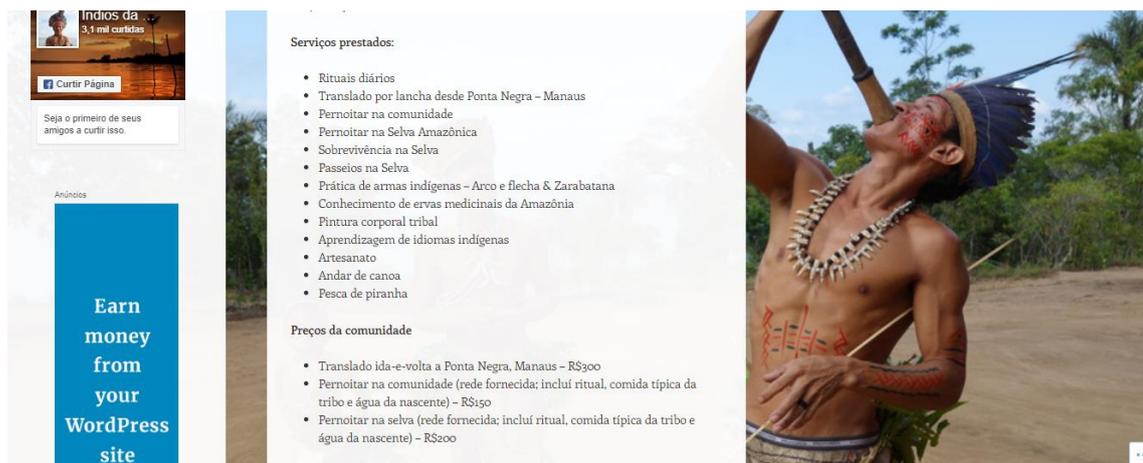


Figura 28: Site de divulgação da comunidade Tatuyo
Fonte: < <https://indiosamazonia.wordpress.com/> >

A comunidade Tatuyo, diferente das outras três comunidades recém-criadas, têm se dedicado à divulgação do serviço turístico nas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*, principalmente). É comum chegar à comunidade e encontrar pessoas gravando vídeos para programas de televisão ou fazendo fotos para editoriais de moda, como recebem muitos artistas (cantores, atores, modelos) divulgam constantemente as visitas, dessa forma, os indígenas mais jovens, aqueles que mais utilizam as redes sociais, buscam dar maior visibilidade à comunidade.

Nesse panorama, se acredita que o órgão gestor da RDS Puranga Conquista (SEMA) e a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) sejam fundamentais para a elaboração de Políticas Públicas que visem o desenvolvimento de um turismo que proporcione qualidade de vida para os agentes sociais envolvidos, sobretudo às comunidades indígenas que trabalham com o turismo.

Dias (2003, p. 121) acentua que políticas públicas são um “conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”, formadas por “linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum”. As políticas públicas necessitam refletir ações do governo que favoreçam o bem coletivo, nesse caso, se compreende como dever do Estado garantir os direitos dos indígenas, muitas vezes não cumpridos e/ou desrespeitados.

No turismo, as políticas abrangem aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos. Vieira (2011, p.21) acentua que

a política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma

grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se intersectorizadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem-estar social.

Refletir acerca das políticas públicas de turismo no Brasil é complexo e a aplicação tem sido difícil em razão de muitas localidades ainda não fruírem de estruturas adequadas para o desenvolvimento da atividade. A exemplo das comunidades indígenas situadas fora de terras indígenas e que trabalham com o turismo no Baixo Rio Negro é urgente o ordenamento do turismo, tendo em vista relações as exploratórias que ferem os direitos dos indígenas. Há igualmente urgência a participação dos órgãos responsáveis direta e indiretamente pela gestão do turismo e pela gestão da RDS no planejamento do turismo nas comunidades e, principalmente, na fiscalização das ações de agentes externos (agências, guias e pirangueiros) que entram livremente na RDS sem as devidas autorizações.

Ações para salvaguardar o território habitado pelos indígenas (território de comunidades indígenas fora de terras indígenas) no Baixo Rio Negro e estratégias para diminuir o conflito entre as comunidades são deveres do Estado e essenciais, vista a complexidade das dinâmicas existentes que envolvem o turismo.

A Instrução Normativa 03 de 11 de junho de 2015 estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. A Instrução Normativa 03 estabelece critérios para visitação do turismo de base comunitária em terras indígenas, nos segmentos de Ecoturismo e Etnoturismo.

Art. 2º São objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos (BRASIL, 2015).

Na Instrução Normativa 03 (2015) destaca-se que a importância do respeito e valorização da cultura indígena são fundamentais para a realização do turismo nas terras indígenas e essenciais para aumentar a autonomia das comunidades, além disso, garantir o meio ambiente protegido fortalece ações de desenvolvimento sustentável empreendidas nos territórios indígenas, a Instrução ainda destaca o controle e a fiscalização do ingresso em terras indígenas pela Funai, importante para a segurança nos territórios.

No Amazonas, o órgão responsável pela gestão do turismo, a Amazonastur, empresa instituída para ordenar e fomentar o desenvolvimento da atividade turística promovendo o estado com o que a instituição chama de “destino verde do Brasil”³⁴ pauta-se em seu estatuto:

I - Proposição ao Governo Estadual das medidas necessárias à execução da Política Estadual de Desenvolvimento do Turismo, através do enfoque participativo, tendo como base a criação da marca Amazonas e sua divulgação nos mercados nacional e internacional.

II - Análise do mercado turístico estadual e planejamento do seu desenvolvimento, com a disciplina das ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas.

III - estabelecimento de critérios, análise, aprovação e acompanhamento, em parceria com outros órgãos do Governo, relativamente aos projetos de empreendedorismo turístico que sejam financiados ou incentivados pelo Estado.

IV - Promoção de novos produtos turísticos que propiciem o desenvolvimento dos municípios de maneira sustentável.

V- Promoção e divulgação do turismo Amazonense no país e no exterior, de modo a ampliar o ingresso e circulação do fluxo turístico no Estado.

VI - Criação de mecanismos que permitam a maior permanência do turista no Estado.

VII - Estímulo, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais e a iniciativa privada, à ampliação, diversificada, reforma e melhoria da qualidade da infraestrutura nos municípios.

VIII - Celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes e estabelecimento de parcerias com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com vistas à realização dos seus objetivos.

IX - Cadastramento das empresas, classificação dos empreendimentos dedicados às atividades turísticas e exercício de função fiscalizadora, em parceria com órgãos federais e estaduais.

X - Arrecadação e ampliação das receitas auferidas por intermédio da exploração de atividades turísticas de cunho institucional e delegação de órgãos federais. (AMAZONAS, 2003)

De acordo com Queiroz (2016), no período de 2004 a 2005 alguns projetos e ações foram desenvolvidos dentro da política nacional de turismo do Governo Federal e executado no Amazonas pela Amazonastur:

Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal PROECOTUR, o Programa de Regionalização do Turismo - PRT e Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora PNDPA. Os dois Programas foram desenvolvidos com a parceria do MMA e o Mtur. Em 2008 outro Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Rural. Essas ações visavam o desenvolvimento do turismo sustentável (QUEIROZ, 2016, p. 75).

³⁴ Disponível em: < <http://www.amazonastur.am.gov.br/amazonatur/>>

A autora ainda enfatiza que o TBC no Amazonas vem sendo desenvolvido dentro das RDS, as ações estão sendo coordenadas por ONGs, como a Fundação Amazonas Sustentável – FAS e o IPÊ por meio de experiências no rio Negro.

Sobre a Política Pública de turismo do estado do Amazonas o “Plano Estadual de Turismo do Amazonas Victória Régia 2008/2011” (AMAZONAS, 2008), está estruturado com: Diagnóstico (do turismo no Amazonas); Cenários para o Turismo (projeções); Formulação Estratégica (no que tange alcançar um turismo ideal); Plano de Ação Estratégica - Macroprograma (Produto, Gestão, Marketing e Infraestrutura). No Quadro 5, Silva (2016) sintetiza o Plano Victória Régia e suas ações:

MACROPROGRAMA: GESTÃO		
Programas	Objetivo	Ações implantadas/programadas até 2008
Programa de atração de investimentos	Atrair investimentos para maximizar benefícios sociais e econômicos do turismo	- Captação de investimentos; - Documentação e informação turística; - Planejamento de Bolsas de Negócios do Turismo; - Microcrédito para o turismo.
Programa de Interação entre os atores do Turismo	Aumentar a interação entre setores público, privado e terceiro setor para atingir a sustentabilidade do turismo	
Programa de Gestão Estratégica para o turismo	Gerir estrategicamente o turismo no Amazonas	- Estudos e pesquisas estatísticas; - Projeto de capacitação dos Municípios; - Programa de Apoio ao Turismo no Interior do Amazonas (PROINTUR).
MACROPROGRAMA: PRODUTO		
Programa de capacitação da mão de obra	Capacitar mão de obra do turismo	- Capacitação de mão de obra. - Apoio aos Municípios e à iniciativa privada para formação e capacitação de mão de obra.
Programa de sensibilização para o turismo	Sensibilizar a população amazonense para o turismo	
Programa de estruturação de produtos	Estruturar produtos turísticos temáticos, inusitados, competitivos e qualificados	- Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA); - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR); - Estruturação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT); - Programa dos Clubes da Melhor Idade; - Cadastro, classificação, controle de qualidade e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos; - Sinalização turística; - Desenvolvimento e formatação de

		novos produtos turísticos; - Implantação do selo de qualidade para o artesanato; - Rotas turísticas; - Inventário da oferta turística; - Campanhas de combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo; - Campanhas de educação ambiental; - Planos de manejo; - Qualificação profissional nos Municípios com potencial turístico; - Polos de Ecoturismo; - Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT).
MACROPROGRAMA: MARKETING		
Programa de criação da marca turística	Criar a imagem de um destino turístico singular	- Criação da Marca Amazonas.
Programa de promoção turística	Promover os diversos produtos turísticos do destino em seus principais mercados emissores e em diferentes nichos de mercado	- Promoção e divulgação do turismo. - Participação em eventos.
MACROPROGRAMA: INFRAESTRUTURA		
Programa de infraestrutura turística	Desenvolver parcerias e ser ator participante na adequação da infraestrutura básica do destino	

Quadro 5: Macroprograma do Plano Estadual de Turismo Victória Régia (2008/2011)

Fonte: Silva (2016), adaptado de Plano Victória Régia (AMAZONASTUR, 2008)

De acordo com o Quadro 5, o Plano Victória Régia traz fortemente a questão do turismo sustentável como forma de proteger os recursos naturais (hídricos, fauna e flora) e garantir o desenvolvimento econômico dos municípios e as comunidades locais, por meio do manejo sustentável dos recursos. O cenário otimista que se percebe no Plano não condiz com a realidade de comunidades indígenas localizadas próximas à Manaus, na região do Baixo Rio Negro, onde um relevante contingente de turistas se desloca diariamente com empresas sem cadastro e desprovidas, muitas vezes, de fiscalização da demanda turística introduzida desordenadamente na UC.

Assim, a promoção da autonomia dos atores sociais locais por meio da participação, investimentos para o turismo e capacitação da mão de obra local, além do fortalecimento e valorização da cultura tem se colocado em meio a dificuldades e o turismo no Amazonas continua favorecendo grandes empreendimentos (hotéis, agências de turismo), além dos agentes que trabalham irregularmente. Dessa forma, as comunidades indígenas são prejudicadas com uma jornada de trabalho exaustiva e pagamentos irrisórios.

Com já mencionado, a RDS Puranga Conquista não dispõe de um Plano de Gestão, ainda está em fase de elaboração pela SEMA, portanto, não existe um documento oficial de gestão do território. De 2018 até o início de 2019 a RDS Puranga Conquista transpôs mudanças diversas, dentre elas três mudanças na gestão da referida RDS, com isso, as comunidades ficaram sem apoio e fiscalização. Mesmo assim, em visita realizada com a atual gestora da RDS se percebeu que, para além das mudanças ocorridas em âmbito da gerência, a SEMA tem buscado, juntamente com a SEMMAS, se agenciar coletivamente com as comunidades que trabalham com turismo nas RDS do Tupé e Puranga Conquista para o ordenamento do território.

O turismo como uma estratégia nas comunidades indígenas precisa do ordenamento planejado coletivamente envolvendo ativamente as comunidades, SEMA, a Amazonastur, os agentes e agências não regulamentados, com o propósito de minimizar os conflitos entre as comunidades e dentro das próprias comunidades. Uma das maiores motivações para os conflitos nas comunidades tem sido os problemas relacionados a transparência na arrecadação dos ganhos provindos da atividade turística.

No Baixo Rio Negro, esses problemas poderiam ser minimizados com a implementação do Acordo de Visitação³⁵. O Acordo de Visitação tem sido uma ferramenta pensada a partir de um planejamento demandado em âmbito do Grupo de Trabalho Institucional (grupo que demandou o Estudo Socioantropológico do NEICAM) constituído pelas instituições FUNAI, FEI, MPF, SEMMAS, SEMA, UEA e outros, criado com o objetivo de analisar as atividades turísticas realizadas pelas comunidades indígenas criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, bem como buscar, junto com essas comunidades o ordenamento das atividades.

No Acordo de Visitação construído em parceria entre o Grupo de Trabalho Institucional e os líderes das quatro comunidades (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo), foi estabelecido, em comum acordo, que o valor da visitação seria cobrado individualmente e não mais por lancha. Depois de dois dias de oficinas (31/10 e 29/11 de 2017) o valor foi fixado em R\$ 20,00 por pessoa, a nova configuração foi aplicada pelas comunidades por um curto tempo.

³⁵ O documento referente ao Acordo de Visitação está em anexo.

Em 2018, os órgãos gestores das RDS, principalmente da RDS do Tupé solicitou a reavaliação o material construído o que atrasou a efetivação de tais documentos. Com isso, as comunidades que voltaram a diminuir os preços, conseqüentemente recebiam mais turistas, as outras comunidades se viram prejudicadas e também baixaram seus preços. Um indígena da comunidade Tatuyo relatou que os pirangueiros “jogavam uma comunidade contra a outra” (Diário de Campo: 10/06/2018) e assim conseguiam negociar preços irrisórios, fomentando o conflito entre as mesmas.

O Grupo de Trabalho Institucional retoma a discussão sobre o estabelecimento do Acordo de Visitação no início de 2019, a partir de então é fundamental o acompanhamento quanto a aplicação do Acordo e os impactos que irá causar às comunidades. Na RDS do Tupé a aprovação do Acordo aconteceu no dia 20 de março de 2019 durante a Reunião do Conselho Gestor da RDS do Tupé, realizada na comunidade Colônia Central. A aprovação do Acordo é um ponto fundamental no ordenamento do turismo regional, desenvolvido em comunidades indígenas, além disso, amplia as discussões acerca da determinação de um regramento mínimo para o ingresso na UC, por meio da fiscalização dos órgãos gestores (SEMMAS – RDS do Tupé e SEMA – RDS Puranga Conquista).

No planejamento do Acordo de Visitação, bem como em todo o processo de discussão do Grupo de Trabalho Institucional, a Amazonastur, mesmo tendo sido convidada para as reuniões não ofereceu o aporte essencial para a construção de tal documento, tendo em vista que o apoio e a própria presença da instituição seriam fundamentais para garantir a efetivação do ordenamento do turismo. Nessas circunstâncias, o relatório parcial do Estudo Socioantropológico posicionou como uma das mais urgentes considerações:

Solicitar da AmazonasTur: o acompanhamento das atividades turísticas realizadas pelas comunidades, a regularização das práticas dos pirangueiros, realização de trabalhos de sensibilização na Marina do Davi sobre questões como a proibição da entrada de bebidas nas comunidades, crimes de assédio sexual, viabilização de treinamentos e/ou oficinas em parceria com as comunidades de modo que mudanças possam ser processadas com vistas ao ordenamento do turismo. Em outros termos, que a Amazonastur empreenda ações concernentes ao próprio papel que lhe cabe (CRUZ *et al*, 2018, p. 44).

Como já foi citado anteriormente sobre a Amazonastur, é fundamental o posicionamento do órgão frente a forma como o turismo em comunidade indígena

vem sendo impulsionado no Amazonas, mantido sob o domínio de agências e agentes sociais que operam irregularmente, indicando riscos tanto aos indígenas quanto aos turistas, além de fomentar um turismo que apresenta a cultura indígena repleta de estereótipos e equívocos.

4.2.3 A concepção da comunidade sobre o turismo, as atividades culturais como atrativos e as percepções sobre o futuro

Para as famílias indígenas na comunidade Tatuyo o turismo tem se colocado como a única alternativa para obtenção de renda e condições de manter, principalmente, as crianças na escola. A preocupação com a educação, a perspectiva de melhoria da qualidade de vida e a garantia de um futuro próspero estão atreladas ao turismo e aos benefícios, mesmo limitados, que são viabilizados pela atividade.

Com isso, vale refletir sobre a importância da atividade para esses povos, importância que está para além da obtenção de renda, mas principalmente na possibilidade de proporcionar um futuro diferente para os filhos, em que o estudo é o elemento fundamental. Porém, para que esse futuro seja possível, é necessário o Estado tirar esses sujeitos da posição invisibilizadora que foram inseridos e passar a lhes proporcionar condições favoráveis (não assistencialismo e sim garantia de direitos) para que as mudanças, de fato, aconteçam.

No contexto da comunidade Tatuyo, essas dinâmicas estão atreladas ao turismo e a complexidade característica da atividade. De acordo com Rejowski (2001, p.18), “o turismo, por ser um fenômeno de múltiplas facetas, penetra em muitos aspectos da vida humana, quer de forma direta, quer indireta”. No tocante à análise da autora, o turismo na contemporaneidade se constrói em meio à complexidade das estratégias de implementação/desenvolvimento da atividade e, por essa razão, a complexidade dos impactos causados precisa ser considerada holisticamente.

Fratucci (2014, p. 90-91) considera que “o turismo é constituído de um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento”. Devido à essa característica, os agentes sociais, ao interagirem quase sempre de maneira

“aleatória, sazonal e diacrônica” tornam o fenômeno nada menos que impossível de ver visto como um sistema fechado e estático.

De maneira complexa, os impactos se estabelecem para além das questões territoriais e adentram aspectos sociais, individuais e coletivos, como percebido na comunidade Tatuyo. Tratando-se de uma comunidade indígena, o contato entre indígenas e turistas, principalmente os turistas provenientes de países do exterior, precisa ser analisado de forma cuidadosa, como esclarece Archer e Cooper (2001):

Quando as diferenças culturais entre os residentes e os turistas de países e regiões mais prósperos são muito acentuadas, pode acontecer de a cultura e os costumes locais serem explorados para satisfazer o visitante à custa do orgulho e da dignidade da população local. As danças tradicionais e o artesanato artístico cedem lugar a imitações baratas para satisfazer às necessidades do visitante e para proporcionar ao residente um rendimento com menor esforço possível. (ARCHER e COOPER, 2001, p. 93 *apud* DALL'AGNOL, 2012, p. 6).

Desde o início da formação da comunidade Tatuyo a maioria dos indígenas já trabalhava com o turismo na comunidade São João do Tupé e compartilhavam do mesmo conhecimento das estratégias do que seria o “turismo indígena no Baixo Rio Negro”. De fato, a estrutura do turismo nas quatro comunidades derivadas da comunidade São João do Tupé apresentam similitudes no planejamento das atividades e atrativos. A reelaboração de aspectos da cultura indígena que compõe atrativos turísticos pode, e por vezes são, tomadas como meras representações, disponíveis para satisfazer facilmente ao turista (atrativamente) e ao indígena (economicamente), em vista disso, seria nesse contexto que os indígenas têm recorrido aos novos atrativos, para se diferenciarem em um cenário competitivo e conflituoso. A competitividade não acontece de maneira pacífica, pelo contrário, são repletas de conflitos entre as comunidades que trabalham com turismo e os agentes sociais externos, também acontecem internamente, pois existe a ameaça de novos desmembramentos dentro das comunidades.

Conforme o relato de alguns indígenas na comunidade Tatuyo, desde o início de 2019 o movimento de turistas continua razoável, recebem em média 5 (cinco) lanchas com turistas quase todos os dias. Uma das preocupações da comunidade atualmente é a segurança, especificamente quanto à infraestrutura da oca principal, as rachaduras no interior da mesma estão visíveis e com a cheia do rio ficaram ainda mais expostas, aumentando o risco de deslizamento de terra e desabamento

da oca. A comunidade teme pela segurança dos indígenas e dos turistas, por isso decidiram construir uma nova oca que está sendo finalizada, localizada próxima à oca atual, em uma área considerada segura. A Figura 29 apresenta a atual oca com esteios de sustentação.



Figura 29: Oca de apresentação na comunidade Tatuyo
Fonte: DIAS, 2019

A comunidade Tatuyo atravessa um momento delicado em que os conflitos internos se ampliam e, em pouco tempo poderá causar mudanças significativas no contexto comunitário. Essas questões internas precisam ser solucionadas pelos próprios indígenas, não cabendo aos agentes sociais externos interferirem nas tomadas de decisões internas ao grupo.

Durante os diálogos informais na comunidade fora aludido sobre as relações de trabalho na comunidade, o que se tem percebido, baseando-se nos relatos dos indígenas, é que com o tempo as relações tornaram-se assimétricas, desiguais no sentido de um pequeno grupo (no caso, o líder e sua família) gerir o turismo na comunidade não se preocupando com o viver em comunidade, transformando a atividade em uma jornada de trabalho exaustiva, estipulada por um “patrão” aos seus “empregados”, perdendo o significado de valorização da cultura e do bem viver coletivo, essa realidade se mostra bem diferente do que os indígenas esperavam encontrar ao deixarem seus territórios de origem.

A utilização desgastante da força de trabalho está presente nas falas dos indígenas que acordam cedo, se arrumam com seus trajes de apresentação, se pintam e aguardam os turistas chegarem. Sem a informação da quantidade de turistas que receberão, os indígenas passam o dia inteiro assim, fazendo a mesma apresentação quantas vezes chegarem lanchas com turistas, sem horário para as refeições, tendo como horário de descanso o intervalo entre uma visita e outra. No

período de alta temporada do turismo na comunidade (novembro - janeiro; junho - agosto) se apresentam 10 (dez) vezes, ou mais, em um único dia. Essa estratégia não tem agradado a maioria dos indígenas, além do mais quando não veem seus esforços diários compensados no pagamento mensal que os indígenas alegam ser “injusto”, sobretudo aos mais jovens.

Na comunidade Tatuyo, as relações coletivas têm acontecido apenas no momento do trabalho (turismo), quando finalizam as apresentações cada família se encaminha para sua residência, se reencontrando na oca no momento em que chegam os grupos de turistas.

Essas condições de trabalho estão associadas à relação de dependência que os indígenas mantêm com o turismo, a ausência de alternativas de trabalho na região do Baixo Rio Negro torna o turismo uma indispensável fonte de renda. Essa relação de dependência fica clara no relato do líder: “Se não tem turista a gente vai morrer de fome” (H.P.G. – 10/05/2018). Na fala do líder se nota que mesmo com as atividades complementares (caça e pesca, que acontecem eventualmente e a agricultura), o foco principal é o turismo, a comunidade nasceu para o turismo e depende da atividade para continuar existindo, não se pode afirmar que todos da comunidade comunguem da mesma opinião.

Nos questionários, os relatos dos indígenas apontaram aspectos positivos e negativos relacionados ao turismo e seu desenvolvimento na comunidade Tatuyo. Dentre as falas, como aspecto positivo foi relatado em diversos momentos a questão da renda:

O ponto positivo é a renda (J.C.G. – 10/05/2018).

Gera renda, traz dinheiro para sustentar a família (E.M.V. – 10/05/2018).

Ter sempre dinheiro para sustentar as crianças, poder viver em paz. O turismo é muito melhor que a antiga ocupação (B.B.D. – 10/05/2018).

Estar com a família, comprar comida para as crianças, ganhar um dinheirinho (D.D.F. – 10/05/2018).

Ainda foi relatada em conversas informais, a situação financeira dos indígenas que saíram de suas terras tradicionais em busca de trabalho e uma vida melhor, visto que a situação nos territórios indígenas do Alto Rio Negro foi descrita como “muito difícil”. Em vista disso, o trabalho no turismo, mesmo com jornadas exaustivas e má remuneração, ainda se mostra melhor que a vida nos territórios

tradicionais. Porém, nem todos os indígenas permanecem nas comunidades do Baixo Rio Negro, alguns não conseguem se adaptar e acabam retornando sozinhos ou com suas famílias para o Alto Rio Negro.

Cabe aqui fazer uma pequena observação a respeito do que os indígenas chamam de “uma vida muito difícil no Alto Rio Negro”. Sem a intenção de aprofundar o assunto, dada a sua complexidade, apenas com o intuito de contextualizar essa fala, destaca-se que muitas comunidades na referida região foram alvo de intenso processo de colonização e conversão religiosa, levando-os a migrarem para outras localidades como a sede do município de São Gabriel da Cachoeira e também para Manaus. Ao longo desta dissertação tem-se colocado que os primeiros indígenas a trabalhar com o turismo na comunidade São João do Tupé tiveram suas trajetórias de migração ligadas a tais acontecimentos.

Quanto a percepção dos moradores da comunidade Tatuyo sobre os aspectos negativos do turismo, declaram ser os conflitos internos na comunidade e os períodos em que há pouca movimentação de turistas, período que conseqüentemente os ganhos se tornam insuficientes e uma das alternativas é a saída da comunidade, inclusive alguns acabam retornando para São Gabriel da Cachoeira.

Os membros da comunidade recebem o pagamento mensalmente, não recebem individualmente por turista. O guia é quem realiza o pagamento para o líder, cada lancha paga por volta de R\$ 100,00 (cem reais), mas não é um valor fixo, basicamente as agências e os pirangueiros pagam o que “julgam ser justo” pela apresentação. Vale lembrar que o pacote adquirido pelos turistas na agência é comprado individualmente e com um valor relativamente alto como já pesquisado em diferentes agências de turismo, daí se percebe a assimetria e a relação densamente capitalista entre as agências e os indígenas que precisam receber muitas lanchas por dia para garantirem um rendimento razoável.

Também foram mencionados conflitos na comunidade que são estimulados a partir do momento em que alguns indígenas consomem bebidas alcoólicas. Na percepção do líder “no turismo não tem nada ruim, mas muitas famílias estão gastando seu dinheiro com bebida [alcoólica]. Tem muitos problemas com a bebida” (H.P.G. – 10/05/2018). Os problemas com bebidas alcoólicas já foram relatados nas outras comunidades que trabalham com turismo, não há comercialização nas comunidades indígenas, os indígenas consomem na comunidade São João do Tupé

ou compram em Manaus. Contudo, existe o perigo de acidentes envolvendo outros sujeitos, sendo que alguns indígenas embriagados dirigem embarcações em alta velocidade no rio.

Outro ponto negativo apontado por um indígena, e concordado pelos demais que participavam de uma conversa, foi a ausência de diálogo e clareza na gestão dos rendimentos diários. Os indígenas não têm noção, ou melhor, não são informados claramente sobre o valor arrecadado diariamente, um indígena relatou que “faltam detalhes sobre o dinheiro que entra, falta clareza no dinheiro pago pelas agências” (Diário de campo: 10/05/2018). Na visita de janeiro de 2019 foi relatado que a situação persiste, outro indígena afirmou: “Se tivesse conversa, diálogo entre nós, das mulheres entre elas, uma parceria pra fazer artesanato, a gente ia se animar, ia ter vontade de trabalhar todo dia, mas ninguém fala nada, a gente fica aqui sem informação do que acontece na nossa própria comunidade” (Diário de campo: 12/01/2019)

O problema com a divisão dos rendimentos continua sendo reproduzido, mesmo tendo sido a principal motivação para os desmembramentos acontecidos na comunidade São João do Tupé. A centralização do poder em uma única família dentro da comunidade tem indignado cada vez mais os indígenas que exigem transparência na gestão dos rendimentos do turismo. Essas questões estão submersas no cenário que é exibido aos turistas, todas as relações conflituosas são colocadas de lado no momento do trabalho (apresentação), tendo em vista que a satisfação do turista é essencial para a lucratividade na comunidade.

A relação dos indígenas com os turistas tem sido pacífica ao longo dos anos, na comunidade, a maioria dos turistas é vista pelos indígenas como indivíduos munidos de boas intenções e vontade de ajudar, para os indígenas é um privilégio receber visitantes que apreciam a cultura indígena e adquirem peças do artesanato indígena. Foram destacadas falas importantes dos indígenas em relação ao turista, seja ele nacional ou internacional, como relatado pelo líder: “Todo turista é importante, seja daqui [do Brasil] ou de fora [do exterior], se eles pagam para vim até nós é porque querem conhecer a cultura indígena, aprender com a gente” (H.P.G. – 02/10/2018).

Pessoa interessante, uma pessoa que vem com vontade de ajudar (J.C.G. – 10/05/2018).

São importantes na arrecadação de renda para as crianças estudarem. Turista bom é aquele que vem na intenção de ajudar, comprando o artesanato e levando nossa cultura indígena para sua terra (E.M.V. – 10/05/2018).

É uma pessoa que vem ver nossa cultura e que nos ajuda (B.B.D. – 10/05/2018).

Pessoa que ajuda muito, compra o nosso artesanato (E.S.R. – 10/05/2018).

Como observado nos relatos dos indígenas, o ato do turista comprar o artesanato significa não apenas adquirir a peça, significa também uma forma de ajudar diretamente nas necessidades básicas das famílias como comprar comida, materiais escolares e de higiene pessoal, como o pagamento é realizado mensalmente, a renda complementar decorrente da comercialização do artesanato tem sanado as necessidades cotidianas básicas. Nesse sentido, a figura do “bom turista” e do “bom guia/boa agência” tem sido colocada como a viabilizadora da continuação dos estudos das crianças e dos jovens, do sustento e do desenvolvimento da comunidade, fato esse firmado na frase “Ninguém olha por nós” (Diário de campo: 02/10/2018), repetida incessantemente pelos indígenas frente à invisibilização persistente.

Nesse contexto se percebe a influência dos agentes sociais e agências externos (guias, pirangueiros, turistas, órgão gestor da RDS, agências) na dinâmica de vida na comunidade. Na comunidade Tatuyo, os próprios aspectos da cultura evidenciados no contexto do turismo, de forma gradual, foram sendo solicitados pelos agentes externos que prezavam “pelo que o turista quer ver”, foi observado que dentre os pedidos estão: certo quantitativo de pares nas apresentações, novos atrativos, sinais diacríticos. Os indígenas aceitam tais solicitações tendo em vista que o impacto da experiência turística influencia nas arrecadações diárias, quer dizer, uma atividade efetivamente rentável é o que almejam os indígenas e, mais ainda, as agências, guias e pirangueiros, para isso acontecer, os indígenas tem seguido tais orientações. Assim se percebe a relação de dependência construída assimetricamente entre a comunidade com tais agências e agentes externos.

Analisando o turismo como centralidade na comunidade, desde os primeiros momentos foi possível identificar que algumas situações oriundas do turismo não poderiam ser compartilhadas com todos, existem particularidades restritas apenas aos indígenas. Um desses assuntos é a renda. Quem poderia elucidar essa questão seria o líder responsável pela negociação com os pirangueiros e as agências,

contudo, não foram obtidas respostas concretas que esclarecessem essa questão, existe um limiar daquilo que pode ser mostrado externamente e daquilo que é exclusivo do grupo.

REFLEXÕES FINAIS

O processo de elaboração dessa dissertação foi iniciado com as primeiras viagens à campo do grupo de pesquisa NEICAM para a elaboração do Estudo Socioantropológico em quatro comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, localizadas na região do Baixo Rio Negro. As questões colocadas são compreendidas como uma luta das comunidades por visibilidade e, sobretudo, pelo direito de existir enquanto indígenas desterritorializados de seus territórios de origem, submetidos à diretrizes de uma gestão externa nos novos territórios, nos quais reelaboram aspectos da cultura indígena no desenvolvimento da atividade turística como estratégia de renda.

Acredita-se ser importante colocar em evidência as relações estabelecidas entre as demais comunidades recém-criadas que dividem com a comunidade Tatuyo, foco da pesquisa, similitudes para além do turismo. O núcleo Diakuru, a aldeia Tuyuka e a comunidade Cipiá compartilham não apenas um território comum com a comunidade Tatuyo, o rio Negro, recortado pelo Mosaico de Áreas Protegidas, mas também as dinâmicas que as permeiam desde as saídas dos primeiros grupos indígenas dos seus territórios de origem no Alto Rio Negro.

Logo, tem sido fundamental refletir as referidas comunidades sob os efeitos que a desterritorialização e os processos de (re)territorialização inferem nas relações coletivas, além de assinalar o papel do turismo como principal atividade econômica nas quatro comunidades que, conforme a percepção dos indígenas, se tornou mecanismo relevante para a valorização da cultura indígena.

As análises até aqui empreendidas evidenciam que a relação da comunidade Tatuyo com o território visa firmar novas territorialidades reconhecendo o turismo como uma das principais ferramentas utilizadas para tal. Os delineamentos finais dessa dissertação, não apontam para o esgotamento do tema, mas se posiciona como passo inicial para a análise dessa comunidade, cuja base de organização social e econômica está centrada no turismo.

A partir dessa centralidade os conflitos que envolvem indígenas e agentes sociais externos tornam-se insustentáveis para alguns sujeitos e rentáveis para outros. Nesse cenário, fomentar o “mito da natureza intocada” (DIEGUES, 2001) tem a função de atribuir qualidade ao destino turístico, estimular os sentidos por meio de representações simbólicas escolhidas/organizadas cuidadosamente para atender à

uma demanda de sujeitos que pagam para conhecer a Amazônia e suas “peculiaridades”. Por meio do turismo enquanto experiência, os símbolos estimulam sentidos e ganham, progressivamente, notoriedade nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro. A proximidade de Manaus facilita a atividade e a torna alternativa de geração de renda. O que se compreende com a pesquisa é que, a relação dos indígenas com o turismo em UC é diferente das experiências turísticas em outras comunidades, em outras segmentações, tendo em vista as restrições e os constantes conflitos que envolvem as comunidades, tais conflitos estão diretamente associados ao turismo.

A princípio, o turismo planejado na comunidade Tatuyo empreende o sentido de “desenvolvimento” para a melhoria de vida dos moradores da referida comunidade, essa relação tem sido transfigurada em relações com características capitalistas em que o empregador (líder) coordena os empregados (demais indígenas) que possuem lugares preestabelecidos na atividade turística. Nessa relação, a hierarquia foi determinada desde a formação da comunidade. Desse modo, a proposta de turismo comunitário, cooperativo, protagonista e valorizador do conhecimento endógeno não acontece na comunidade, o conflituoso processo de cisões, enfrentamentos que dividiu famílias, as posiciona como concorrentes em um cenário de invisibilidades e ineficiência de serviços públicos como saúde e educação.

Isto posto, alguns aspectos da centralidade do turismo tem sido um tabu que claramente está desaprovada sua exteriorização para outros que não sejam aqueles envolvidos diretamente com a atividade. Existem negociações, contratos entre os agentes externos e os indígenas ligados ao turismo e ao pagamento equivalente às visitas transferido aos indígenas. Algumas dessas ações não ficam claras à maioria dos indígenas, o não esclarecimento de questões referentes à renda tornou-se uma das principais causas de conflitos internos na comunidade.

O que se tem compreendido é que a comunidade, ao mesmo tempo que encontra no turismo uma alternativa de renda, percebe na mesma atividade a ruína das relações firmadas entre seus membros, baseadas no parentesco e colaboração. Desse modo, a dedicação, a preparação de todo mecanismo necessário para a existência do turismo continuam envoltas em tensões. Enquanto isso, a utilização do turismo para a valorização da cultura tem se chocado, paulatinamente, com a realidade de “aumentar, a qualquer custo, a rentabilidade”. Se percebe uma

dinâmica lenta e perigosa na busca por maiores ganhos, isso quando os indígenas se opõem entre si dentro da comunidade e firmam parcerias com agentes sociais externos já que são eles os responsáveis por “levar os turistas e garantir a renda da comunidade”.

Mesmo o turismo sendo realizado em comunidade, por parentes indígenas, as relações capitalistas se fazem presentes e a gestão de um turismo baseado na sustentabilidade abre espaço para um turismo com características cada vez mais evidente de turismo de massa, dada a ausência em um controle de entrada da demanda turística na comunidade. Para além das questões comunitárias se acredita na importância do ordenamento territorial e do ordenamento da atividade turística para a minimização de conflitos e estabelecimento de relações mais justas e equitativas.

Como até o momento, a comunidade não deseja compartilhar informações específicas acerca da arrecadação no turismo, é evidente que, a aprovação e fiscalização do Acordo de Visitação, se mostre uma alternativa de “equilíbrio” entre as comunidades ou mesmo de esclarecimento entre os indígenas no interior de cada uma das quatro comunidades indígenas. A comunicação tem sido ineficiente entre a comunidade Tatuyo e o órgão gestor da RDS Puranga Conquista (SEMA), motivada por diversas questões já postas, como a mudança de gestores e o Plano de Gestão da RDS ainda não concluído.

O posicionamento da SEMA na estruturação de regras específicas e o ordenamento do turismo nas comunidades indígenas recém-criadas da RDS Puranga Conquista tem se reestruturado a cada nova gestão, portanto, se torna difícil acompanhar as dinâmicas complexas que acontecem cotidianamente nas comunidades, bem como para as comunidades que, muitas vezes, não encontram no órgão gestor o apoio necessário para continuar suas atividades de subsistência respeitando os recursos do território protegido.

Compreender o panorama do turismo realizado por comunidades indígenas é fundamental no contexto amazônico e, da mesma forma, considerar que conflitos internos comprometam a integridade e qualidade de vida desses povos. São muitas questões a serem levantadas e compreendidas minimamente, ao passo que sanar as necessidades básicas seja essencial para a edificação das comunidades e luta contra os diferentes tipos de exploração que acontecem. O turismo, como alternativa

de geração de renda é também uma forma de resistência, de ressignificação cultural da dinâmica que se reconstrói.

Sobre as dinâmicas e os processos de territorialização dos povos indígenas no Baixo Rio Negro, particularmente na RDS Puranga Conquista, vale destacar que os processos de territorialização estão intrínsecos às construções simbólicas no território e as relações de poder reproduzidas nas territorialidades.

Portanto, o debate do uso do território na comunidade Tatuyo é complexo e requer uma abordagem multidimensional das dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais inerentes ao ordenamento territorial. Nesse processo se destaca a invisibilização dos indígenas, ausência de direitos, falta de reconhecimento do Estado quanto a importância da valorização do meio ambiente e da diversidade cultural. Pensar a cultura indígena numa perspectiva romântica e/ou descontextualizada das dinâmicas contemporâneas reforça os estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas.

FONTES DE CONSULTA

ABRAMOVAY, Ricardo. **A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável.** II Fórum Contag de Cooperação Técnica. São Luiz, 1998.

AGUIAR, Paulo César Bahia de; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; FONTES, Ednice de Oliveira. **Áreas Naturais Protegidas: Um breve histórico do surgimento dos Parques Nacionais e das Reservas Extrativistas.** Revista Geográfica de América Central • Número 50, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Carolina Azevedo. **O Mosaico do Baixo Rio Negro: Conservação da Biodiversidade e Sustentabilidade na Amazônia.** Dissertação de Mestrado. Brasília, 2014.

AMBRÓSIO, Jesus Cruz. O olhar indígena. In: **A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais.** Marcel Bursztyn (org.) Ed. Garamond, 2001.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil. In: **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas** /Roseli Senna Ganem (org.) – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BARRETO, João Paulo Lima. **Wai-Mahsã: peixes e humanos: Um ensaio de Antropologia Indígena.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Dissertação de Mestrado, 2013.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos Metodologia Científica** – 3.ed.- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BELLINASSI, Suelen; PAVÃO, Ana Carolina; CARDOSO-LEITE, Eliana. **Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.4, n.2, 2011.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em Áreas Protegidas/Nurit Bensusan** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENSUSAN, Nurit; ARMSTRONG, Gordon. Sessão I: A Paisagem. In: **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo** – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2008.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRAGA, Aline Serpa. **Viabilização do uso público de parques nacionais e a disponibilização por particulares de serviços de apoio à visitação**. Brasília, 2013.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0 /2015, de 11 de junho de 2015. **Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas**.

Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf> Acesso em: 01 de fevereiro de 2019

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acesso em: 05 de maio de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Artigo 225**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 05 de maio de 2018.

BRASIL. Decreto Federal n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Aprova o Código Florestal**. Presidência da República - Subchefia para Assuntos Jurídicos, Rio de Janeiro, RJ, 23 jan. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm.

BRASIL. Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Presidência da República - Casa Civil, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm.

BRASIL. Lei Federal nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm Acesso em: 20 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei Geral do Turismo Nº 11.771/08. **Política Nacional de Turismo**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm Acesso em: 30 de setembro de 2018.

BRASIL. Lei N.º 2.646, de 22 de maio de 2001. **Parque Estadual do Rio Negro, Setores Norte e Sul, e das Áreas de Proteção Ambiental, das Margens Esquerda e Direita do Rio Negro**. Disponível em: www.ipaam.br/.../ESTADUAL/lei%20estadual%20n.%202.646,%20de%2022.05.01 Acesso em: 05 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6001-19-dezembro-1973-376325-publicacaooriginal-1-pl.html>>

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>

BRASIL. Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. **Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Unidades de Conservação: Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo, 2008.

_____. **Cadastro Nacional de UC's**, 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC_JUL18%20-%20B_Cat.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2018

BRASIL, Ministério da Saúde (MS). **Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)**, 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-indigena/saneamento-e-edificacoes/dseis>> Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais** / 6. Câmara de Coordenação e Revisão; coordenação Maria Luiza Grabner; redação Eliane Simões, Débora Stucchi. – Brasília: MPF, 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. – 6.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, Paula Cristina Pereira Rodrigues. **As transformações no trabalho e no modo de vida da Comunidade Bela Vista do Jaraqui, Manaus-Am**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

CORIOLOANO, Luzia Neide. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileira. Brasília.** D. G. Roberto Bartholo, Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, Jocilene Gomes da; AUZIER, Katiúscia da Silva; DIAS, Luana Cristina dos Santos; COSTA, Icles Nascimento da. **Relatório parcial do Estudo Socioantropológico – NEICAM, das atividades turísticas realizadas pelas comunidades indígenas recém-criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista.** Manaus, 2018.

CRUZ, Rita de Cássia **Ariza da. Patrimonialização do patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, 2012.

CUNHA, Elizabete Ferreira da. **Conflitos fundiários no Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul.** Manaus: [s.n.], 2012.

DALL'AGNOL, Sandra. **Impactos do Turismo x Comunidade Local.** Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: Relação complexa. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2012.

DAVENPORT, Lisa; BROCKELMAN, W.Y.; WRIGHT, P.C.; RUF, K.; DEL VALLE. F.B.R. **Ferramentas de Ecoturismo para Parques.** In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C.V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo: fenómeno social.** 2ed. México:1ed. Fondo de cultura económica,1997.

DIAS, Luana Cristina dos Santos; CRUZ, Jocilene Gomes da. **Processos de Territorialização e o Turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista – Rio Negro, Am.** Anais do V Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, v. 5: EDUA, 2018. Disponível em: < <https://www.even3.com.br/anais/5SICASA>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES. Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2001.

ELIAS, Norbert. 1897-1990. **O processo civilizador.** Norbert Elias; tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. v.1 - 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa.** Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. **História da conservação da natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral**. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

FRATUCCI, Agnaldo Cesar. **Turismo e território: relações e complexidades**. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos**. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.8, n.1, 2014.

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. C. **Outros olhares sobre a questão indígena na Amazônia: cultura e identidade na realidade dos índios na cidade**. *Em Debate*. Rio de Janeiro. 2006.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

FONTOURA, Leandro Martins; SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR**. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 2008.

FVA - Fundação Vitória Amazônica. **Unini – O Rio da Sustentabilidade: bases socioambientais para a gestão da bacia do rio Unini e de suas unidades de conservação**. / FVA; WWF; GORDON & BETTY MOORE FOUNDATION, 2011.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Turismo e Etnicidade**. Universidade Federal de Campina Grande – Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Guia de Chefe**. Brasília, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf > Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

IRVING, Marta de Azevedo. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

ISA. Instituto Socioambiental, 2014. Disponível em: < <http://uc.socioambiental.org> >
Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

_____. **Sistema Agrícola do Rio Negro é Patrimônio Cultural Brasileiro**, 2015. Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sistema-agricola-do-rio-negro-e-patrimonio-cultural-brasileiro>>
Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. Guidelines for applying protected area management categories, 2008. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph Publicações e Assessoria Pedagógica Ltda., 2000.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao lago do leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

_____. **Conhecer para transformar: os índios do rio Uaupés (Alto Rio Negro) e a educação escolar**. Tellus, ano 9, n. 16, p. 11-33, jan./jun. Campo Grande/MS, 2009.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. IN: **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Roberto Bartholo Davis Gruber Sansolo Ivan Bursztyn (Org.) Editora Letra e Imagem – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LINHARES, Jairo Fernando Pereira. **Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n. 11 São Luis/MA, 2009.

LITTLE, Paul E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: **A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Marcel Bursztyn (org.) Ed. Garamond, 2001.

LOHMANN, G. & PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; ARAÚJO, Maria Ivanilde; ALMEIDA Iolene Cavalcante de. **Populações Indígenas da Cidade de Manaus Inserção na Cidade e Ligação com a Cultura**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto/MG, 2002.

MANFREDO, Maria Teresa. **Turismo na Amazônia: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus** – Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTERIO DE CULTURA. Republica de Colômbia. **Tatuyo, hijos de la anaconda celeste de origen acuático**, 2011. Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/noticias/Documents/Caracterizaci%C3%B3n%20del%20Pueblo%20Tatuyo.pdf>> Acesso em: 5 de novembro de 2018

NELSON, Sherre Prince. Uso público nas Unidades de Conservação. In: **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

NETO DE JESUS. Djanires Lageano. **Turismo indígena como alternativa de valorização cultural**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.2, 2014.

NEVES, Ruth Maria de Souza; LIMA, Marco Antônio Vaz de. **Tucorin: turismo comunitário no Baixo Rio Negro (AM)**. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, 2013.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011.

OLIVEIRA, Ana Gita de; PERES, Sidnei. **Relatório sobre a identificação da população indígena e ribeirinha do Baixo Rio Negro - Município de Barcelos/AM**. Instituto Socioambiental – ISA. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, 2000.

OLIVEIRA. João Pacheco de. **O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais**. Sociedade e Cultura. v.6, n 2, Jul/Dez, 2003.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. João Pacheco de Oliveira (Org.) 2ª ed. Contra Capa/LACED, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), v. 39, nº 1 São Paulo, 1996.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Código Ético Mundial para el Turismo: Por un Turismo responsable**. Disponível em: <<http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/gcetbrochureglobalcodees.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

PEREIRO, Xenardo. Patrimônio Cultural: **O casamento entre patrimônio e cultura**. ADRA n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, 2006.

PNT, Plano Nacional de Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais empregos e renda para o Brasil**. Brasília, 2018.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 2, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em: 06 de dezembro de 2018

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História, São Paulo, 1997

PORTO, Nailza Pereira e LIMA, Marco Antônio Vaz de. **Turismo de Base Comunitária: a experiência do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) na região do Baixo Rio Negro**. In: Turismo Comunitário: Reflexões no contexto amazônico. COSTA NOVO, Cristiane Barroncas Maciel; CRUZ Jocilene Gomes da (Org.) Manaus: EDUA, 2014.

QUEIROZ, Silvana Silveira Lima de. **Políticas Públicas para o Turismo Sustentável no Estado do Amazonas: Perspectivas e desafios 2003-2016**. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Amazonas, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Editora: Ática, 1993.

RAMOS, Alcida Rita. **O índio hiper-real**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.10 n.28 São Paulo jun., 1995.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x Situação Brasileira**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2001.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de fala? – (Feminismos Plurais)**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. Marcel Bursztyn (Org.). Editora Brasiliense, 1993.

SAMPAIO, Carlos Alberto. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto; HENRÍQUEZ, Christian; MANSUR, Cristiane. **Turismo comunitário solidário e sustentável: da crítica as ideias e das ideias a pratica**. Blumenau: EDIFURB, 2011.

SANTOS, Luciano Cardenes. **Sahu-apé e o turismo em terras e comunidades indígenas** / Luciano Cardenes Santos. — Manaus: UFAM/Museu Amazônico, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org.) --1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

SCUDELLER, Veridiana Vizoni; APRILE, Fábio Marques; Sérgio MELO, SANTOS-SILVA Edinaldo Nelson dos. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: características gerais. BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural**. Manaus: INPA, 2005.

SEMMAS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Volume II – Planejamento**. Manaus, AM, 2017.

SILVA, Glaubécia Teixeira da. **Turismo em comunidades tradicionais: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, 2016

SILVA, Francisco António dos Santos da. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Sandra Siqueira da. **A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e do patrimônio cultural**. Revista AURORA ano V número 7, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942. **Pode o subalterno falar?** / Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, São Paulo**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; BRASIL, Marília. **Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia**. Cad. CRH, Salvador, v. 22, n. 57, 2009.

THOMAS, Bruna Letícia; FOLETO, Eliane Maria. **A evolução da legislação ambiental no âmbito das Áreas Protegidas brasileiras.** Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, 2013.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida a vida: Uma interpretação da Amazônia.** 9ª Edição. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TRONCOSO, Claudia A.; ALMIRÓN, Analía V. **Turismo y patrimonio. Hacia una relectura de sus relaciones.** In: Aportes y transferencias, año/vol. 1, núm. 009, Argentina: Mar del Plata, 2005.

VALLE, Izolda de Castro e Couto. **Crimes ambientais em Unidades de Conservação estaduais da Região Metropolitana de Manaus, junto à delegacia especializada em crimes contra o meio ambiente do Amazonas, no período de 2008 a 2012.** Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2014.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do patrimônio.** Revista Habitus Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA.** Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** trad. Daniel Grassi - 3.ed. -Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: R. Bartholo, & D. G. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Brasília: Letra e Imagem, 2009.

ZEIDEMANN, Vivian Karina. **O Rio das Águas Negras.** In: Florestas do Rio Negro. Alexandre Adalardo de Oliveira e Douglas Daly (Org.) Universidade Paulista, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Disponível em: <Fonte: <http://ecologia.ib.usp.br/guiaigapo/images/livro/RioNegro02.pdf>>

ANEXO

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 – CD REDES TUPÉ

“Cria no âmbito do Órgão Municipal de Meio Ambiente o regulamento para a visitação turística nos núcleos indígenas localizados no território da REDES do Tupé”.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ – CDREDES TUPÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Resolução nº 040/2006 – COMDEMA de 18 de abril de 2006, e

CONSIDERANDO a necessidade de criar instrumentos que contribuam para regular a visitação turística em núcleos indígenas, localizados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – REDES do Tupé, e para o desenvolvimento sustentável daquela unidade de conservação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.044, de 25 de agosto de 2005, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e seu artigo 4º, que dispõe sobre a administração da Reserva;

CONSIDERANDO o Decreto estadual de uso público nº 30.873 de 28/12/2010;

CONSIDERANDO os marcos normativos sobre promoção e proteção dos direitos indígenas, a saber: a Instrução Normativa nº 01/PRES, de 29/11/1995, a Portaria nº 177/PRES, de 16/02/2006, o Decreto nº 7.747, de 05/06/2012 (PNGATI), o Decreto nº 5.051, de 19.04.2004 que promulga a Convenção nº 169 da OIT, a Instrução Normativa nº 03/PRES, de 11/06/2015 e a manifestação favorável da Coordenação Regional da FUNAI de Manaus por meio do Ofício nº 197 de 08/06/2018;

CONSIDERANDO o estudo socioantropológico realizado pelo Núcleo de

Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), bem como o Parecer Técnico nº 869/2018 – DPA/SPPEA referente ao ICP nº 1.13.000.000387/2017-47 do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o resultado das oficinas participativas realizadas para construção das diretrizes do regulamento da visitação turística nos núcleos indígenas;

CONSIDERANDO a deliberação na plenária do CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ – CDREDES TUPÉ, que aprovou o Regulamento para Visitação Turísticas nos núcleos indígenas da RDS do Tupé.

RESOLVE:

Artigo 1º Criar no âmbito do órgão municipal de meio ambiente o Regulamento para Visitação Turística nos núcleos indígenas da REDES do Tupé.

Parágrafo I. Entende-se por núcleo indígena – grupo indígena pluriétnico que ocupa espaço territorial localizado na REDES do Tupé, devidamente autorizado pela comunidade onde está situado e reconhecido pela gestão dessa Reserva, para a prática de atividades inerentes à cultura indígena e ao turismo sustentável.

Parágrafo II. Entende-se por turismo sustentável – a modalidade de turismo que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, ao mesmo tempo em que evita ameaças econômicas, sociais e ambientais (WTO, 2004), ou seja, socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável.

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 2º Este regulamento, em acordo com a legislação vigente, estabelece regras gerais de utilização dos espaços dos núcleos indígenas, e de seu entorno, bem

como qualquer instalação voltada para o uso público, de forma a contribuir para:

- a integridade dos ecossistemas abrangidos;
- a proteção integral da flora, da fauna e do patrimônio público;
- a integridade física dos visitantes e das populações residentes;
- a valorização cultural indígena e das demais populações tradicionais da REDES do Tupé;
- apoiar e incentivar a geração de trabalho e renda por meio do turismo sustentável voltado para a cultura indígena;
- estabelecer princípios éticos e justos que orientem o estabelecimento de preços dos serviços prestados aos visitantes;
- despertar o interesse dos usuários pelo conhecimento e por ações que visem a valorização e a proteção dos atributos socioambientais;
- o desenvolvimento do turismo sustentável na REDES do Tupé.

SEÇÃO II – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

Artigo 3º Todos os prestadores de serviços turísticos devem respeitar os instrumentos legais e as tradições dos povos indígenas, expressas em suas atividades, apresentações de rituais, musicalidade, vestimentas e modos de vida.

Artigo 4º Todos os prestadores de serviços turísticos devem ter autorização do órgão gestor para o desenvolvimento da atividade turística na REDES do Tupé.

Artigo 5º Todos os prestadores de serviços turísticos que levam visitantes para os núcleos indígenas, devem apresentar o cadastro de pessoas físicas e jurídicas expedido pelo Ministério do Turismo, ou seja, Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) no momento da solicitação de autorização ao órgão gestor para o desenvolvimento da atividade turística na REDES do Tupé.

SEÇÃO III – DAS NORMAS GERAIS

Artigo 6º Os valores dos serviços turísticos ofertados pelos núcleos indígenas aos visitantes, deverão, obrigatoriamente, ser estabelecidos mediante acordo firmado pelas lideranças dos respectivos núcleos indígenas.

Parágrafo único. Tais valores servirão de parâmetro para o estabelecimento do valor mínimo a ser cobrado pelos núcleos indígenas aos prestadores de serviços turísticos.

Artigo 7º Cada grupo de visitantes pagará o valor estabelecido conforme determinado no Artigo 6º, previamente acordado entre o responsável pelo grupo de visitantes e a liderança de cada núcleo indígena.

Artigo 8º Grupos de estudantes poderão pagar metade dos valores, conforme legislação específica.

Artigo 9º O tempo mínimo de apresentação do ritual indígena será de 30 minutos.

Artigo 10º Os núcleos indígenas deverão fazer o registro dos visitantes, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome, idade, sexo, origem, data e motivo da visita, nunca descartando esses registros, mas entregando os mesmos anualmente ao órgão gestor.

SEÇÃO IV – AÇÕES PROIBIDAS

Artigo 11 Para atender aos objetivos de proteção da REDES do Tupé, durante as atividades turísticas nos núcleos indígenas, FICA PROIBIDO:

- a) Uso de bebida alcoólica industrializada;
- b) Uso de drogas ilícitas;
- c) Exposição e utilização de animais silvestres;
- d) Que os grupos de visitantes acessem locais tais como as áreas de moradias e os locais considerados sagrados, sem a devida autorização dos indígenas;
- f) Participação de menores de idade dos núcleos indígenas no desenvolvimento das atividades turísticas o dia inteiro, devendo-se respeitar o horário escolar;
- g) Causar poluição de qualquer natureza no ar, no solo e nos cursos

- d'água da REDES do Tupé e seu entorno;
- h) Danificar placas e demais elementos de sinalização, barracas, lixeiras ou quaisquer outras estruturas do patrimônio público existentes;
- i) Remover, levar, ou comercializar todo e qualquer material proveniente dos recursos naturais da fauna, flora, minerais e achados arqueológicos, ressalvado o material da flora utilizado em artesanato;
- j) Destruir ou danificar a vegetação local, inclusive afixar placas e pendurar objetos nos arbustos e árvores;
- k) Utilizar aparelhos sonoros e/ou amplificadores de som;
- l) Formação de novos núcleos indígenas, a partir da vigência deste regulamento.

SEÇÃO V – RESPONSABILIDADES DO ORGÃO GESTOR

Artigo 12 São responsabilidades do órgão gestor:

- a) Monitorar periodicamente as atividades turísticas desenvolvidas pelos núcleos indígenas e prestadores de serviços turísticos;
- b) Articular o apoio de instituições técnico-científicas e da sociedade civil organizada.
- c) Promover a divulgação das atividades turísticas;
- d) Expedir autorização aos prestadores de serviços turísticos.

SEÇÃO VI – DO DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS

Artigo 13 Caso haja descumprimento das regras estabelecidas neste regulamento, por parte dos núcleos indígenas ou dos prestadores de serviços turísticos deverá:

- a) Haver notificação dos envolvidos, pelo órgão gestor.
- b) Havendo reincidência no descumprimento, os envolvidos poderão ser impedidos de realizar a atividade, mediante decisão do Conselho Deliberativo da REDES do Tupé.

SEÇÃO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 14 As diretrizes desta Resolução serão complementares as já estabelecidas no Plano de Gestão da REDES do Tupé.

Artigo 15 Os núcleos indígenas e as demais populações tradicionais da REDES do Tupé, devem participar efetivamente da gestão e dos processos de educação ambiental desenvolvidos, inclusive monitorando as ações de degradação do meio ambiente, denunciando quaisquer infrações que contrariem o fiel cumprimento deste regulamento.

Artigo 16 Os casos não previstos neste regulamento deverão ser encaminhados ao Conselho Deliberativo da REDES do Tupé.

Artigo 17 Este regulamento entra em vigência na data de sua publicação e somente poderá ser alterado por decisão do Conselho Deliberativo da REDES do Tupé.

Plenária do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, em Manaus, 20 de março de 2019.

MARCO ANTÔNIO VAZ DE LIMA

Presidente do Conselho Deliberativo da REDES do Tupé

APÊNDICES

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E ÉTNICO CULTURAL - NEICAM



Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Escola Superior de Artes e Turismo
Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas - PPGICH



IDENTIFICACAO DO LOCAL

Reserva de Desenvolvimento Sustentável: _____

Comunidade: _____

Data: ____/____/____

1. INFORMAÇÕES GERAIS – ENTREVISTADO/A

1.1 Nome/Iniciais: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () M () F

1.4 Estado Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () Amigado () Separado

1.5 Etnia: _____

1.6 Língua materna: _____

1.7 Além da língua materna fala quantas outras línguas, quais? _____

1.8 Local de Nascimento:

Na própria comunidade ()

Sede do Município de Manaus ()

Outra comunidade. Qual: _____

Outro Município. Qual: _____

Outro Estado. Qual: _____

1.9 Tempo de Moradia na Comunidade: _____

1.10 Sempre morou na comunidade: () sim () não

1.11 Caso a resposta seja NÃO, quais motivos para vir morar na comunidade?

2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA SEP

Cód	Nome completo	Data de nascimento	Parentesco com o titular (Pai, filho, irmão, sogro, etc.)	Escolaridade	Falante da língua materna 1 sim 2 não	Está matriculado (a)? <i>Sim ou não</i>
				A) Não alfabetizado/Nunca estudou; B) 1ª série C) 2ª série D) 3ª série E) 4ª série F) 5ª série G) 6ª série H) 7ª série I) 8ª série J) 9ª série K) Ensino médio incompleto; L) Ensino médio completo; M) Ensino superior incompleto; N) Ensino superior completo		
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						

2.1 Acesso à documentação civil

Membros da Família (usar a numeração/código quadro anterior)	Certidão de Nascimento 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	RG 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	CPF 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	RANI 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	Título Eleitor 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	Certidão Reservista 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	Carteira Trabalho 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica	Certidão Casamento 1 Sim 2 Não 3 Não se aplica

3. MOBILIDADE

3.1 Tipos de transporte utilizados pelos moradores dentro comunidade:

() Barco recreio () Canoa () Rabeta () Moto

() Outros Quais: _____

4 OCUPAÇÃO/RENDA

4.1 De onde vem a PRINCIPAL renda familiar?

- () Agricultura () Pesca
 () Pecuária () Artesanato
 () Extrativismo () Bolsa Família
 () Aposentadoria () Turismo
 () Outra: _____

4.2 No caso da Agricultura, quais os principais culturas:

- () Mandioca () Macaxeira () Frutos () Hortaliças () Plantas medicinais
 () Outros. Quais: _____

5 RENDA FAMILIAR:

- Não tem renda nenhuma () Até 1 salário mínimo ()
 Até 2 salários mínimos () Até 3 salários mínimos ()
 Até 4 salários mínimos () 5 salários mínimos ou mais ()

6. RENDA SOCIAL: BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS RECEBIDOS PELOS MORADORES

- () Bolsa Família () Auxílio Doença INSS () Aposentadoria () Pensão () Outros

7. HABITAÇÃO

7.1 Tipo de construção: () Madeira () Palha () Taipa () Mista

Especificar: _____

8. ACESSO AOS SERVIÇOS (SAÚDE)

8.1 Quando adoece vai ao:

- () Hospital na cidade () Posto de saúde da comunidade () Rezador () Usa ervas medicinais
 () Outros _____

8.2 Qual a forma mais comum de tratar as doenças?

- () Remédio caseiro () Remédio sem orientação médica () Remédio com orientação médica

8.3 Ainda utiliza ervas medicinais para curar algumas doenças

- () Sim () Não

8.4 Considera os serviços de saúde:

- () Ótimo () Bom () Regular () Péssimo () Nunca utilizou () não sabe informar

8.5 É visitado constantemente pelo Agente Comunitário de Saúde:

- () Sim () Não

9. EDUCAÇÃO

9.1 Quantas pessoas na família estudam: _____

9.2 Grau de Instrução:

- () Não alfabetizado () Ens. Funda. Incompleto () Ens. Fund. Completo () Ens. Médio Incompleto
 () Ensino Médio Completo () Universitário

9.3 Tem crianças em idade escolar fora da escola:

- () Não () Sim quantas: _____

9.4 Quantas crianças na Escola: _____

10. MEIOS DE COMUNICAÇÃO/ INFORMAÇÃO/ EQUIPAMENTOS:

10.1 Quais os meios de comunicação que você utiliza?

- () Telefone residencial () Telefone público () Telefone celular () Correios

10.2 Como você se mantém informado?

- () Rádio () Televisão () Jornais () Revistas () Internet

10.3 Eletrodomésticos que existem nas residências:

()TV ()Rádio ()Geladeira ()Fogão ()Parabólica ()Aparelho de Som ()DVD
Outros Quais: _____

11. SEGURANÇA

12.1 Quais os principais problemas de segurança na comunidade?

12. FORMAS DE LAZER:

12.1 Quais as formas de lazer/diversão da comunidade?

12.2 Há torneios de futebol na comunidade ou em outras próximas? ()Sim ()Não

12.3 Qual a periodicidade que os mesmos ocorrem ()Finais de semana () Mensalmente

13. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS

() Conselho Comunitário ()Grupo de Jovens ()Grupo de Esportes ()Cooperativas

()Outros Quais: _____

()NÃO PARTICIPA

14. RELIGIÃO:

()Católica ()Evangélica ()Outra Qual: _____

15. COMO OCORRE A CIRCULAÇÃO DA CULTURA

15.1 Na comunidade ocorre festas tradicionais? ()Sim ()Não

Caso positivo relatar quais são e qual a periodicidade delas:

15.2 A comunidade realiza algum ritual de iniciação?

16. USOS DO TERRITÓRIO

16.1 Desenvolve roçado?

()Não ()Sim Qual tamanho? _____

É só para o consumo () ou vende também()

16.2 A sua produção é desenvolvida de que forma?

() Individual/familiar () Coletiva/comunitária () A maior parte individual, a menor parte coletiva

() Individual e coletiva, em partes iguais () A maior parte coletiva, a menor parte individual

16.3 Qual o principal tipo de produção desenvolvido pelo Sr(a)/sua família? (*Preencher numericamente, quando houver, com 1 para o mais importante, 2 para o segundo mais importante, e assim sucessivamente*)

() Roça () Extrativismo () Pesca () Criação de animais () Artesanato

() Outros

especificar: _____

APÊNDICE II - ENTREVISTA Nº _____

Nome / Iniciais: _____

Sexo: F () M ()

Data: _____ / _____ / _____

1. A quanto tempo o(a) sr (a) mora na comunidade Tatuyo?
2. Há quanto tempo o(a) sr (a) trabalha com o turismo?
3. O(a) sr (a) percebe alguma mudança trazida pelo turismo à comunidade?
4. Como está o fluxo de turistas nos últimos meses?
5. O (a) sr (a) se preocupa com o futuro do turismo na comunidade?
6. Além do turismo qual(is) atividade(s) poderia(m) ser desenvolvidas satisfatoriamente na comunidade?
7. O que o turismo representa para o(a) sr (a) e sua família?
8. Como o(a) sr (a) avalia a jornada de trabalho com o turismo?
9. O turismo tem suprido suas necessidades básicas?
10. O que representa o turista para o(a) sr(a)?